

JOELMA CASTRO RODRIGUES

**CAPITAL HUMANO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO  
E INCENTIVOS PÚBLICOS: MOTIVAÇÕES E DECISÕES DA FAMÍLIA  
QUANTO AO INVESTIMENTO EM ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de Pós-  
Graduação em Economia Doméstica, para  
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2011

JOELMA CASTRO RODRIGUES

**CAPITAL HUMANO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO  
E INCENTIVOS PÚBLICOS: MOTIVAÇÕES E DECISÕES DA FAMÍLIA  
QUANTO AO INVESTIMENTO EM ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de Pós-  
Graduação em Economia Doméstica, para  
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 8 de abril de 2011.

---

Prof<sup>a</sup>. Neuza Maria da Silva

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Alba Pereira de Deus

---

Prof<sup>a</sup>. Tereza Angélica Bartolomeu  
(Orientadora)

Dedico este trabalho às pessoas que eu amo e àquelas que, de uma maneira ou de outra, me corrigindo ou me aceitando como eu sou, aprenderam a me amar.

“Se você quiser colher a curto prazo, plante cereais.  
Se quiser colher a longo prazo, plante árvores.  
Se quiser colher para sempre, invista no ser humano.”  
Chuang Tzu, século IV a.C.

## AGRADECIMENTOS

Embora pareça simples, não é tarefa fácil traçar os agradecimentos que precedem todo o trabalho de uma dissertação. Primeiramente, porque este trabalho não se inicia quando da primeira aula; e não se inicia também nos estudos dos grandes autores e cientistas que dedicaram suas vidas, parcial ou totalmente, ao desenvolvimento das teorias que nos permitiram leituras, análises e reflexões. Este trabalho se inicia, muito antes, em momentos diferentes, imagino eu, para cada estudante. Ele se inicia no momento em que se decide e pessoas diferentes decidem em momentos diferentes, porque tem histórias de vida diferentes.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar este Curso.

No meu caso especificamente, minha dissertação começa no momento em que ingressei como professora na rede pública federal de ensino. Porque, naquele momento, muda totalmente o curso da minha vida e velhas possibilidades se tornam passado, para dar lugar a novos sonhos e projetos, entre eles, o de cursar o mestrado. Começo então, agora, a agradecer a todos que fizeram parte da construção deste trabalho.

Agradeço à direção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, campus Bambuí, por ter nos dado a oportunidade de participar desse processo. Agradeço aos colegas de caminhada pela força, pelas críticas, pelas horas de estudo, pelo aprendizado. Entre estes, agradeço especialmente às companheiras da república: Margarida, Helainne, Stella, Lina, Aline e à nossa querida e pequenina Joana, por alegrar e iluminar nossa casa em Viçosa. À Aline, minha querida prima, um obrigado especial, por dividir comigo, além do quarto, as angústias, lembranças de família e gargalhadas madrugadas a dentro, quando o sono ia embora. Ao colega Erick Dominik, agradeço pela orientação repleta de paciência e boa vontade na análise dos dados. Sem sua ajuda, confesso, teria ficado muito perdida. À minha prima Laís e à minha tia Cristina, pela valiosa colaboração na localização dos participantes.

À minha orientadora, professora Tereza Angélica Bartolomeu, agradeço de coração, pela orientação, compreensão e pela lição de vida. Houve momentos em que eu, talvez por preocupação, talvez por imaturidade, me mostrei ansiosa e intransigente. Assim, a delicadeza e a serenidade de suas palavras me mostraram o que a ansiedade não me permitia ver. Aos demais componentes do meu comitê de orientação, professor José Ferreira de Noronha pela colaboração e, com carinho especial, à professora Karla Damiano Teixeira que, de certa forma, me adotou e foi peça fundamental para que meu trabalho prosseguisse e obtivesse êxito. Aos demais professores da Universidade Federal de Viçosa, Dorinha, Fátima, Neuza, Cecon, Norberto, Maria Alba... vocês todos fazem parte da minha dissertação. À secretária do DED, Aloísia, pela atenção e carinho. Em especial, agradeço à professora Ana Maria Ferreira Barcelos, do Departamento de Letras, que me acolheu no estágio em ensino e, em alguns meses de convivência, se tornou para mim um exemplo de profissional. Ana Maria, aprendi a te admirar como a poucos professores no curso de minha vida.

Voltando um pouquinho no tempo, quero agradecer a todos os professores que passaram pela minha vida! Nesse nosso ofício, com a missão de ensinar, os acontecimentos corriqueiros de sala de aula nos remetem ao passado e nos fazem valoriza-los cada vez mais.

Ao meu universo familiar, agradeço pelo simples fato de existirem... de fazerem parte da minha história. Com grande e especial amor e gratidão, agradeço aos meus pais, pelo exemplo de vida, pela formação do meu caráter, por terem me incentivado a prosseguir, por terem mantido meus pés no chão, quando eu tive vontade de voar! Embora o voo pareça encantador, talvez, naqueles momentos, eu não soubesse ao certo aonde o vento me levaria. Aos meus sogros, Luiz e Ocrésia, por terem me abraçado como a uma filha. Ao meu noivo, Lucas... pela companhia diária, seja por telefone ou por pensamento... pela paciência, quando minha ansiedade nos causava desacertos... pelo amor e dedicação nesses cinco anos de convivência... pelos planos que fizemos juntos e que agora começam a se concretizar, pelas alegrias que vivemos, pelos filhos que teremos, pela família que já somos!

Por fim, agradeço a Deus, numa inversão proposital, uma vez que Ele é o início de tudo. Por toda minha vida, nos altos e baixos, nas idas e vindas, Ele esteve ao meu lado, segurando a minha mão, enxugando as minhas lágrimas, acalentando meu coração. Meu Deus, meu pai, meu amigo, meu companheiro, obrigada por eu ser quem eu sou e por estar onde estou!

## **BIOGRAFIA**

JOELMA CASTRO RODRIGUES, nascida aos 8 dias do mês de maio do ano de 1977, na cidade de Formiga, Minas Gerais, graduou-se em Letras, no ano de 1988, pela Fundação Educacional Comunitária Formiguense, hoje UNIFOR-MG, na cidade de Formiga, MG.

Em 2000, nessa mesma Instituição, concluiu a Especialização em Ensino da Língua Inglesa.

Em 1999, iniciou sua carreira docente na Escola Estadual Dr. Abílio Machado, lecionando Artes e Educação Artística para alunos do Ensino Fundamental e Médio.

A partir de 2001, aprovada no Concurso para Professor de Inglês da Rede Estadual de Minas Gerais, trabalhou em outras escolas estaduais do município e, também, na escola particular de idiomas “English Point”.

De 2001 e 2007, lotada na Escola Estadual Jalcira Santos Valadão, também em Formiga, atuou como vice-Diretora por dois mandatos, entre os anos de 2003 e 2007.

Em setembro de 2007, foi aprovada no Concurso para Professor Efetivo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, MG, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Bambuí, onde trabalha atualmente como Professora de Língua Inglesa.

Em 2009, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa da dissertação em 8 de abril de 2011. sua dissertação em 8 de abril de 2011.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>xii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>xiv</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>xvi</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. O problema de pesquisa: exposição e relevância .....	4
1.2. Objetivos .....	7
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....</b>	<b>8</b>
2.1. Algumas reflexões acerca da teoria do Capital Humano .....	11
<b>3. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
3.1. As raízes da educação brasileira.....	16
3.2. Investimentos em Capital Humano e seus Efeitos na Economia Familiar.....	18
3.3. Educação de jovens e políticas de incentivo à educação no Brasil .....	23
3.3.1. A Educação de Jovens e Adultos – EJA, PROEJA, Projovem e Escola de Fábrica.....	25
3.3.2. O ensino médio: a um passo do ensino superior .....	28
3.3.3. O ensino superior .....	30
3.3.3.1. O Reuni: olhos voltados para as instituições federais .....	31
3.3.3.2. O Programa Universidade Aberta do Brasil: ampliação do acesso.....	32
3.3.3.3. O setor privado: onde estudam os filhos das famílias de baixa renda.....	33
3.3.3.4. O FIES: o financiamento como possibilidade .....	34
3.3.3.5. O ProUni: mérito e gratuidade.....	35
3.3.3.6. Bolsas de estudo: mais um passo rumo à acessibilidade .....	37
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>40</b>
4.1. Local de estudo.....	41



4.1.1. O município.....	41
4.1.2. A instituição de ensino .....	43
4.2. População e amostra.....	46
4.2.1. O processo de amostragem.....	47
4.3. Os instrumentos de coleta de dados .....	50
4.4. Análise dos dados.....	51
4.4.1. O perfil sociodemográfico dos participantes e de suas famílias .....	52
4.4.2. Situação socioeconômica e profissional do participante.....	52
4.4.3. Situação acadêmica do participante matriculado ou que concluiu Ensino Superior .....	53
4.4.4. O impacto do auxílio financeiro concedido pela prefeitura .....	53
4.4.5. Fatores influenciadores da decisão da família e do jovem quanto ao ingresso ou não em Curso Superior.....	53
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
5.1. Caracterização do perfil sociodemográfico e econômico dos participantes e suas famílias .....	54
5.1.1. Situação sócio-econômica das famílias.....	57
5.1.2. A relação entre níveis de escolaridade de pais e filhos .....	62
5.1.3. Renda familiar .....	64
5.2. Situação sócio-econômica e profissional dos jovens .....	66
5.2. Situação acadêmica dos matriculados e egressos do ensino superior .....	74
5.2.1. Cursos, mensalidades e turnos de estudo .....	74
5.2.2. Políticas locais de incentivo ao investimento em educação superior... 78	
5.3. O impacto da lei municipal 479/2010 e do projeto Amigos do Bairro .....	81
5.3.1. A Lei Municipal Nº 479/2010.....	82
5.3.2. O projeto Amigos do Bairro.....	83
5.3.3. Os números dos benefícios.....	84
5.4. Os fatores que determinaram as decisões.....	87
5.4.1. A tensão entre o mercado de trabalho e o ensino superior.....	88
5.4.2. O curso superior sem a possibilidade de auxílios .....	89
5.4.3. A proximidade geográfica entre os municípios de Córrego Fundo e Formiga .....	90
5.4.4. A importância do curso superior para os jovens e suas famílias.....	91
5.4.5. Estudar ou não: as motivações individuais .....	94

5.4.6. O mercado de trabalho: o que muda com o diploma na mão? .....	96
6. CONCLUSÕES .....	99
7. REFERÊNCIAS .....	102
APÊNDICES.....	108
APÊNDICE A .....	109
APÊNDICE B .....	113
APÊNDICE C .....	117
APÊNDICE D .....	120
APÊNDICE E .....	124

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grupos que compuseram a pesquisa. Córrego Fundo-MG, 2010.....	47
Tabela 2 - Número de novas matrículas por ano, Córrego Fundo-MG, 2010 .....	48
Tabela 3 - Amostra baseada no número de novas matrículas. Córrego Fundo-MG, 2010.....	49
Tabela 4 - Sexo dos participantes do estudo. Córrego Fundo-MG, 2010.....	55
Tabela 5 - Idade dos participantes do estudo. Córrego Fundo-MG, 2010.....	56
Tabela 6 - Número de membros da família. Córrego Fundo-MG, 2010 .....	57
Tabela 7 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 1. Córrego Fundo- MG, 2010 .....	58
Tabela 8 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 2. Córrego Fundo- MG, 2010 .....	59
Tabela 9 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 3. Córrego Fundo- MG, 2010 .....	59
Tabela 10 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 4. Córrego Fundo- MG, 2010 .....	60
Tabela 11 - Número de pessoas da família com ensino superior. Córrego Fundo- MG, 2010.....	63
Tabela 12 - Renda familiar. Córrego Fundo-MG, 2010 .....	65
Tabela 13 - Situação empregatícia dos jovens. Córrego Fundo-MG, 2010.....	67
Tabela 14 - Ramos de atividade dos jovens. Córrego Fundo-MG, 2010.....	68
Tabela 15 - Idade de inserção no mercado de trabalho. Córrego Fundo-MG, 2010..	70
Tabela 16 - Renda atual dos jovens. Córrego Fundo-MG, 2010 .....	73
Tabela 17 - Anos de matrículas, cursos e mensalidades. Córrego Fundo-MG, 2010	76
Tabela 18 - Alunos que receberam bolsa da prefeitura. Córrego Fundo-MG, 2010..	79
Tabela 19 - Jovens que receberam outros tipos de auxílio ou financiamento. Córrego Fundo-MG, 2010.....	80

Tabela 21 - Números de alunos matriculados no UNIFOR-MG. Córrego Fundo-MG, 2010 .....	85
Tabela 22 - Alunos de Córrego Fundo que receberam benefícios. Córrego Fundo-MG, 2010 .....	86

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CEPEP – Centro de Pesquisa e Extensão
- CONCLA – Comissão Nacional de Classificação
- CREDOC – Crédito Educativo
- EAD – Educação à Distância
- EJA – Educação de jovens e adultos
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUOM – Fundação Educacional Comunitária Formiguense
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IFET – Instituto Federal de Educação e Tecnologia
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PCE/CREDOC – Programa de Crédito Educativo
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PPA – Planos Plurianuais

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a  
Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

ProUni – Programa Universidade para Todos

PSF – Programa Saúde da Família

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das  
Universidades Federais

SM – Salário Mínimo

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNIFOR-MG – Centro Universitário de Formiga – Minas Gerais

## RESUMO

RODRIGUES, Joelma Castro, M Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2011.  
**Capital humano, oportunidades de trabalho e incentivos públicos: motivações e decisões da família quanto ao investimento em ensino superior.** Orientadora: Tereza Angélica Bartolomeu. Coorientadores: Karla Maria Damiano Teixeira e José Ferreira Noronha.

A pesquisa apresentada nessa dissertação, constituiu-se de um estudo que tem como embasamento teórico a teoria do Capital Humano, segundo a qual, quanto mais alta a escolaridade de um indivíduo, mais altos são os seus rendimentos salariais. Porém, no Brasil, onde significativa parte da população é classificada como pobre, há menos ativos públicos destinados ao investimento em Capital Humano, fazendo com que as economias das famílias tornem-se a maior fonte de investimento em Educação, principalmente quando se analisa a questão do ensino superior. Assim, buscou-se analisar a questão do investimento na educação superior, considerando a atual situação da educação de jovens no Brasil, partindo-se de dados que apontaram para, quanto mais atraentes as alternativas de trabalho para os indivíduos em idade de estudar, menos atrativos são os estudos e menor é o investimento em educação. A pesquisa foi realizada no município de Córrego Fundo-MG, que tem sua economia baseada em atividades de extração e beneficiamento do minério cal. O processo decisório das famílias do referido município foi analisado no que concerne ao investimento em capital humano, considerando as políticas públicas locais de incentivo ao investimento em ensino superior. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, quanti-qualitativo, de cunho longitudinal, que partiu da análise de documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Córrego Fundo e pela Secretaria Acadêmica do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG, relativos aos anos de 1995 a 2009. Além da análise documental, foram aplicados questionários, tendo sido os mesmos aplicados a jovens que se matricularam e a jovens que não se matricularam na educação superior no período de tempo delimitado para o estudo. Com este instrumento buscou-se analisar o contexto

sócio-cultural e econômico em que estavam inseridos os participantes, bem como a situação acadêmica daqueles que se matricularam no ensino superior. A amostra foi selecionada com base no número de novas matrículas a cada ano, para os jovens que cursaram ensino superior. Para os jovens não matriculados, a amostra foi calculada em número compatível com o de matrículas, visto que foi feita uma análise comparativa. Buscou-se analisar o processo decisório das famílias do município, em dois períodos distintos: antes e depois da existência do incentivo financeiro oferecido pela prefeitura municipal para os matriculados no ensino superior. Os resultados apontaram a existência de dois tipos de auxílio em forma de bolsas de estudo subsidiados, um pelo município – Lei Municipal 479/2010 – e outro pela instituição de ensino – o projeto Amigos do Bairro. Constatou-se que, a partir da oferta dos benefícios, houve um aumento de 700% no número de jovens de Córrego Fundo matriculados no ensino superior. Constatou-se, ainda, que a maioria dos jovens que se matricularam no ensino superior não teriam condições de fazê-lo sem a existência dos auxílios, devido a restrições de renda na família. Verificou-se também que mais de 80% dos jovens participantes da pesquisa conciliaram trabalho e estudo durante o ensino superior, afirmando que o trabalho era necessário, não havendo condições de dedicação exclusiva aos estudos. Constatou-se ainda que entre os jovens que cursaram ensino superior havia mais pessoas empregadas e com situação empregatícia legalizada. Constatou-se que as atividades que caracterizam o município, quais sejam estas de extração e beneficiamento da cal, absorvem em maior proporção, os jovens que não cursaram ensino superior e que, entre estes jovens, a maioria não prosseguiu nos estudos por falta de condições financeiras. Constatou-se, por fim, que os jovens participantes da pesquisa, em sua maioria, consideravam o ensino superior como uma possibilidade de ascender cultural e socialmente e, mesmo entre os jovens que não se matricularam no ensino superior, a maioria valorizava os estudos e consideravam que maiores níveis de escolaridade poderiam ter lhes proporcionado melhor qualidade de vida.



## ABSTRACT

RODRIGUES, Joelma Castro, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2011.  
**Human capital, job opportunities and public incentives: family motivations and decisions regarding investment in higher education.** Adviser: Tereza Angélica Bartolomeu. Co-Advisers: Karla Maria Damiano Teixeira and José Ferreira Noronha.

The research presented in this dissertation consisted of a study with theoretical basis in the human capital theory, whereby the higher the educational level of an individual, the higher will be his or her salary. However, in Brazil, where a significant part of the population is classified as poor, there are less public assets for investment in human capital, making the savings of households to become the largest source of investment in education, especially when related to higher education. Thus, we tried to analyze the issue of investment in higher education, considering the current situation of Brazilian youth, considering that the more attractive the working alternatives for individuals in studying age, the less attractive will be the studies and less investment they will make in education. The survey was conducted in Córrego Fundo-MG, which has its economy based on activities of mining and processing of lime (limestone), where it was analyzed the decision making process of families in the city, regarding the investment in human capital, considering the local public policies to encourage investment in higher education. This is an exploratory-descriptive research, quantitative and qualitative, with longitudinal approach, which started from the analysis of documents provided by the Municipal Education department and by the Academic Center of Formiga - UNIFOR-MG, related to the years from 1995 to 2009. Besides the document analysis, questionnaires were applied, to young people who had enrolled and not enrolled in higher education within the time limited for the study. The questionnaires aimed to examine the socio-cultural and economic context where the participants were inserted, and the academic situation of those who enrolled in higher education. The sample was selected based on the number of new enrollments in each year for

young people who entered higher education. For the young people who did not enter high school, the sample was calculated to be compatible with the number of enrollments, since it was made a comparative analysis. We attempted to analyze the decision making process of households in the city, considering two distinct periods: before and after the existence of the benefit from the city government. The results indicate the existence of two types of benefits: one subsidized by the city - Municipal Law 479/2010 - and another by the educational institution – the Amigos do Bairro project. It was found that from the offer of benefits, there was a 700% increase in the number of youths from Córrego Fundo enrolled in higher education. It was also found, from the answers to the questionnaires, that the majority of young people who enrolled in higher education would not be able to do it without the existence of the benefits, due to restrictions on family incomes. It was found that more than 80% of the research participants had to work and study at the same time, and these people declared that the work was a necessity, and there were no conditions of specific dedication to study. It was still observed that, among young people who attended college, there were more people employed and with employment status legalized. It was found that the activities that characterize the city, which are extraction and processing of lime, absorb a greater proportion of young people who have not entered higher education, and among these ones, most of them did not continue the studies due to lack of financial resources. It was noted, finally, that the young participants, mostly considered higher education as an opportunity to ascend cultural and socially, even among those ones who did not enroll in higher education, most of them valorized the studies and considered that higher levels of education could have allowed them a better quality of life.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, tem como base a Teoria do Capital Humano, que presume que quanto mais alta a escolaridade de um indivíduo, mais altos são seus rendimentos salariais. Essa teoria comporta toda uma estrutura metodológica e investigativa que procura comprovar o processo de tomada de decisão do indivíduo na forma de investimento, principalmente em educação e treinamento (SAUL, 2004).

A escolha por este objeto de estudo surgiu no curso das disciplinas do mestrado, durante a elaboração de um seminário sobre “O investimento em capital humano e seus efeitos na Economia Familiar”. Durante a pesquisa para a composição do trabalho, percebeu-se que, embora o termo “Capital Humano” não seja algo novo, não são muitos os estudos que se aprofundam no assunto, principalmente no que diz respeito à questão do impacto dos recursos familiares e do custo de oportunidade<sup>1</sup> na decisão da família quanto ao investimento em Educação (BARROS et al., 2001).

Outra forte motivação surgiu no momento em que se pôde perceber, empiricamente, que o município de Córrego Fundo apresentava-se como um campo propício para o desenvolvimento de um estudo de caso acerca do tema. Até o início desta década, grande parte de seus jovens, partindo precocemente para o mercado de trabalho, não chegavam a matricular-se no ensino superior, situação esta comprovada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – segundo os quais, no ano de 2000, havia, no município de 5539 habitantes, apenas 29 indivíduos matriculados na educação superior.

Torna-se necessário aqui, estabelecer a relação entre “Educação” e “Capital Humano”, no sentido que tais conceitos, embora nem sempre atrelados, têm ligações profundas e, talvez, indissociáveis. Educação, de acordo com o dicionário Aurélio, significa: ato ou efeito de educar(-se); processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor

---

<sup>1</sup> Para este estudo, o termo “Custo de Oportunidade” é entendido como o tempo utilizado pelos indivíduos para estudar e que deixa de ser aproveitado em oportunidades eventuais no mercado de trabalho (BARROS et al, 2001).

integração individual e social; os conhecimentos ou as aptidões resultantes de tal processo, preparo; aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas; conhecimento e prática dos usos de sociedade; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia. Ainda, segundo Gohn (1993), a educação de um povo consiste em um processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente.

O termo Capital Humano, por sua vez, pode ser definido como o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital, de acordo com Sandroni (1994), deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem.

Assim, relacionando os dois conceitos, aponta-se que, de acordo com a teoria do Capital Humano, à medida que uma pessoa investe em educação, ela aumenta suas possibilidades de melhores salários e oportunidades de trabalho (RIBEIRO et al., 2006). Ainda, como apontado por Becker (1993), além dos ganhos monetários, os benefícios de uma instrução mais elevada incluem ganhos não-monetários, como ocupações de maior prestígio e cultura.

No entanto, o Brasil é um país que apresenta indicadores educacionais abaixo dos padrões internacionais. Significativa parte da população é pobre e existem poucos ativos que possam ser utilizados em educação (BARROS et al., 2001). Corbucci et al. (2009) apresentam dados de 2007 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2007), segundo os quais, 30,6% dos jovens brasileiros podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo (SM). De outra parte, apenas 15,7% são oriundos de famílias com renda domiciliar *per capita* superior a dois SMs e aproximadamente 53,7% encontram-se no extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre meio e dois SMs.

Ainda segundo Corbucci et al. (2009), constata-se que, na situação educacional dos jovens brasileiros, evidenciam-se diversas distorções, em grande parte, decorrentes do processo educativo: quase 1,5 milhões de analfabetos; elevada distorção idade-série; baixa frequência ao ensino superior e restritas oportunidades de acesso à educação profissional. Apenas 13% da população entre 18 e 24 anos frequentam a educação superior, sendo este o nível de ensino adequado a essa faixa etária.

O que ocorre com frequência é que, diante das dificuldades para ingressar e se manter na educação superior, os jovens têm partido cada vez mais cedo para o mercado de trabalho; alguns, no intuito de custear seus estudos, outros, porém, pela urgente necessidade de renda (CERDEIRA, 2009). Constata-se, a partir daí, que, se por um lado a educação se apresenta como um caminho para vencer a pobreza, por outro, o atraso econômico e cultural e as desigualdades sociais fazem com que aumentem as diferenças e se concretizem os obstáculos.

No entanto, conforme relatam Ribeiro et al. (2006), embora haja poucos estudos acerca desse assunto, há que se considerar que financiamentos públicos e políticas de incentivo que objetivam minimizar os gastos das famílias com ensino têm o potencial de melhorar, amenizar e reverter os retornos dos investimentos em educação. Quanto maior o percentual de financiamento, mais significativo e positivo será o impacto deste para os retornos calculados.

Este estudo pretendeu investigar exatamente esta questão. Partiu-se do pressuposto de que os investimentos em ensino superior, entre a população de baixa renda, são realizados, em grande parte, com recursos próprios da família que, de acordo com sua condição financeira, entre outros fatores, toma a decisão de investir ou não na educação de seus filhos. Ocorre, porém, que em relação aos investimentos em curso superior, presume-se que a família leva em conta a possibilidade de retorno do investimento feito e, nesse sentido, o dinheiro a menos que um indivíduo deixa de ganhar quando decide estudar e não trabalhar, representa um alto custo de oportunidade (BECKER, 1993).

Na eminência de analisar os aspectos aqui introduzidos, buscou-se explorar essa questão em uma abordagem local, quando foram pesquisados os sujeitos, suas famílias e suas motivações para o ingresso em um curso superior, diante da necessidade de renda, bem como das oportunidades de trabalho sem a exigência de nível superior. Analisou-se uma política local de incentivo ao investimento em ensino superior como possível fator explicativo do aumento do número de jovens do município de Córrego Fundo-MG matriculados na educação superior. Buscou-se compreender as experiências singulares dos indivíduos dentro do contexto sócio-cultural e familiar que os circunda.

Para Cerdeira (2009), a educação superior traz benefícios tanto para os indivíduos como para a sociedade e, por isso, é essencial que se busque a equidade

no acesso ao ensino superior, assim como é essencial o apoio dos governos no sentido de conceder subsídios para a obtenção desse propósito.

### **1.1. O problema de pesquisa: exposição e relevância**

De acordo com Barros et al. (2001), quanto mais atraentes as alternativas de trabalho para os indivíduos em idade de estudar, menos atrativos serão os estudos e maior será o impacto das restrições de crédito sobre o grau de subinvestimento em capital humano. Ou seja, se há a possibilidade de emprego, sem a exigência de curso superior, é provável que o indivíduo opte por trabalhar, ao invés de estudar, somando-se a essa questão o fato de que a necessidade imediata de inserção no mercado de trabalho, seja para sustento próprio ou complementação da renda familiar também pode interferir nessa decisão.

Sob essa ótica, é importante destacar a relação da família com o investimento em educação. Esse investimento tem um custo para o indivíduo, para sua família, bem como para a sociedade, no sentido de que seu financiamento requer deslocamento de recursos. Particularmente, no caso dos custos individuais, o trabalho a menos que o indivíduo deixa de realizar para poder estudar, e a consequente renda de que abre mão, são um alto custo de oportunidade (RIBEIRO et al., 2006).

No entanto, conforme relata Cerdeira (2009, p.13), embora haja poucos estudos acerca desse assunto, a educação e o ensino superior são um investimento simultaneamente público e privado, que se retrata em custos e benefícios, públicos e privados. Assim, para a autora, os benefícios sociais constituídos pelas externalidades<sup>2</sup> do ensino superior permitem justificar uma intervenção substancial dos governos e presumir que se pode balancear e partilhar os custos do ensino superior de forma a não por em causa a acessibilidade e a equidade.

---

<sup>2</sup> Para Cerdeira (2009, p. 13) as externalidades são os benefícios que a educação de nível superior pode trazer, além dos benefícios individuais, para a sociedade de um modo geral, conforme as palavras da própria autora no seguinte trecho: “...benefícios públicos (financeiros – maior produção nacional, maior produtividade, maior flexibilidade da força de trabalho, maior capacidade de consumo, menor dependência financeira do governo; não financeiros – maior coesão social, maior mobilidade social, maior desenvolvimento cultural, maior filantropia, maior adaptação tecnológica) e benefícios privados para os indivíduos que o freqüentam e obtêm um grau superior (financeiros – salários mais altos, mais oportunidades de trabalho, maior capacidade de poupança, maior mobilidade no emprego; não financeiros – enriquecimento educacional, melhores condições de trabalho, maior status pessoal, maior satisfação laboral, melhor saúde, maior capacidade de gestão financeira, maior prazer e desenvolvimento pessoal).

Nesse sentido, Schultz (1987), ao analisar as variáveis “educação e desenvolvimento”, chama a atenção para o fato de que os fatores decisivos de produção para a melhoria do bem-estar das pessoas são a melhoria da qualidade da educação e os avanços nos conhecimentos. Dessa forma, a classificação tripartida dos fatores de produção – terra, trabalho e capital – que adveio da economia clássica, e ainda prevalece, apresentam, segundo o autor, limitações ao analisar o crescimento econômico moderno, uma vez que deixa de considerar os avanços nos conhecimentos como peças motoras para o desenvolvimento das sociedades.

Consideremos, então, que certas comunidades apóiam-se economicamente em fontes de renda basicamente monoextrativistas. Dadas suas condições geográficas e culturais, é comum que a maior parte da população sustente-se a partir de uma única atividade, como o cultivo e exploração da cana-de-açúcar, café, minério, cal, entre outras. Tal situação fica bem clara na reflexão de Beblington (1999), apud Oliveira (2007, p. 15):

Na trajetória de reprodução, a família rural necessita ter acesso aos cinco tipos de ativos de capital: capital econômico, humano, natural, social e cultural. Segundo o autor, mudanças ocorrem de uma situação onde os sujeitos estão diretamente baseados em recursos naturais e passam para trajetórias de reprodução em que um conjunto de ativos, fontes de renda, mercados de produto e de trabalho estão disponíveis. Os ativos – ou capitais – não são simplesmente recursos que as pessoas usam, mas ativos que lhes dão a capacidade de ver e de agir (BEBLINGTON apud OLIVEIRA, 2007, p. 15).

Se a produção destas comunidades é voltada para a industrialização local, espera-se que no mesmo ritmo desenvolvam-se a economia local e o capital humano da população; o que não ocorre, porém, em locais onde as atividades são basicamente de exploração e a produção é totalmente deslocada para os grandes centros. Partindo do pressuposto que, a curto prazo, existe uma situação favorável em termos de quantidade de recursos naturais e consequentes alternativas de emprego, tais atividades teriam o potencial de atrair a população local para o trabalho, compondo este, um fator concorrente com as atividades escolares. Assim, diante da limitação de recursos financeiros e da necessidade de complementação da renda familiar, os jovens optariam pelo ingresso prematuro<sup>3</sup> no mercado de trabalho.

---

<sup>3</sup> De acordo com Ribeiro et al. (2005), no Brasil, onde a legislação trabalhista autoriza as pessoas a trabalharem a partir dos 16 anos, em geral, ao completarem o Ensino Médio, a maioria dos jovens se insere no mercado de trabalho.

Face ao quadro sócio-econômico desse jovens, emerge a seguinte questão: uma política pública de incentivo, sob a forma de subsídios ao estudante para prosseguir sua educação formal, faria com que os jovens optassem pela realização de um curso superior ao invés de se dirigirem para o mercado de trabalho? Neste contexto, pretende-se analisar o processo decisório das famílias de Córrego Fundo - MG no que concerne ao investimento em capital humano, considerando as políticas públicas locais de incentivo à educação.

Tal questionamento ancorou-se nas impressões empíricas e nos dados concretos sobre o município onde foi realizado o estudo. Embora a população pesquisada não se componha de “famílias rurais”, como apresentado na reflexão de Beblington, apresentada por Oliveira (2007), nas características do município, que tinha, em 2009, 15 anos de emancipação política e administrativa, predominam atividades de exploração da cal, as quais compõem a base de sustentação do município há várias décadas.

De acordo com dados do IBGE (2007), o município de Córrego Fundo-MG possui 5939 habitantes e sua principal fonte de renda é a produção de cal. Esse quadro, acrescido de algumas atividades secundárias, como agricultura de pequeno porte e uma empresa do ramo de confecções, resulta num PIB *per capita* de R\$12.388,00 (doze mil, trezentos e oitenta e oito reais), valor superior ao de municípios do mesmo porte no estado de Minas Gerais e até mesmo de outras regiões. A partir do ano de 2001, ocorreu, neste município, um aumento gradativo e expressivo no número de jovens matriculados no ensino superior. Neste mesmo período, a prefeitura implementou um auxílio financeiro, correspondente a 30% da mensalidade, medida esta que, mais tarde, em 2005, foi transformada na Lei Municipal nº 341/2005 que, depois de passar por reformulações, resultou na Lei Municipal 479/2010.

Tendo em vista o problema aqui apresentado, justifica-se sua relevância para a linha de pesquisa “Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais”, do programa de pós-graduação em Economia Doméstica, uma vez que a temática deste estudo constitui-se na análise dos efeitos de uma política pública local, de incentivo ao investimento em capital humano. Partiu-se da compreensão de que tal investimento representava possibilidades de incremento de renda e de conhecimento tanto para o indivíduo quanto para sua família e, a longo prazo, para a sociedade. Por fim, definido o aporte teórico a partir da teoria do capital humano, foi



igualmente relevante analisar esta questão em nível local, uma vez que, conforme apresentado por Schwartzman (2004), são poucos estudos de caso que analisam essa questão.

## **1.2. Objetivos**

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo decisório das famílias de Córrego Fundo, MG no que concerne ao investimento em capital humano, considerando as políticas públicas locais de incentivo educacional.

Para a consecução deste objetivo, buscou-se analisar a situação exposta mediante as seguintes especificações:

- A) Caracterizar o perfil socioeconômico, pessoal e familiar dos jovens do município que ingressaram e daqueles que não ingressaram no ensino superior no período de 1995 a 2009;
- B) Examinar a relação entre o nível de escolaridade das famílias e dos jovens;
- C) Traçar o perfil acadêmico dos entrevistados matriculados no ensino superior, identificando aqueles que contaram com algum tipo de benefício;
- D) Analisar o impacto e os reflexos das políticas locais de incentivo ao investimento em ensino superior na realidade das famílias do município;
- E) Examinar os fatores determinantes da decisão dos jovens e de suas famílias de se matricularem ou não no ensino superior, analisando a importância que os jovens e suas famílias atribuem a essa formação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A Teoria do Capital Humano comporta toda uma estrutura metodológica e investigativa que procura comprovar o processo de tomada de decisão do indivíduo na forma de investimento, principalmente em educação e treinamento. De acordo com Saul (2004), consiste na idéia de que o indivíduo gasta em si mesmo, de formas diversas, não apenas buscando desfrutar o presente, mas procurando rendimentos futuros, pecuniários ou não. O termo “capital humano”, por sua vez, abrange todas as habilidades e talentos naturais; práticas adquiridas ao longo da atividade laboral, bem como conhecimentos diversos adquiridos por outros canais, como economia, sociedade, consumo, política, nutrição, direitos, meio ambiente, entre outros. (BARROS et al., 2001).

De acordo com Blaug (1985), apud Saul (2004), a teoria foi anunciada por Theodore Schultz, em 1960, e seu “nascimento efetivo” teria ocorrido em 1962 em suplemento da revista científica americana *Journal of Political Economy*, dedicado ao tema do investimento em seres humanos. Schultz, especialista em economia agrícola, buscou explicar a substância do capital humano e as condições da sua formação, afirmando que, assim compreendido o processo de capacitação das pessoas, é possível a resolução de muitos desacertos e confusões a respeito da dinâmica de crescimento econômico. Na sua avaliação, o investimento em capital humano devia ser considerado como diferente de consumo, tanto pelas suas dimensões quantitativas quanto pelas dimensões qualitativas. Assim, Schultz (1964) elenca, para a medição desse tipo diferenciado de capital, algumas atividades que poderiam ser destacadas como promovendo as capacidades humanas, sendo estas:

- Os serviços de saúde, em sentido amplo, envolvendo as despesas que afetem a expectativa de vida, o vigor e a vitalidade das pessoas;
- O treinamento no emprego, incluindo programas de aprendizagem organizados por empresas;
- A educação formal em diferentes níveis;

- Os programas de educação de adultos, incluindo os programas de extensão, principalmente na agricultura;
- O processo de migração de indivíduos e de famílias para ajustar-se às oportunidades de emprego.

Ao lado de Theodore Shultz, Gary Becker é também considerado um dos precursores dessa teoria, e este, por sua vez, também destaca as atividades anteriormente mencionadas como potenciais promotoras da capacidade humana. Becker (1993) ressalta que elas diferem em quantidade de investimento, nos efeitos sobre os ganhos, na quantidade e forma de retorno e na extensão em que a relação entre investimento e retorno é percebida; no entanto, todas teriam o potencial de promover habilidades, conhecimento, saúde e mesmo ganhos monetários e físicos. Para Becker (1993), investimento em Capital Humano é qualquer atividade que implique num custo no período corrente e que aumente a produtividade no futuro. Para o autor, é chamado Capital Humano, porque as pessoas não podem se separar do seu conhecimento, habilidades, saúde ou valores, da mesma forma que podem se separar dos seus bens físicos e financeiros. O autor afirma ainda que, além de ganhos monetários maiores, os benefícios de uma instrução mais elevada incluem ganhos não-monetários, como ocupações de maior prestígio e cultura.

A principal pressuposição que embasa a análise sobre o capital humano, presumida por Becker (1993), é de que os indivíduos tomam a decisão de investir em educação, treinamento, assistência médica, aperfeiçoamento do conhecimento já existente e saúde porque levam em conta os custos e os benefícios dessa decisão. Seja por análises econométricas, ou seja, por decisão pessoal do indivíduo, esses gastos são tidos como investimento e somente ocorrerão se houver a possibilidade de benefícios futuros. Entende-se que, depois de adquirida uma formação profissional, esse estoque de conhecimentos e de habilitações seriam como que alugadas aos empregadores, na forma de um estoque de capital produtivo, pois a expressão Capital Humano designa os trabalhadores como incorporadores de uma série de habilitações que contribuem para uma melhoria em sua produtividade e criatividade no trabalho, reduzindo custos e racionalizando processos de trabalho (BECKER, 1964, apud RIBEIRO et al., 2006).

Com relação aos processos de trabalho aqui citados, é importante ressaltar o que Mill (1988) chamou de “Superioridade da produtividade”, apresentando a habilidade e o conhecimento dos trabalhadores como determinantes da produtividade

do trabalho. Na visão do autor uma coisa ainda não bem compreendida e reconhecida é o valor econômico da difusão geral da cultura e da instrução entre a população. O autor afirma que o número de pessoas preparadas para dirigir e supervisionar qualquer empresa industrial, ou mesmo para executar qualquer processo praticamente irreduzível à memória ou rotina, está quase sempre muito aquém da demanda, como o evidencia a enorme diferença entre os salários pagos à mão-de-obra comum. Com base no que é apresentado por Mill, quando analisava os condicionantes da produtividade, é possível afirmar que este já antecipava algo que, mais tarde, os estudiosos da teoria do capital humano viriam a consolidar: o valor econômico da educação.

Pelo trecho anterior, pode-se perceber ainda que, de acordo com os teóricos do capital humano, a formação ou qualificação da força de trabalho constitui um dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda. Se, do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico, do ponto de vista microeconômico, tal investimento constitui o fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO, apud SOUZA, 2003).

Na tentativa de comprovar suas evidências, a teoria do capital humano vem sendo testada por inúmeros pesquisadores. A comprovação não é uma tarefa fácil, pois, na relação entre gastos em educação e treinamento e o salário do indivíduo, estão presentes elementos que, normalmente, ou fogem do controle ou não permitem ser analisados ao mesmo tempo pelo pesquisador, tais como a bagagem familiar, a qualidade da escola, o mercado de trabalho, dentre outros.

Mincer (1958), apud Saul (2004) examinou a questão do capital humano numa perspectiva econométrica, buscando a correlação entre o investimento na formação do trabalhador e a distribuição de renda pessoal. A sua análise indicou que a decisão de despendar tempo para melhorar o desempenho no trabalho era resultante de uma escolha individual e racional, que as diferenças entre as ocupações eram função de diferenças no treinamento e que essas diferenças surgiam quando o conceito de investimento e capital humano era estendido para incluir a experiência no emprego. Buscando a relação entre investimento em capital humano e a produtividade, Mincer afirmava que a dispersão dos rendimentos entre as diferentes

ocupações deveria estar relacionada positivamente ao volume do investimento em capital humano feito nelas.

Também para Suanno (2002), o crescimento econômico de um país está estreitamente vinculado à oferta e demanda de capital humano, uma vez que está enlaçado com a democratização do poder de compra e qualidade de vida da população.

Por essa leitura, é possível compreender que a educação constitui-se numa modalidade de investimento com o potencial de propiciar benefícios cognitivos, culturais, sócio-políticos, econômicos, morais e éticos. O nível de capital humano, por sua vez, estaria diretamente relacionado com o desenvolvimento econômico do país, ou seja, uma população mais instruída teria, potencialmente, melhores condições de produtividade e, como aponta Becker (1993), maior capacidade de otimização de seus rendimentos. Ainda, não somente em nível macroeconômico, mas também no contexto familiar e individual, é possível afirmar que, conforme estudos de Barros et al. (2001), Ribeiro et al. (2006), Fiore e Araújo (2002), Becker (1993) e Schultz (1964), pessoas com níveis mais elevados de instrução têm mais possibilidades de acesso a oportunidades de emprego e aumento da renda.

Transpondo as perspectivas da teoria do capital humano para o contexto sócio-econômico brasileiro, no intuito de contextualizá-la com o presente estudo, vale destacar o que é apontado por Pessoa (2006): para o autor, o fator que, isoladamente, melhor explica a baixa produtividade do trabalhador brasileiro, em comparação, por exemplo, ao trabalhador americano, seria o atraso educacional da força de trabalho existente no país. Nesse sentido, é válido mencionar o que é apontado por Coelho et al. (2002), segundo os quais, análises econômicas mais recentes, em diversos países, têm visto o capital humano como uma variável endógena, e tem identificado relações positivas entre o nível de capital humano e o crescimento econômico.

## **2.1. Algumas reflexões acerca da teoria do Capital Humano**

Há autores que contestam ou criticam a Teoria do Capital Humano ou algumas de suas proposições. Nesse sentido, é válido ressaltar que tais críticas são relativamente complexas, mas passíveis de ponderações que permitem prosseguir nesse embasamento teórico.

Para compreender os diferentes posicionamentos em torno da questão, ressalta-se o que é apontado por Frigotto (2000), que afiança que a Teoria do Capital Humano tem suas bases teórico-metodológicas na economia neoclássica, pois parte do pressuposto de que o desenvolvimento das economias nacionais em estágios inferiores se dá pelo aumento necessário da desigualdade, em médio prazo, o que possibilita o aumento crescente das taxas de acumulação; e pela posterior redistribuição da riqueza, em longo prazo, que seria consequência natural do fortalecimento da economia. Nesta visão, na medida em que o crescimento atingido determinaria níveis mínimos de desemprego, a produtividade aumentaria e haveria uma crescente transferência dos níveis de baixa renda do setor tradicional para os setores modernos, produzindo salários mais elevados. Assim, o desenvolvimento social se consolidaria, naturalmente, em decorrência da prosperidade econômica alcançada.

Bianchetti (1999) apresenta, então, uma crítica pontual: segundo o autor, é em geral desaconselhável tratar o homem como capital humano, corroborando com aqueles que acreditam que é moralmente errado aplicar-se os conceitos de investimento e de capital às pessoas. Este autor, assim como Frigotto (2000), atesta que a teoria do capital humano tem origem neoliberal e tem características individualistas, à medida que situa a educação dentro da lógica do mercado. Bianchetti aponta ainda uma utilização inadequada desse conceito nas decisões políticas para o setor educacional.

Reconhece-se que há sentido nas indagações de Frigotto e Bianchetti. No entanto, estudos recentes têm demonstrado que os níveis educacionais têm relações estreitas com a distribuição de renda. Trabalhos desenvolvidos por Duarte et al. (2008) e Barros et al. (2001) apontam nessa direção. Seus estudos mostram que há uma relação linear e positiva entre renda per capita nos estados e a escolaridade média de sua população, sugerindo que as desigualdades regionais de renda refletem as diferenças nos níveis de capital humano de cada população.

Uma outra questão é levantada por Almeida e Pereira (2003): quando é que as despesas com educação se caracterizam como destinadas ao consumo e quando é que elas se classificam como destinadas à produção de capacitações (investimento)? Os críticos afirmam que é impossível proceder-se a tal distinção e afirmam que os custos educacionais são tão somente despesas de consumo. Tal assertiva baseia-se em dois fatos: o primeiro é o de que a maioria dos estudantes frequenta escolas públicas; o segundo, relaciona-se com a obrigatoriedade da educação até determinada idade. Em

contraponto, Theodore Shultz (1964) argumenta que estes fatos não seriam relevantes para distinguir a natureza das despesas com educação, uma vez que esta não é totalmente gratuita e, mesmo nos níveis em que a educação é obrigatória, a decisão de estudar resulta em despesas.

Na mesma linha do argumento de Schultz, para o presente estudo, há uma ponderação a se fazer a este respeito: no caso da educação de nível superior no Brasil, não se pode afirmar que a maioria dos estudantes frequenta escolas públicas. Como apontado anteriormente, para a maioria dos jovens das classes populares que decidem matricular-se no ensino superior, restam as instituições de ensino particulares e, nesse sentido, tal empreendimento caracterizar-se-ia sim como investimento.

Outra crítica pontual, feita por Wiseman (1965), seria a de que as capacitações técnicas adquiridas que aumentam os futuros rendimentos pessoais não têm quaisquer significações financeiras à medida que a educação muda as atitudes, os padrões de expectativas e de preferências. Portanto, Wiseman se preocupa fundamentalmente com o problema da avaliação implícita da educação e de suas consequências, o que, para ele, está ausente no ambiente analítico dos teóricos do capital humano.

É fato que a educação muda atitudes e formas de pensamento. Porém, nesse sentido, é válido inserir um questionamento feito ainda por Almeida e Pereira: eles questionam se não haveria, realmente, motivações econômicas de nenhuma espécie no caso, por exemplo, de estudantes de medicina, direito, entre outros, para investirem em cada uma dessas capacitações particulares, com vistas aos incrementos nos seus rendimentos futuros. Os autores acrescentam que para os seguidores da teoria do capital humano, a perspectiva de rendimentos futuros de maior escala desempenha uma forte motivação nessas situações; ainda, apontam a visão de Schultz que afirma que a decisão de estudar, seja na perspectiva de consumo seja de investimento, é afetada pela quantia e natureza dos gastos públicos efetuados com a educação.

É importante apontar a crítica mais substancial: o ponto de vista marxista com relação à Teoria do Capital Humano. Segundo Bowles e Gintis (1975), sua aura neoclássica tem induzido a teoria do capital humano a erros substanciais, tanto no que diz respeito à pesquisa empírica quanto como guia para as políticas públicas. Para os autores, as credenciais educacionais têm uma importante função,

mas o sistema escolar não poderia ser reduzido a uma atividade economicamente relevante para seleção e qualificação de mão-de-obra, afirmam os marxistas. Afirmam eles que a performance produtiva da força de trabalho não é decorrente do seu nível de escolaridade, e sim das condições tecnológicas e da organização do processo de produção, ou seja, existe o poder do capitalista sobre o trabalhador e, assim, os mecanismos naturalmente adotados pelo capitalista para incentivar o processo de produção e para controlar os tipos potenciais de organização dos trabalhadores dependem do seu domínio e controle da estrutura da empresa. Em particular, os atributos como raça, sexo, idade, etnia, e credenciais formais, frequentemente – afirmam eles – considerados como irrelevantes pelos defensores da teoria do capital humano, seriam, de fato, as variáveis determinantes no processo de seleção de trabalhadores pelos capitalistas, as quais são utilizadas para fragmentar a força de trabalho e reduzir a formação de coalizão potencial entre trabalhadores.

Ramon de Oliveira (2001) também segue essa linha quando analisa a teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. Para este autor a produtividade não decorre só e primordialmente do aumento da qualificação, mas principalmente da automatização do processo produtivo, quando o sistema capitalista busca, cada vez mais, retirar do trabalhador o controle do seu processo de trabalho. Ora, não seria relevante considerar que no ritmo em que se desenvolve a tecnologia, mesmo em meio à automação e robotização, não estariam em melhor situação funcional ou com melhores condições de empregabilidade aqueles sujeitos com capacidade para controlar a máquina? E qual seria o caminho, senão a capacitação e o conhecimento técnico, para colocar trabalhadores nessa condição?

Novamente, no intuito de ponderar sobre a referida questão e também sobre as afirmações de que seria moralmente errado aplicar-se os conceitos de investimento e de capital às pessoas, parafraseia-se Schultz, que busca rebater tais críticas sob um ponto de vista menos econométrico, e mais sociológico:

O que os economistas não puseram em relevo é a verdade simples de que as pessoas investem em si mesmas, e que tais investimentos são muito grandes. Embora economistas raras vezes se mostrem tímidos em se atirarem a uma análise abstrata e frequentemente se mostrem orgulhosos em serem tomados como pessoas desprovidas de qualquer dimensão prática, não se mostraram audaciosos em enfrentarem essa forma de investimento. (...) Sem dúvida há razões para que se seja prudente. Questões morais profundamente arraigadas, assim como filosóficas assinalaram sempre a sua



presença. Os homens livres são, em primeiro lugar e primordialmente, o fim a que serve a diligência econômica; não são igualáveis à propriedade, nem parcelas de ativo a serem manipuladas no mercado. (...) Mas não há nada no conceito de riqueza humana contrário à idéia de que ela existe apenas para oferecer vantagens às pessoas. Ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha à sua disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar (SCHULTZ, 1973, p.32-33).

A questão levantada pelos marxistas consiste basicamente na afirmação de que a teoria do capital humano abstrai-se da relação social de produção, que ela se atém simplesmente às relações tecnológicas, não examinando a questão das relações sociais, o que resultaria em um tratamento deficiente da demanda de capital humano. Embora este estudo tenha como base a teoria do capital humano, é preciso reconhecer que suas proposições, de fato, não se aprofundam em questões sociais complexas, como, por exemplo, o fato de que a maioria dos países do mundo é composta por populações predominantemente de baixa renda. A partir dessa realidade questiona-se: como poderiam estas pessoas atingir níveis mais elevados de escolaridade, a partir do momento em que a condição de subdesenvolvimento de seu país não lhes permite ascender econômica e socialmente, e nem ao menos contar com políticas educacionais de maior alcance, que lhes permitam um acesso mais amplo à educação formal? Ainda, a teoria proclama o investimento em educação como possibilidade de acesso a um nível mais elevado de bem-estar. No entanto, a partir do momento em que o aparelho estatal não assume a responsabilidade pela questão, seriam os próprios sujeitos os únicos responsáveis por este investimento? Tal dúvida, de fato, dá à teoria do capital humano, um viés individualista.

Todavia, embora diante das limitações da teoria do capital humano, é preciso reconhecer que, mesmo nos países menos desenvolvidos, níveis educacionais mais elevados têm relação direta com maiores níveis de renda e com melhores condições de acesso a oportunidades de trabalho. Diante disso, reforça-se que a análise qualitativa proposta no presente estudo ancora-se em bases sólidas e estudos recentes, através dos quais é possível afirmar que o capital humano se firma, cada vez mais, como fator determinante das condições econômicas e sociais dos sujeitos. Nas palavras de Sem (1997, apud Beblington, 1999), a posse de capital humano não significa apenas que as pessoas produzem mais e de forma mais eficiente, mas dá-lhes a capacidade de engajar-se mais fecunda e significativamente no mundo e, ainda mais importante, dá-lhes a capacidade de mudar o mundo.

### **3. REVISÃO DE LITERATURA**

Este capítulo foi estruturado de forma a estabelecer uma conexão entre a educação, a teoria do capital humano e os objetivos de pesquisa aqui propostos. Nesse sentido, foi feito um breve histórico da educação no Brasil e, em seguida, prosseguiu-se relacionando a teoria do capital humano à economia familiar. Por fim, foi feita uma descrição da atual situação da educação de jovens no Brasil, onde foram relatadas as políticas e programas de incentivo ao investimento em ensino superior no país, existentes no período delimitado para a pesquisa.

#### **3.1. As raízes da educação brasileira**

A educação no Brasil tem seu início no século XV. Em meio ao processo de colonização e com a chegada dos jesuítas, ela surge, numa fase turbulenta, que viria a deixar profundas marcas na cultura e civilização do país. Conforme apontado por Severino (2005), ao longo da Colônia, do Império e das primeiras décadas da República, a educação fica totalmente entregue ao domínio da Igreja e, muitas vezes, tinha seus objetivos confundidos com a evangelização. E, embora os princípios católicos fossem baseados em ideais de igualdade, do bem-comum e de solidariedade, tais princípios não se refletiam na forma como se educava.

O binômio Casa Grande & Senzala, tão popularizado por Gilberto Freire (2000), tem aí o seu início. O colonizador que chega ao Brasil traz consigo uma cultura já solidificada que, num emergente processo de hibridização, não haveria como sofrer profundas modificações mas, ao contrário, impor-se-ia, mesmo que com a absorção de pequenas marcas do povo que aqui habitava:

Quando, em 1532, se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. [...] Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica

de exploração econômica, híbrida de índio, e mais tarde de negro, na composição (Freire, 2000. p. 79).

Com a chegada do negro Africano, concretiza-se um triângulo de lados desiguais. Este é formado pelo Índio, o anfitrião “pacificado”; pelo negro, o hóspede escravizado e pelo português, o visitante “catequizador”. A partir daí, forma-se a sociedade brasileira, que já tem em seu berço, marcas até hoje não cicatrizadas, de uma estrutura social predominantemente desigual. Posteriormente, voltando ao que é apontado por Severino (2000), mesmo com a proclamação da República, o aparelho estatal brasileiro continua ausente no campo da educação, que é deixada aos cuidados da igreja.

Em um segundo momento, avança o capitalismo e, conseqüentemente, o processo de industrialização, urbanização e a formação de uma classe média fortemente marcada pelo liberalismo sócio-econômico. O estado então é chamado a desempenhar um papel central no agenciamento do bem-comum, garantindo a democracia. Esse novo modelo entra então em choque com os ideais católicos e o estado brasileiro consolida-se e, mesmo em conflito com a Igreja, implanta o sistema público de ensino. Posicionando-se a igreja a favor do sistema privado de ensino, instala-se a grande dicotomia: a educação se divide entre ensino público e privado.

Não é foco deste estudo analisar estas duas categorias. No entanto, é importante mencioná-las, já que, a partir dessa divisão, ocorrem inúmeras transformações na educação brasileira, uma vez que, conforme apontado por Dourado et al. (2003), as reformas pelas quais passou a educação, no decorrer dos anos, ocorreram em sintonia com organismos multilaterais, resultando na crescente ampliação da esfera privada, em contraposição ao alargamento dos direitos sociais, entre os quais está a educação.

Considerando então o avanço do capitalismo, é preciso pensar a educação dentro de uma nova ótica, quando muitos estudiosos buscam analisá-la sob a lógica do mercado, enquanto outros dizem ser inaceitável compreendê-la sob tal enfoque. Todavia, é fato que a educação formal não existiria, senão dentro de uma sociedade organizada e, nesse sentido, também sabe-se que as transformações ocorridas na educação acontecem em consonância, coerente ou não, com a lógica das sociedades.

Neste sentido, considerando que a sociedade brasileira, mesmo em pleno século XXI, ainda traz consigo marcas de um processo de colonização injusto e desigual, parte-se do ponto de que a educação formal também carrega consigo fortes

desigualdades. Com relação à educação básica, tem-se que os filhos das famílias de classes média e alta são matriculados em instituições privadas, que oferecem ensino de melhor qualidade. A situação, porém, se inverte com relação ao ensino superior, onde os jovens de classe média e alta estudam em universidades públicas, uma vez que, com algumas ressalvas, estas são mais concorridas por ofertarem ensino de melhor qualidade. Assim, aos jovens das famílias de baixa renda, restam as instituições privadas de ensino, cujas mensalidades, na maioria das vezes, ficam por conta das famílias e dos próprios jovens que, na grande maioria das vezes, precisam conciliar trabalho e estudo.

A partir da constatação dessa realidade, é válido mencionar o que é apontado por Schultz (1987), o qual afirma que as famílias pobres não são menos preocupadas com o futuro de seus filhos do que as famílias ricas. Todavia, quanto mais pobres as famílias, menos recursos elas têm e, conseqüentemente, menos recursos podem ser destinados ao investimento em capital educacional.

### **3.2. Investimentos em Capital Humano e seus Efeitos na Economia Familiar**

Para iniciar uma reflexão acerca de Capital Humano e família, é interessante abordar o pensamento de Malthus, ainda no século XVIII. Às vésperas da Revolução Industrial, Malthus apud Becker (1993) afirmava que quanto maiores as médias salariais, mais cedo as pessoas se casam e mais filhos elas têm. Veio a Revolução Industrial e provou exatamente o contrário: os índices de natalidade reduziram muito em vários países ocidentais que se desenvolviam, quando houve muitos avanços em educação. Becker (1993) explica esse fenômeno afirmando que os pais de fato gastaram mais com seus filhos quando seus ganhos aumentaram – conforme Malthus previa. Eles, porém, gastaram mais com cada filho e passaram a ter menos filhos, como prevê a teoria do Capital Humano.

Mudanças semelhantes ocorrem em outras culturas quando estas vivenciam rápido crescimento econômico. Um bom exemplo disso é Taiwan: entre 1960 e 1975, as taxas de natalidade caíram pela metade e dobrou o número de pessoas formadas em cursos superiores, visto que o país passava por um processo de enorme crescimento econômico.

É importante ressaltar que, embora haja, como apresentado anteriormente, críticas quanto à afirmação de que maiores níveis de escolaridade aumentam a

possibilidade de ascensão social, Langoni, (2005), ao analisar a questão dos efeitos redistributivos do processo de desenvolvimento econômico da década de 70, afirma que na expansão da demanda de mão-de-obra beneficiaram-se os indivíduos com níveis mais elevados de educação<sup>4</sup>. Ainda, segundo Gonçalves (2007), a relação entre desemprego e o nível de investimento em Capital Humano não é monotônica: maiores níveis educacionais podem, tanto elevar a importância do desemprego, como minimizá-la, tudo dependerá do nível educacional inicial. Para o autor, a educação de nível fundamental possui a tendência de elevar a exposição de um trabalhador ao desemprego, enquanto a de nível médio e a de nível superior tendem a reduzir a probabilidade de um trabalhador ficar desempregado, apesar de tender a elevar a duração do tempo de desemprego caso este venha a ocorrer.

A questão da escolaridade teria, ainda, o potencial de não só ampliar oportunidades de emprego, mas também, como apresentado por Becker (1993), a capacidade de influenciar nas escolhas dos indivíduos. O autor afirma que homens e mulheres com mais instrução tendem a investir mais na própria saúde e na saúde dos filhos; que pessoas instruídas, nos Estados Unidos e em outras nações prósperas, tendem a fumar menos; que a educação das pessoas mais pobres ajuda a melhorar suas escolhas de alimentos não somente pelo aumento dos rendimentos, que permitem maiores gastos em comida, mas também, ao induzi-los a realizar escolhas melhores e mais saudáveis, mesmo quando o montante total gasto em alimentos é mantido constante. A partir dessa reflexão, pode-se partir para uma análise apresentada ainda por Becker

No discussion of human capital can omit the influence of families on the knowledge, skills, values and habits of the children. (...) Large differences among young children grow over time with age and schooling because children learn more easily when they are better prepared. Therefore, even small differences among children in the preparation provided by their families are frequently multiplied over time into large differences when they are teenagers. This is why the labor market cannot do much for school dropouts who can hardly read and never developed good work habits, and why it is so difficult to devise policies to help these groups. (...) Parents have a large influence on the education, marital stability and many other dimensions of their children's lives (BECKER, 1993, p. 21).

---

<sup>4</sup> Os estudos de Langoni mostraram que, no grupo estudado, houve um aumento de 79% da proporção de universitários, acompanhado por aumento de 11% de suas rendas relativas, enquanto que, simultaneamente, mesmo com redução substancial de sua participação na força de trabalho, os analfabetos não tiveram nenhum acréscimo de renda real e, conseqüentemente, tiveram redução considerável de sua renda relativa (-26%).

Schultz (1987) mostra que, já na década de 1980, estudos sobre capital humano emergiam, embora houvesse, naquele período, uma lacuna no que tangia a compreensão dos processos que envolvem a existência e a reprodução da pobreza. Ele chamava a atenção para o fato de que muito mais ou tão importante quanto o conhecimento minucioso sobre a superfície da Terra ou da Tecnologia, seria o conhecimento das experiências e das realizações das pessoas pobres. O autor ressalta a questão de que a maioria das pessoas do mundo é pobre e percebe uma remuneração ínfima por seu trabalho, sendo que a metade ou até mesmo mais de sua magra renda é gasta em alimentos. Assim, para Schultz, o que muitos economistas deixam de compreender é que as pessoas pobres não são menos preocupadas a respeito da melhoria de sua sorte e da sorte de seus filhos do que as pessoas ricas. Assim, o que lhes impediria de investir na educação dos filhos seria, principalmente, as limitações de ordem financeira.

Barros et al. (2001) retomam a questão da pobreza, ao analisar os determinantes do desempenho educacional no Brasil. Os autores ressaltam o fato de que o Brasil apresenta indicadores educacionais abaixo dos padrões internacionais, sendo ainda mais preocupante o fato de que o subinvestimento em capital humano tem consequências mais sérias entre famílias mais pobres. Dado que pessoas menos escolarizadas serão, com maior probabilidade, pobres no futuro, essa natureza diferenciada do investimento em educação leva à transmissão intergeracional da pobreza

Quanto menos pobres as famílias mais recursos elas têm, e portanto mais recursos elas dedicam ao investimento em capital educacional. Na verdade, as famílias com menos recursos são aquelas em que o volume de investimentos em capital humano ficará mais aquém do desejável, provocando um fenômeno ainda mais preocupante que o subinvestimento em si, que é o processo de transmissão intergeracional da pobreza. Uma vez que um indivíduo é tão mais pobre quanto menos educado for, aqueles nascidos hoje em famílias pobres serão provavelmente menos escolarizados e, portanto, tenderão a ser os pobres de amanhã (BARROS et al., 2001, p. 9).

No ano de 1995, Barros e Mendonça, em um estudo que analisa a questão da pobreza, estrutura familiar e trabalho, adentram a questão da família como a instituição-chave no que se refere à distribuição de recursos em uma sociedade. Para os autores, o fato de que mais da metade da população não possui renda e, portanto,

tem seu bem-estar completamente determinado por transferências advindas da outra metade da população, revela a família como uma instituição de importância fundamental no processo de distribuição de recursos de uma sociedade. A quase totalidade das transferências entre estas duas metades da população brasileira se dá no interior da família e, portanto, o bem-estar de cada membro sem renda é totalmente determinado pelos recursos da família a que pertence.

Ocorre, entretanto que, em países como o Brasil, onde significativa parcela da população é classificada como pobre, essa realidade torna-se ainda mais latente, visto que os investimentos do governo não priorizam a educação, ou pior, a educação é tratada como gasto, e não como investimento. No Brasil, a combinação de um sistema educacional público precário com graves imperfeições no mercado de crédito tem feito com que o nível de investimentos em Capital Humano esteja sistematicamente abaixo dos padrões internacionais (BARROS e MENDONÇA, 1995). Não existem ativos públicos suficientemente empregados em Educação, o que faz com que as famílias tornem-se as maiores responsáveis pelos gastos com instrução, principalmente na educação de nível superior.

Esse processo se dá de forma complexa: com a oferta de educação básica de má qualidade pelo sistema público, os jovens de famílias de baixa-renda chegam ao final do Ensino Médio sem condições de competir com alunos de escolas particulares às vagas oferecidas pelas Universidades Federais. Assim, para a grande maioria que decide cursar uma faculdade, restam as instituições de ensino particulares. Na reflexão de Cox e Assis-Peterson (2008) é possível perceber a gravidade desse quadro

Os filhos das famílias abastadas são preparados, ironicamente, para ingressar em universidades públicas; para cruzar “legalmente” as fronteiras do país, em busca dos melhores empregos, para ocupar cargos de direção. Os filhos das famílias empobrecidas, geralmente, trabalham de dia para poder custear uma universidade privada à noite, isso quando não engrossam a base da pirâmide dos que se evadem da escola antes de completar o ensino básico (COX; ASSIS-PETERSON, 2008, p. 37).

Diante das limitações e dificuldades, conforme apontado por Becker (1993), os indivíduos tomarão a decisão de gastar em educação, treinamento, assistência médica, aperfeiçoamento ao conhecimento já existente e saúde levando em conta os custos e os benefícios dessa decisão.

Todavia, há que se considerar que, conforme estudos de Barros et al. (2001), indivíduos que procuram aumentar seu capital humano são, em geral, indivíduos voltados para o futuro, ou “pacientes”, visto que investimentos em Capital Humano (como mensalidades escolares ou universitárias, gastos com matrículas, taxas e livros) são feitos ao longo do tempo, esperando que a “qualificação profissional” que proporcionam, gerem, no futuro, rendimentos adicionais no salário que os compensem. Assim, ao decidir sobre o investimento em um curso superior para um de seus membros, a família compromete-se a investir em algo com retorno previsto para longo prazo.

Em um estudo que analisa os retornos financeiros privados de cursos de graduação relativos ao ano de 1995, Ribeiro et al. (2006) apontam que, independentemente das preferências dos indivíduos, um investimento vale a pena, quando apresenta retornos positivos. Além disso, a decisão de realizar tais investimentos depende de uma série de fatores. Primeiro, há uma comparação entre os ganhos salariais adicionais dos que têm curso superior e os ganhos de quem possui formação secundária: quanto maior a diferença entre esses ganhos a favor do curso superior, mais estimulados ficam os indivíduos a realizarem investimentos na universidade. Segundo, a idade, pois pessoas mais velhas são afetadas de duas formas: o lapso temporal para a recuperação dos investimentos em capital humano é menor em relação a pessoas com idade inferior, e o seu custo de oportunidade de frequentar o curso superior, em termos de renda perdida, é mais elevado (POULIN, 2001; EHRENBERG; SMITH, 2000, apud RIBEIRO et al., 2006).

Entretanto, estudos de Barros et al. (2001), apontam que havendo oportunidades imediatas no mercado de trabalho, é possível que o indivíduo “não paciente” opte por trabalhar, ao invés de estudar, pois quanto mais atraentes as alternativas de trabalho para os indivíduos em idade de estudar, menos atrativos serão os estudos e maior será o subinvestimento em Capital Humano. As conclusões dos estudos de Barros apontam ainda que em regiões mais pobres, como no caso do Nordeste brasileiro, a escolaridade dos moradores é mais sensível ao surgimento de oportunidades de trabalho e que as mulheres estão menos propensas a deixar que o trabalho afete seus estudos.

A pobreza aliada à carência de instrução, não só engrossa as estatísticas mundiais, mas também retira das famílias a possibilidade de vislumbrar mudanças,



de reprogramar seu futuro, o que é já seria demonstrado nas palavras de Alfred Marshal, ainda em 1985.

Mas a colocação de capital na criação e formação inicial de trabalhadores na Inglaterra é limitada pelos recursos dos pais das várias classes sociais, pela sua capacidade de previsão do futuro, e pela sua disposição de se sacrificarem em benefício dos filhos. Este mal é sem dúvida de importância pequena no que concerne às categorias industriais superiores, posto que nelas a maioria das pessoas sabe apreciar o futuro (...) Mas nas camadas inferiores da sociedade o mal é grande. Porque os poucos recursos e educação dos pais, bem como a sua incapacidade de avaliar o futuro, os impede de investir capital na educação e formação dos filhos com a mesma iniciativa privada e ousada com que o capital é aplicado para melhorar a maquinaria de qualquer fábrica bem administrada (MARSHAL, 1985, apud CERDEIRA, 2009, p. 27-28).

Empiricamente, é possível corroborar o que é apontado nos estudos de Barros e Cerdeira, e é válido mencionar que, em qualquer lugar do mundo e, especificamente, em um país de grandes dimensões como o Brasil, é nas regiões mais pobres que os baixos níveis educacionais, a pobreza e a inserção precoce no mercado de trabalho ampliam, de forma mais séria, a distância entre os jovens e a educação formal.

### **3.3. Educação de jovens e políticas de incentivo à educação no Brasil**

Ao consagrar o direito e a oferta universal do ensino fundamental público e gratuito, independentemente de idade, a Constituição de 1988 gerou expectativas de que a educação de jovens e adultos deixaria de ocupar lugar secundário na hierarquia de prioridades das políticas educacionais e passaria a receber mais investimentos. Mais de uma década depois, documentos de legislação e política educacional continuavam a reivindicar a ampliação dos fundos públicos para o financiamento da educação básica de jovens e adultos, como apontado por Cury (2000) e Marchezan (1999), apud Di Pierro (2000).

Mesmo tendo havido significativas alterações nas formas de financiamento da educação, como a consolidação dos gastos nas três esferas do governo, a maior parte desses investimentos era focada no ensino fundamental de crianças e adolescentes, onde o setor público realizou a maior parcela do dispêndio com educação e cultura. Em seguida estavam as despesas com manutenção e administração da educação e,

por último, o ensino superior, cujo dispêndio total estava e continua fortemente concentrado nas mãos da União (DI PIERRO, 2000).

Tal situação fica clara na explicação de Capella (2007), segundo a qual um entrave para a implementação de políticas eficazes em educação são as próprias prioridades do estado, uma vez que, dada a diversidade e volume de questões sociais, algumas recebem prioridade na composição da agenda de decisões do governo. Ainda, conforme Camargo (2004), o volume de recursos disponível para a implementação dos programas sociais define os limites de atuação do Estado. Se aumenta o grau de abrangência dos programas, o volume de recursos necessários aumenta rapidamente. Por exemplo, se o sistema educacional público deve ter como objetivo o atendimento gratuito de todos os cidadãos em todos os níveis de ensino, os gastos serão muito maiores do que se estiver concentrado apenas no ensino fundamental. Dessa forma, a definição do grau de abrangência dos programas sociais está diretamente relacionada à definição de prioridades por parte do Estado.

Todavia, é amplamente questionável a forma como são hoje definidas tais prioridades. Segundo Schwartzman (2004), o Brasil gasta em educação valores comparáveis a países com renda per capita bem mais elevada, como o Canadá e Reino Unido. O que ocorre, segundo o autor, é que grande parte desses gastos, principalmente os destinados ao ensino superior, concentram-se no financiamento do sistema universitário público, onde estudam somente os jovens de classes mais altas.

Esta, bem como outras análises dos números, não são animadoras e indicam profundas carências e discrepâncias no sistema educacional brasileiro. De acordo com dados de Corbucci et al. (2009), a incidência do analfabetismo é tanto maior quanto mais elevada é a faixa etária dos jovens brasileiros. Há elevada distorção idade-série, na medida em que 32% dos jovens de 15 a 17 anos ainda cursam o ensino fundamental e apenas 13% da população de 18 a 24 anos frequentam a educação superior.

Quando se analisam as taxas de analfabetismo no Brasil segundo os diferentes grupos de idade, verifica-se enorme distância entre jovens e idosos. Se na faixa de 15 a 24 anos a taxa de analfabetismo correspondia a 2,2%, em 2007, entre pessoas com 60 anos ou mais a proporção de analfabetos atingia 28,4%, fato revelador de um enorme passivo educacional ainda não saldado. Essa diferença talvez possa ser explicada pelo fato de que o primeiro grupo – pessoas entre 15 e 24 anos – contou com oportunidades mais amplas de acesso à escola, devido às políticas

de universalização do ensino fundamental. Corbucci et al. apontam ainda um dado extremamente preocupante que sinaliza o fracasso do Ensino fundamental: apesar de ter havido acentuada redução do analfabetismo no segmento de jovens, entre 1996 e 2007, esse avanço não foi acompanhado de redução das disparidades regionais e uma grande proporção de analfabetos declaram ter frequentado a escola sem, no entanto, ter aprendido a ler e escrever sequer um bilhete simples.

Partindo-se da constatação dessa realidade, embora o presente estudo tenha seu foco numa política de incentivo ao ensino superior, considera-se importante apresentar dados relativos à educação de jovens no Brasil, uma vez que, dada a existência de baixos níveis de escolaridade entre a população, é fato que as ações voltadas para o aumento da escolaridade da população terão efeito, direta ou indiretamente, no número de jovens potencialmente aptos a ingressar no ensino superior. Ainda, de acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad (2008), um dos objetivos do atual Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – é desenvolver ações que vislumbrem a educação de forma sistêmica, compondo seus níveis, etapas e modalidades, elos de uma cadeia que se reforça mutuamente.

Nesse sentido, antes de adentrar a questão do ensino superior, abre-se aqui um parêntese, no intuito de apresentar brevemente, as ações que, de formas diversas, envolvem a juventude brasileira.

### **3.3.1. A Educação de Jovens e Adultos – EJA, PROEJA, Projovem e Escola de Fábrica**

O Ministério da Educação - MEC tem implementado ações no sentido de reduzir os índices de analfabetismo no país. Entre essas medidas está a reformulação do Programa Brasil Alfabetizado, a EJA<sup>5</sup>, que foi integrado ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, no intuito de assegurar prioridades de atendimento, bem como melhores condições de operacionalização. Entre as estratégias estão: a prioridade para municípios com taxas de analfabetismo superiores a 35%; contratação de consultores com a missão de auxiliá-los no processo de elaboração dos planos plurianuais - PPA e, entre outras, a responsabilização dos municípios pela implementação das ações de alfabetização, na medida em que passam a contar com 80% dos recursos do programa (CORBUCCI et al., 2009).

---

<sup>5</sup> Educação de Jovens e Adultos, criado pelo projeto de lei n° 4173 de 1998.

Além do EJA, foi criado o PROEJA<sup>6</sup>, com o objetivo de atender as demandas por qualificação e requalificação profissional da população adulta de baixa escolaridade, por intermédio de uma rede específica de cursos de curta duração, que ficaram a cargo dos CEFETs e IFETs<sup>7</sup>. Os matriculados no PROEJA cursam, de forma integrada, o Ensino Médio e uma modalidade de curso técnico. O conteúdo técnico organiza-se de forma direcionada, buscando atender a demandas regionais e sazonais, de acordo com a realidade geográfica e perfil sócio-econômico da região onde se localiza a instituição que oferece o curso. O programa, que oferece auxílio financeiro para os matriculados, também prevê a participação de pessoas com necessidades educacionais especiais, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, populações do campo e indígenas.

Ainda na linha da educação profissional tecnológica, o governo criou o ProJovem<sup>8</sup> e o programa Escola de Fábrica<sup>9</sup>, que se apóiam em parcerias firmadas com o setor privado e oferecem formação técnica em cursos de qualificação profissional a jovens de famílias de baixa renda. (FRIGOTO et al. 2007).

Quanto ao ProJovem, sua principal proposta é levar qualificação social e profissional a jovens entre 15 e 29 anos, inserindo-os no mercado de trabalho em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas geradoras de renda. De acordo com dados do MEC (2009), em 2009, o programa, antes focado somente nas capitais, foi ampliado para cidades com mais de 200 mil habitantes. Os cursos levam em conta a necessidade de mão-de-obra capacitada dessas regiões e a atividade tem a carga horária de 1.600 horas/aula, sendo 1.200 horas presenciais (que incluem educação escolar, ensino profissionalizante e trabalhos comunitários) e 400 horas não-presenciais, que poderão ser cumpridas de formas diversas. Durante o período que estiverem participando dos cursos, os jovens recebem uma Bolsa de Auxílio Financeiro.

O ProJovem é composto pelo ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

---

<sup>6</sup> Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, criado pelo Decreto nº 5840, de Julho de 2006.

<sup>7</sup> Os CEFETs são os Centros Federais de Educação Tecnológica e os IFETs são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008, pelo Projeto de Lei 3775/08, a partir da integração de algumas instituições como CEFETs, escolas técnicas, escolas agrotécnicas e colégios técnicos, formando os diversos campi dos IFETs.

<sup>8</sup> Programa nacional de inclusão de jovens, instituído pela Lei 11.129 e regido pela Lei 11.692.

<sup>9</sup> Criado pela lei 11.180, de setembro de 2005.

à Fome - MDS; ProJovem Urbano, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República; ProJovem Campo - Saberes da Terra, sob coordenação do Ministério da Educação, e o ProJovem Trabalhador, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O Programa Escola de Fábrica, por sua vez, destina-se a jovens na faixa de 16 a 24 anos, que devem estar matriculados na rede pública regular do ensino básico e ter renda familiar per capita de no máximo um salário mínimo e meio. O governo federal custeia as bolsas dos estudantes, repassando recursos às unidades gestoras, que se responsabilizam pela implementação do Programa. As empresas, por sua vez, liberam espaço, mobiliário e instrutores para as turmas.

O Programa oferece formação em 20 áreas, dentre as quais agropecuária, meio ambiente, saúde, turismo, design e construção civil. São cursos presenciais, com duração de 600 a 1200 horas, em 230 municípios do país. O público prioritário é formado por estudantes atendidos pelo programa Brasil Alfabetizado ou que estejam ingressando na educação de jovens e adultos. Lançado em dezembro de 2004, o programa baseia-se em unidades gestoras (prefeituras, organizações não-governamentais, secretarias estaduais e municipais de educação, fundações, escolas e cooperativas), unidades formadoras (empresas e indústrias) e no Ministério da Educação, que atua como agente financeiro, fiscalizador e supervisor do processo.

As ações do governo federal mencionadas anteriormente são questionadas por diversos autores. Para Frigotto et al. (2007), no momento em que o governo se dedica à ampliação de cursos profissionalizantes, de curta duração, ele valoriza a cultura do trabalho simples e da baixa escolaridade, que há muito havia sido superada pela cultura do trabalho complexo, de base científico-tecnológica. Para esse autor, no caso da Escola de Fábrica, por exemplo, retoma-se o fundamento da educação profissional do início do século: formar mão de obra necessária ao desenvolvimento econômico e educar psicofisicamente os jovens trabalhadores para a divisão social do trabalho.

Ora não seria de fato uma contradição, fomentar a baixa escolaridade e o trabalho tecnicista, num momento em que, conforme aponta Dourado et al. (2003), as bases da nova economia constituem-se em uma sociedade técnico-científica-informacional, centrada na produção de novas tecnologias e na rearticulação e criação de processos organizacionais inovadores? Na contramão, porém, haveria uma outra forma de resgatar os evadidos da educação básica, principalmente aqueles que já se encontram além da idade ideal para cursá-la? O mesmo se pergunta com relação

àqueles que, também em lapso de idade, já constituíram família e precisam se manter empregados para obter renda.

### **3.3.2. O ensino médio: a um passo do ensino superior**

Partindo-se da idéia de que o aumento do número de jovens que frequentam o Ensino Médio tem relação direta com o número de jovens potencialmente “aptos” a ingressar em cursos superiores, aborda-se brevemente o atual quadro deste nível de ensino no Brasil.

De acordo com dados do Censo Escolar 2009, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em 2009, havia 7 milhões, 254 mil e 184 alunos frequentando o Ensino Médio. Destes, 82.618 mil frequentavam escolas de tempo integral e o restante frequentava escolas de tempo parcial. Estes números contemplam somente os alunos das redes estaduais e municipais, não estando incluídos os alunos matriculados em instituições federais de Ensino.

Os dados do INEP apontam que houve, em 2009, uma queda de 0,3 % no número de matrículas em relação a 2008 e, por outro lado, houve um aumento expressivo no número de alunos matriculados em escolas de tempo integral, passando de 51.356 mil em 2008, para 82.618 mil em 2009, sendo a região Centro-Oeste a segunda a registrar o maior aumento nessa categoria.

Silva e Andrade (2009) apontam que, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD - em 2007, a população brasileira de jovens entre 15 a 29 anos alcançava cerca de 49,8 milhões de pessoas, correspondendo a 26,54% da população total. Destes jovens, 29,8% poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (SM). No grupo de 15 a 17 anos, apenas 47,9% cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado a esta faixa etária. Na área rural, este índice não ultrapassava 30,6%. Ainda, em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, representando um número de 60,74% do total de desempregados no país e correspondente a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos. Especialmente elevado - 19,8% - era o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam.

Ao lado do tema do desemprego, o da violência comparece com grande destaque nas conclusões do IPEA, quando se busca identificar as vulnerabilidades na situação social da juventude brasileira. Nos últimos anos, registram-se números assustadores de vítimas fatais entre os jovens, sendo que o óbito por causa violenta vem aumentando seu peso na estrutura geral da mortalidade no Brasil, desde os anos 1980, afetando, principalmente, jovens do sexo masculino, pobres e negros, com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades do país.

Com relação aos jovens que frequentam o Ensino Médio, Schwartzman (2004) ressalta um dado relevante: houve um aumento expressivo do número de concluintes nesse nível de ensino no período que foi de 1994 a 2002, com aumento de 993 mil para 1885 mil do número de jovens matriculados. Ocorre, porém, que este aumento deu-se mais fortemente em escolas estaduais e no turno da noite, sendo que mais da metade dos alunos estava na faixa etária correspondente e cerca de 20% tinham mais de 20 anos de idade. Portanto, segundo o autor, estes seriam alunos de baixa renda, que já necessitam trabalhar ainda no período de ensino médio e tem pouca probabilidade de ingressarem em cursos superiores gratuitos.

É justamente a partir do que é apresentado por Schwartzman (2004), que ancora-se a abordagem do presente estudo. Partindo-se do fato de que há inúmeras carências por parte dos jovens de famílias de baixa renda em idade de ingressar no ensino superior, assume-se que são necessárias ações do governo direcionadas para este público, não somente voltadas para a educação de perfil técnico e profissional, mas com vistas a possibilitar o acesso a níveis educacionais mais elevados.

De acordo com Oliveira (2009), a escola constitui-se como um agente de promoção de justiça social. Através da escola, segundo a autora, é possível implementar programas para corrigir desequilíbrios na estrutura social, uma vez que, mesmo em meio a crises, a educação ainda é vista como a maior possibilidade de mobilidade social, constituindo-se, nesse sentido, como passagem obrigatória na vida dos indivíduos. A autora destaca que no século XX houve uma larga ampliação do acesso à escolarização, quando a escola passou a fazer parte da vida dos indivíduos, determinando suas condições de inserção social, seu grau de cidadania, sua relação com o trabalho e com o mundo.

### 3.3.3. O ensino superior

De acordo com dados do Censo da Educação Superior do INEP, em 2008, 1.936.078 novos alunos ingressaram no ensino superior, 8,5% a mais em relação a 2007. No total, o número de matrículas em 2008 foi 10,6% maior em relação a 2007, com um total de 5.808.017 alunos matriculados em cursos de graduação presencial e a distância. Ainda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD no ano de 2008, 5.932.244 pessoas frequentaram cursos de graduação no Brasil. A diferença de 124.227 alunos entre os resultados das duas pesquisas, de acordo com o INEP, pode ser atribuída à utilização de distintas metodologias e em razão do Censo da Educação Superior não incluir matrículas em cursos sequenciais de formação específica no total de matrículas citado.

Nos últimos anos, o governo federal tem implementado ações com vistas a aumentar o número de matrículas no ensino superior, cuja taxa de frequência mais que dobrou no período 1996-2007. Apesar dessa ampliação, no entanto, o patamar alcançado ainda se encontra muito aquém do desejado, tanto em relação à meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 30%, a ser atingida em 2011, quanto na comparação com os demais países latino-americanos. Ainda, são marcantes as desigualdades na frequência à educação superior entre jovens de 18 a 24 anos. Quando se considera a variável renda, verifica-se que a taxa de frequência oscila de 5,6%, para os que têm rendimentos mensais *per capita* de meio a um salário mínimo (SM), até 55,6%, para os jovens que se encontram na faixa de cinco SMs ou mais.

Outro dado importante é que 17,5% dos jovens residentes em áreas metropolitanas frequentavam a educação superior, em 2007, sendo este índice de apenas 3,2% entre moradores de áreas rurais. Notam-se ainda elevadas desigualdades quando se observa a condição de raça e cor: na medida em que negros apresentam taxa de apenas 35% da registrada entre brancos.

Dados do MEC apontam, ainda, que o aumento de matrículas no ensino superior nos últimos anos deu-se, principalmente, entre jovens com faixa etária acima de 24 anos, o que aponta na direção de que, com grande probabilidade, estes seriam jovens já inseridos no mercado de trabalho e que custeiam total ou parcialmente seus estudos.



A partir da constatação dessa realidade, o governo federal adotou um conjunto de políticas com vista a atenuar esse quadro. Tais medidas visam à ampliação das oportunidades de acesso e se propõem a aumentar substancialmente a oferta de vagas, por meio de estratégias diversas, como a expansão da rede federal de Ensino; o aumento da oferta de vagas em cursos na modalidade de Educação à Distância; políticas de apoio ao setor privado entre outras ações com vistas a melhorar a acessibilidade ao ensino superior. Nesse sentido, é válido mencionar Cerdeira (2009), para quem a acessibilidade e a capacidade de custear os estudos no ensino superior dependem fortemente de políticas de apoio social bem definidas, assim como de instrumentos concretos para concretizar esse apoio.

A seguir, parte-se para uma breve explanação acerca das atuais políticas e ações direcionadas ao ensino superior no Brasil.

### **3.3.3.1. O Reuni: olhos voltados para as instituições federais**

O MEC instituiu em 2007<sup>10</sup>, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, cuja meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. De acordo com o MEC (2009), através do programa serão alocados, nos próximos cinco anos, recursos financeiros adicionais da ordem de R\$ 7,2 bilhões. Em contrapartida, as universidades federais deverão aumentar para 90% a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais, bem como elevar para 18 o número médio de alunos por docente, que, em 2009, se situa em torno de dez. Para que a instituição possa beneficiar-se do adicional orçamentário, deverá apresentar proposta que contemple ações voltadas à consecução das metas previstas no programa.

De acordo com artigo do atual ministro da educação, Fernando Haddad (2008), o programa tem como uma de suas metas principais, melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação. De acordo com Haddad o Reuni objetiva expandir os cursos noturnos, ampliar a mobilidade estudantil, rever a estrutura acadêmica e diversificar as modalidades de graduação, o que permitirá, segundo Haddad, uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, aumentando expressivamente o

---

<sup>10</sup> Instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública.

Se as ações do Reuni conseguirem atingir a meta de alargar as portas das universidades federais aos jovens menos favorecidos economicamente, de fato, ter-se-á obtido um relativo progresso, uma vez que, conforme Barros e Foguel (2001), apenas os 30% mais ricos da população brasileira têm acesso ao ensino superior público, com uma concentração desse acesso entre os 20% mais ricos. O acesso dos 70% mais pobres a este serviço é praticamente inexistente.

### **3.3.3.2. O Programa Universidade Aberta do Brasil: ampliação do acesso**

Criado em 2005 pelo Ministério da Educação, o projeto da Universidade Aberta do Brasil - UAB<sup>11</sup> tem como principal objetivo articular e integrar “um sistema nacional de educação superior à distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil”. (ZUIM, 2006, p. 942).

O Sistema UAB foi criado em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES - e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

Em 2009, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs. De 2007 a julho de 2009, foram aprovados e instalados 557 pólos de apoio presencial com 187.154 vagas criadas. A UAB, ademais, em agosto de 2009, selecionou mais 163 novos pólos, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na

---

11 . Decreto 5.622/05 regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394/06 que trata do credenciamento para educação a distância; o decreto 5.800/06 trata sobre a Universidade Aberta do Brasil; os editais SEED/MEC/2005/2006 fazem a chamada pública para seleção de Pólos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para o Sistema UAB.

rede pública da educação básica, ampliando a rede para um total de 720 pólos. Para 2010, espera-se a criação de cerca de 200 pólos.

Os cursos são na modalidade a Distância, todos reconhecidos pelo MEC e são semi-presenciais. Nesse sentido, existem momentos em que os alunos devem necessariamente comparecer ao Pólo para participarem das aulas através do sistema de vídeo conferência com comunicação em tempo real.

Os dados da PNAD apontam que um dos fatores mais significativos da expansão dos números do ensino superior nos últimos dez anos foi o aparecimento da oferta de ensino a distância e a popularização dos cursos superiores de tecnologia. Com 315% de crescimento de 2003 a 2006, a educação a distância – EAD - mantém o patamar de crescimento anual na casa dos 80%. A oferta de cursos cresceu mais de 571% no período 2003-2006. Sem dúvida, a EAD foi um dos grandes novos fatores no ensino superior brasileiro nos últimos anos e promete se manter nesse patamar, no momento em que o governo federal usa a modalidade como forma de inclusão e treinamento de professores.

### **3.3.3.3. O setor privado: onde estudam os filhos das famílias de baixa renda**

É possível perceber que, no período de 1996 a 2002, houve um aumento expressivo da taxa de frequência líquida - na faixa etária de 18 a 24 anos – em cursos superiores do setor privado, o que também contou com o apoio do MEC. Para auxiliar o financiamento desse modelo de expansão, foi instituído, em 1999, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), em substituição ao Programa de Crédito Educativo (CREDUC). O Fies foi submetido a diversas modificações e, mais recentemente, passou a priorizar a concessão de financiamentos a estudantes matriculados em instituições que tenham aderido ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Através deste programa já foram concedidos mais de 450 mil financiamentos a estudantes de graduação. A partir daí, as matrículas nas instituições privadas tiveram crescimento de 132% no período 1997-2003, com taxas anuais nunca inferiores a 11%.

O ritmo de crescimento da oferta de vagas pelo setor privado foi relativamente intenso, atingindo 241% nesse período, resultando numa defasagem entre oferta e demanda e, por conseguinte, elevado percentual de vagas ociosas. Em virtude dessa subutilização da capacidade instalada no setor privado e da baixa taxa

de frequência a esse nível de ensino entre jovens de 18 a 24 anos, foi instituído pelo governo federal, em 2004, o ProUni, por meio do qual são concedidas bolsas de estudos em instituições privadas para estudantes que tenham renda familiar *per capita* de até três SMs. Mesmo sob críticas diversas quanto à sua pertinência e legitimidade, o ProUni beneficiou mais de 300 mil estudantes entre 2005 e 2007, dos quais 65% receberam bolsas integrais.

A seguir, apresentam-se as características básicas destes programas:

#### **3.3.3.4. O FIES: o financiamento como possibilidade**

O Programa de Financiamento Estudantil – FIES - é destinado a financiar, prioritariamente, a graduação no Ensino Superior de estudantes oriundos de famílias que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Após o atendimento prioritário aos cursos de graduação, havendo disponibilidade de recursos e autorização do Agente Operador do Programa, o FNDE, o FIES poderá financiar também cursos de mestrado e doutorado e cursos técnicos de nível médio.

De acordo com dados no MEC (2009), o FIES foi criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo – PCE/CREDOC e já beneficiou mais de 560 mil estudantes, com uma aplicação de recursos da ordem de R\$ 6,0 bilhões entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos. A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais, beneficiados com bolsa de 50%, do Programa Universidade para Todos - ProUni<sup>12</sup>. Apenas para este público já foram realizadas mais de 9,2 mil contratações.

O FIES é um programa com alto padrão tecnológico. Praticamente todas as operações do processo, iniciando-se pela adesão das instituições de ensino, passando pela inscrição dos estudantes e divulgação dos resultados e entrevistas são realizadas pela Internet. Os critérios de seleção são impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população de situação econômica menos privilegiada.

Para se inscrever, o estudante precisa prestar informações relativas aos seus dados acadêmicos, como número de matrícula na faculdade, nome do curso e habilitação, turno, regime acadêmico, valor da semestralidade, percentual de

---

<sup>12</sup> Institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005

financiamento desejado, quantidade de semestres já cursados, além de dados familiares, como número de pessoas no grupo familiar, condições de moradia, renda bruta e renda agregada mensal familiar.

A responsabilidade de gestão do FIES, antes da Caixa Econômica Federal, passa agora para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Entre as mudanças, tem-se que, a partir de 2011, só estudantes que tiverem participado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2010 – poderão se candidatar ao FIES. Ainda, segundo a nova lei do FIES, publicada no início deste ano, haverá o abatimento de 1% da dívida para os jovens que optarem por licenciaturas e atuarem como professores da rede pública de educação básica. Também tem direito ao abatimento de 1% da dívida, os alunos que optarem pelo curso de medicina e decidirem por atuar no Programa Saúde da Família – PSF – em áreas prioritárias definidas pelo Ministério da Saúde.

A mudança na gestão do FIES, foi proposta pelos ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Fazenda, Guido Mantega, numa tentativa de atrair agentes privados para participar do fundo. A mudança na gestão do FIES, talvez se explique pelo fato de que, segundo Cerdeira (2009), empréstimos a estudantes são sempre de risco e geralmente são os governos quem assume estes riscos. Segundo a autora, países em vias de desenvolvimento, geralmente tem dificuldades na implementação de um programa de empréstimos. Segundo Woodwall (2007) apud Cerdeira (2009), o principal desafio que os governos têm encontrado, em todo o mundo, é o de reformar as políticas de financiamento do ensino superior, dando resposta a dois principais fatores de pressão: a crescente procura privada do ensino superior e os fortes condicionamentos dos orçamentos públicos.

#### **3.3.3.5. O ProUni: mérito e gratuidade**

O Programa Universidade para Todos - ProUni - foi criado em 2004 e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As universidades que participam do programa são beneficiadas na forma de isenção fiscal por parte da União (MEC, 2009).

De acordo com o ministro da educação, Fernando Haddad (2008), no ProUni, ficaram estabelecidos dois tipos de bolsas: integral ou parcial de 50%. Estabeleceu-se

ainda que os beneficiários devem ser selecionados pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, quando a concessão da bolsa teria como único critério o mérito. No entanto, foi definido também o perfil sócio-econômico dos bolsistas: egressos de escola pública, com renda familiar per capita de até um e ½ SM para a bolsa integral e de até três SMs para bolsa parcial de 50%. O ProUni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o FIES, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

A instituição de ensino que aderir ao Programa deverá conceder uma bolsa de estudo para cada nove estudantes regularmente matriculados, considerando-se os cursos oferecidos, os turnos e a unidade administrativa da Instituição de Ensino Superior - IES. A seleção dos beneficiados deverá beneficiar também negros e indígenas em igual proporção à sua participação no conjunto populacional.

Tais regras são, porém, mais rígidas para as instituições enquadradas como beneficentes. Para estas, obriga-se a concessão de uma bolsa de estudo para cada quatro estudantes regularmente matriculados, devendo os beneficiados ter o mesmo perfil do caso anterior. Dessa forma, tanto a isenção de impostos como o credenciamento da IES no Programa de Financiamento Estudantil – FIES - ficarão condicionados à adesão ao ProUni.

Essa forma de auxílio vem ocorrendo sob diversas críticas. De acordo com Paulo Roberto Corbucci (2004), a principal crítica dirigida a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a isenção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. O MEC, por sua vez, rebate a crítica, argumentando que o grau de evasão fiscal nesse nível de atividade empresarial é tão elevado que aquilo que se deixaria de arrecadar seria irrisório comparado com o benefício que a ampliação do acesso à educação superior poderia oferecer. Neste sentido, é válido ressaltar também, que tal política tem, incontestavelmente, o potencial de utilizar as vagas ociosas das IES privadas, uma vez que estas compõem importantes mecanismos para a política de expansão do acesso ao ensino superior.

### 3.3.3.6. Bolsas de estudo: mais um passo rumo à acessibilidade

Mesmo constituindo o ProUni um programa de concessão de bolsas de estudo, optou-se, neste trabalho, por dedicar um reflexão específica a esta questão, uma vez que o objetivo central da pesquisa foi analisar uma política local de concessão de bolsas de estudo a estudantes de baixa renda. Bolsas de estudo são assim definidas por Johnstone (2004) apud Cerdeira (2009):

[...] uma forma de assistência financeira não reembolsável, seja para os pais ou para o estudante, com o propósito de responder à quaisquer despesas associadas à educação pós-média, neste caso especificamente, assistência governamental (diferente de filantropia) e diferente ainda dos subsídios mais gerais do governo (como aqueles que cobrem a maioria das despesas de instrução em instituições públicas ou aqueles que reduzem o custo do empréstimo para todos os estudantes) (JOHNSTONE, 2004, apud CERDEIRA, 2009, p. 139).<sup>13</sup>

De acordo com Cerdeira (2009), quando um estudante se depara com a decisão de matricular-se ou não em um curso particular de graduação, ele se depara com três barreiras. A primeira delas seria quando o estudante considera que o custo da frequência do curso de ensino superior é demasiado elevado relativamente ao benefício ou aos ganhos que poderá obter após se diplomar. Aí surgiria a primeira possibilidade de não ingresso. Para os estudantes que ultrapassam essa primeira barreira, surge a segunda: os estudantes ou as suas famílias não dispõem de parte ou de todos os recursos necessários para cobrirem os custos que têm que enfrentar, quando a possibilidade de um empréstimo poderia representar uma solução. Porém, Cerdeira aponta então a terceira barreira: os empréstimos podem suscitar uma forte resistência, havendo em certos grupos sócio-econômicos uma forte aversão à dívida. Diante dessa última barreira, conforme apontado pela autora, alguns estudantes que resistem a contrair dívidas podem sentir-se incentivados a trabalhar em tempo integral ou em tempo parcial para conseguirem recursos para o prosseguimento dos seus estudos. Neste momento, como apresentado por Barros et al. (2001), o ingresso no mercado de trabalho pode fazer com que o jovem desista de cursar o ensino superior.

Isto posto, Cerdeira ressalta que, nessa situação, a concessão de bolsas de estudo, que não tem a obrigação do reembolso, são a última alternativa para esses

---

<sup>13</sup> Tradução da autora deste trabalho.

jovens, uma vez que os estudantes provindos de famílias mais desfavorecidas e de baixo capital cultural são particularmente afetados por todas estas três barreiras.

Quando se volta o olhar para os estudantes de baixa renda, encontram-se vários outros fatores que justificam a oferta de bolsas de estudo. Schwartzman (2004) chama a atenção para a questão da inadimplência. Segundo o autor, a crescente matrícula de alunos de menor poder aquisitivo tem levado a índices de inadimplência próximos de 20% ao longo do semestre, dependendo da instituição. A legislação em vigor veda que as instituições impeçam que estes alunos prossigam o ano letivo ou lhes neguem os documentos necessários à sua transferência ao final do período letivo, o que implica a possibilidade de sua saída sem a quitação da dívida. Não havendo, por parte do poder público, estratégias suficientes de apoio financeiro a estudantes de baixa renda, resta às instituições negociar com estes alunos, numa tentativa de mantê-los na escola e não agravar os índices de evasão.

Corroborando com os objetivos do presente estudo, Stallivieri (2007), ressalta que o crescimento do setor privado é proporcional à capacidade de pagamento dos seus alunos, da existência de alternativas de fontes de financiamento como programas de crédito educativo, bolsas de estudos e do investimento individual feito pelos alunos. Reforçam os argumentos da autora, o fato de que a expansão do sistema de Ensino Superior precisa do setor privado da educação, uma vez que este corresponde a 70% das matrículas e absorve um contingente muito expressivo de alunos de graduação. Como já abordado anteriormente, somente 30% dos jovens brasileiros frequentam instituições de ensino superior públicas.

Por fim, retomando a linha de pensamento de Schwartzman (2004), chama-se aqui a atenção para o fato de que todas as políticas recentemente desenvolvidas no sentido de expandir o acesso ao ensino superior ainda se mostram insuficientes para responder à demanda. Ou seja, ainda restam milhares de jovens que, não se beneficiando, por motivos diversos, de políticas como o FIES ou o ProUni desistem de matricular-se no ensino superior, compondo estes, em sua maioria, jovens dos estratos mais pobres da sociedade.

Nesse sentido, para além das macropolíticas que buscam abranger toda a população de um país, há que se considerar também as ações que se implementam no microcosmos do estado, possibilitando aos grupos, agentes, indivíduos e movimentos antes afastados do processo político uma participação efetiva no arranjo da sociedade, na verificação e indicação das prioridades sociais. Conforme Warren



(1996), isso possibilita que as decisões e inovações, cada vez mais, originem-se do centro da sociedade, longe da esfera de poder tradicional. Para o autor, indiscutivelmente, é a experiência localizada e a efetivação concreta dos movimentos em âmbito local que ampliam enormemente as perspectivas de transformações sociais.

É exatamente sob essa perspectiva, que o presente estudo busca analisar uma política local de financiamento da educação superior, implementada no município de Córrego Fundo, no interior de Minas Gerais. Os objetivos de pesquisa aqui propostos, apontam para o fato de que financiamentos públicos subsidiados amenizam, melhoram e revertem os retornos dos investimentos em educação. Pressupõe-se que, quanto mais alto for o percentual de financiamento, mais significativo e positivo é o impacto deste para os retornos calculados. Assim, políticas públicas voltadas para o financiamento subsidiado contemplariam os mais desfavorecidos nos estratos de renda, sendo estes os que precisam mais de financiamento e, portanto, os que mais se beneficiariam com ele.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, através da qual foram analisadas questões relativas ao conflito entre trabalho e investimento em capital humano, visto que os dados coletados permitiram uma análise situacional de médio e longo prazo. Trata-se de um estudo de caso, quanti-qualitativo, de cunho longitudinal, onde partiu-se da análise de documentos que continham informações sobre os jovens de Córrego Fundo matriculados no ensino superior no Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG. Estes documentos eram relativos aos anos de 1995 a 2009 e foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Córrego Fundo e pela Secretaria Acadêmica do UNIFOR-MG.

O estudo de caso permite ao pesquisador analisar em profundidade, e por um período de tempo, um indivíduo, uma família, um evento e, da mesma forma, um grupo (BABBIE, 1999). Ainda, segundo Yin (2003) o estudo de caso compõe-se de uma investigação que pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Para o autor, este método constitui-se de uma estratégia de pesquisa não-laboratorial rigorosa e abrangente, apropriada à compreensão de complexos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

O estudo, que teve como instrumentos de coleta de dados a análise documental e a aplicação de questionários aos participantes da pesquisa, envolveu diferentes unidades analíticas. O delineamento empírico da pesquisa foi do tipo *survey* que, segundo Babbie (1999), é utilizado em pesquisas que utilizam unidades amostrais.

## **4.1. Local de estudo**

### **4.1.1. O município**

Córrego Fundo é um pequeno município localizado no Oeste de Minas Gerais. Possui 5939 habitantes e uma área de 110 Km<sup>2</sup>, de acordo com dados do IBGE (2009). A principal fonte de renda do município é a produção de cal, que abrange desde a extração da matéria prima – a pedra crua - até o seu processamento, a queima, seguido do transporte até o consumidor final: empresas e indústrias ligadas à fabricação de medicamentos, açúcar, construção civil, entre outros. Essas atividades envolvem a detonação da pedra com explosivos, a sua quebra manual em partes menores, o carregamento dos caminhões e o transporte até as empresas que processam a queima desse material. Posteriormente ao processamento da cal, tem-se, ainda, empresas e indivíduos envolvidos nas atividades de transporte do produto pronto até as indústrias que o utilizam para fins diversos.

Dados estatísticos do Cadastro Central de Empresas do IBGE (2008) apontam que o município conta com 212 empresas locais, onde trabalham 1475 pessoas, com uma renda média de 1,8 SMs. Dessas empresas, a grande maioria está ligada à extração, produção e transporte da cal, estando as demais distribuídas entre áreas diversas, desde venda de bens de consumo, até a prestação de serviços. Esse quadro, acrescido de uma agricultura de pequeno porte e de uma empresa do ramo de confecções, resulta num PIB *per capita* de R\$ 12.388,00 (doze mil, trezentos e oitenta e oito reais), conforme dados do IBGE (2007), valor alto se comparado a municípios do mesmo porte, em Minas Gerais, e até mesmo em outras regiões. No entanto, não diferentemente de muitos municípios brasileiros, existe uma distribuição de renda relativamente desigual, estando a maior parte da renda concentrada nas mãos dos proprietários das empresas produtoras de cal.

Até o ano de 1995, Córrego Fundo era Distrito pertencente à cidade de Formiga, localizada a 12 Km do município. Após sua emancipação, o município de Córrego Fundo teve plenas condições de desenvolvimento, visto que os impostos gerados pelas indústrias locais, principalmente as produtoras de cal, antes destinados a Formiga, passaram a permanecer no município, permitindo-lhe implementar ações de urbanização em curto prazo.

No entanto, embora com independência administrativa e financeira, o município de Córrego Fundo ainda depende, em alguns aspectos, das estruturas das cidades de Formiga, localizada a 12 km, e Arcos, localizada a 25 km, principalmente naqueles aspectos relativos à capacitação e educação, tais como escolas particulares de Ensino Fundamental e Médio, cursos de idiomas e instituições de ensino superior. No município de Córrego Fundo há quatro escolas, sendo duas da rede estadual e duas da rede municipal, além de uma creche municipal. Todas as unidades escolares localizam-se no perímetro urbano e oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio, sendo que a prefeitura municipal oferece transporte gratuito especificamente para os estudantes do Ensino Fundamental. No ano de 2008, essas escolas obtiveram 806 matrículas no Ensino Fundamental e 189 matrículas no Ensino Médio.

De acordo com dados do IBGE (2010), no ano de 2000, o município de Córrego Fundo tinha uma população de 5.179 (cinco mil, cento e setenta e nove habitantes e possuía cerca de 1211 (um mil, duzentos e onze) pessoas frequentando a escola. Destes, 206 frequentavam creche, pré-escola ou classes de alfabetização, 774 frequentavam o Ensino Fundamental, 201 frequentavam o Ensino Médio e 29 frequentavam ensino superior, não havendo pessoas matriculadas em cursos pré-vestibulares, de educação de jovens e adultos ou cursos de mestrado e doutorado.

As pessoas matriculadas em creches tinham entre 0 e 3 anos de idade e as matriculadas na fase pré-escolar ou classes de alfabetização tinham idade entre 4 e 14 anos. As pessoas que cursavam Ensino Fundamental estavam na faixa etária que vai de 5 até 50 anos ou mais; as que cursavam Ensino Médio tinham entre 15 e 39 anos e todas as pessoas matriculadas em cursos de graduação, situavam-se na faixa etária de 20 a 24 anos, sendo importante ressaltar que neste período, 1268 pessoas encontravam-se na faixa etária de 17 a 29 anos<sup>14</sup>, recorte delimitado neste estudo como sendo a idade em que os jovens do município estariam em idade potencial de se inserir em um curso superior.

---

<sup>14</sup> De acordo com o IBGE, não existe uma faixa etária específica classificada como “jovens”. O que existe são estudos direcionados a determinados grupos etários. Nesse sentido, tomaram-se por base alguns estudos do IBGE e do IPEA direcionados à população jovem brasileira. Alguns desses estudos analisam a população entre 15 e 24 anos, enquanto outros analisam a população entre 15 e 29 anos. A partir daí, decidiu-se, para o presente estudo, incluir os jovens do município de Córrego Fundo com idade entre 17 e 29 anos, uma vez que, conforme dados da PNAD (2008), o crescimento do ensino superior brasileiro ainda está baseado na população de faixa etária mais velha, acima dos 24 anos.

Dados do Censo Escolar de 2009 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, apontam que, no referido ano, o município contava com 214 matrículas na Educação Infantil, 347 matrículas no Ensino Fundamental e 199 matrículas no Ensino Médio.

Não há, por hora, como ter acesso a dados relativos às faixas etárias destes grupos, bem como aos mesmos dados relativos ao Ensino Superior nos anos posteriores a 2000, visto que, conforme informações prestadas pelo IBGE (2010), no ano de 2007, aconteceu apenas uma contagem da população, razão pela qual não há informações mais recentes sobre de "educação". Em consulta ao INEP (2010), constatou-se que, não havendo no município instituições de Ensino Superior, não há como obter informações relativas ao número de matriculados nessa modalidade de Ensino, uma vez que tais informações são obtidas através das instituições de ensino de cada município. Em consulta ao IBGE, obteve-se a informação de que o levantamento destes dados ocorre somente através do Censo e da PNAD, sendo que o último censo ocorreu no ano de 2000, estando o IBGE ainda em campo com o censo de 2010. Quanto à PNAD, essas informações são disponibilizadas apenas para Unidades Federativas e grandes regiões, havendo, para o restante do território nacional, apenas dados estatísticos generalizados.

#### **4.1.2. A instituição de ensino**

O Centro Universitário de Formiga – UNIFOR MG - tem início em Janeiro de 1.963, com a criação da Fundação Universidade do Oeste de Minas. A Lei nº 2.819, de 22 de janeiro de 1963, autorizou a criação da Fundação Universidade do Oeste de Minas, sediada em Formiga, a qual veio a ser instituída pelo Decreto Estadual nº 8.659, de 03 de setembro de 1965, e por escritura pública, lavrada pelo Tabelião do 3º ofício, em 04 de junho de 1965.

Posteriormente, a Lei nº 4.265, de 11 de outubro de 1966, modificou a Lei nº 2.819, imprimindo outra estrutura à Fundação, e esta foi considerada de Utilidade Pública, no município de Formiga, pela Lei Municipal nº 622, de 10 de novembro de 1966, recebendo área de terreno da Prefeitura e de doadores da comunidade. Mais tarde, foi considerada de Utilidade Pública Estadual, pela Lei Estadual nº 5.167, de 28/04/1969, publicada no Minas Gerais, Diário do Executivo, em 29/04/1969, pág. 05, col. 04 e 05.

A denominação inicial, Fundação Educacional Comunitária Formiguense - FUOM, resultava da opção definida na forma do item II, parágrafo 1º, artigo 82, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 21 de setembro de 1989, quando extinguiram-se os vínculos antes existentes com o Poder Público Estadual. A Fundação é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos.

Em 2004, as diversas faculdades mantidas pela FUOM passaram a constituir o Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, credenciado por meio do Decreto Estadual de 04/08/04, publicado em 05/08/04. O recredenciamento do Centro Universitário ocorreu pelo Decreto Estadual publicado em 15/12/06. Em 2009, com o ADI 2501, o Centro Universitário de Formiga migrou para o Conselho Federal de Educação.

O Centro Universitário se organiza através de um Conselho Universitário, órgão responsável pela definição da política de ensino de graduação, pesquisa, extensão e pós-graduação do Centro Universitário, nos planos acadêmico, administrativo, disciplinar, financeiro e patrimonial. Compõem o Conselho Universitário: reitor, vice-reitor, diretor geral de ensino, diretor de planejamento e finanças, coordenador geral de graduação, coordenador do Centro de Pesquisa e Extensão - CEPEP, docente representante de mantenedora, 05 docentes eleitos, 02 representantes do corpo técnico-administrativo e 03 representantes do corpo discente.

Em 2009, a instituição oferecia 19 cursos nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado, sendo estes: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciências da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Fisioterapia, Letras, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia, Química e Serviço Social.

Os cursos oferecidos pelo UNIFOR-MG no período de 1995 a 2009 variaram consideravelmente. Até o ano de 1995, a instituição oferecia somente cursos de licenciatura, além de um curso de bacharelado em Biblioteconomia. Em 2009, porém, os cursos de licenciatura em Ciências: habilitação em Química e Física; Matemática; Biologia; Pedagogia; Letras: habilitação em Português e Francês e Estudos Sociais: habilitação em História e Geografia encontravam-se todos desativados, em sua maioria, por falta de demanda. No início, estes cursos eram oferecidos nas modalidades de licenciatura curta e plena, quando o egresso com

licenciatura curta poderia lecionar para o Ensino Fundamental e o egresso com licenciatura plena poderia lecionar também para o Ensino Médio.

Alguns desses cursos foram remodelados, dando origem a outros cursos, hoje em atividade, como, por exemplo, os cursos de Química, Matemática e Ciências Biológicas, o curso de Letras com habilitação em Português, Inglês e Espanhol e o curso de Pedagogia.

No ano de 1996 a instituição iniciou a oferta dos cursos de bacharelado em Turismo, hoje desativado, e Ciências da Computação, ainda em atividade. Em 1999 é ofertado o curso de Licenciatura em Educação Física, que em 2009 funcionava paralelamente com o curso de Bacharelado em Educação Física, iniciado em 2008. Em 2000, iniciou-se oferta dos cursos de Administração de Empresas, Enfermagem e Nutrição, todos em atividade em 2009. Em 2001, foram ofertados os cursos de Ciências Contábeis, em atividade em 2009, e Normal Superior, desativado por falta de demanda. Em 2004 foram implantados na instituição os cursos de Direito e Fisioterapia, ambos na modalidade de bacharelado, ambos ativos em 2009.

Em 2005 a instituição iniciou também a oferta dos cursos de Engenharia Ambiental e de Medicina Veterinária; em 2006, o curso de Serviço Social; em 2007, o curso de engenharia Civil e no ano de 2008 o curso de Arquitetura e Urbanismo, estando todos estes em atividade em 2009.

Contanto com a infra-estrutura e corpo docente já disponíveis, o UNIFOR-MG chegou a ofertar também alguns cursos com o perfil “Superior Tecnológico”, como os cursos de Desenvolvimento Web (2005); Gestão Hoteleira (2005); Secretariado (2007) e Gestão em Administração Pública (2007). Todos estes cursos encontravam-se, porém, desativados em 2009. Em 2006, a instituição ofereceu também, os cursos de Sociologia e Filosofia, mas ambos encontravam-se também inativos, tendo ocorrido o mesmo com o curso de licenciatura em Física, ofertado novamente em 2009, não tendo sido possível a formação de uma turma, por número insuficiente de alunos.

A partir desses dados, tem-se que, em 2009, dos 7 cursos de licenciatura ofertados até o ano de 1995, somente 4 encontravam-se em funcionamento, porém com modificações estruturais e número reduzido de alunos. Ao todo havia, em 2009, ano limite do período proposto para este estudo, 19 cursos em funcionamento na instituição.

## 4.2. População e amostra

A população em estudo compõe-se de jovens residentes no município de Córrego Fundo matriculados ou não em cursos de graduação. Para a delimitação da faixa etária dos jovens que viriam a participar da pesquisa, especificou-se que os mesmos deveriam ter entre 17 e 29 anos de idade entre 1995 e 2009. De acordo com informações prestadas pelo IBGE (2010), não existe uma faixa etária específica classificada como “Jovem”. Tal classificação é feita com base nos cortes utilizados em estudos direcionados a essa população. Dessa forma, foram analisados alguns estudos mais recentes realizados pelo IBGE e pelo IPEA, quando se percebeu que há pesquisas que consideram como jovens a população entre 15 e 24 anos e outras que consideram a população entre 15 e 29 anos. Dessa forma, foi adotado o recorte de 17 a 29 anos, considerando-se ser esta a faixa etária de potencial inserção no ensino superior e, considerando ainda que, segundo Schwartzman (2004), a expansão da educação superior registrada na última década, deu-se em grande parte, entre pessoas com idade acima de 24 anos.

Para a delimitação dos grupos que comporiam a pesquisa, foram considerados os objetivos do estudo, que pautam-se na análise do efeito de uma política pública local de incentivo ao investimento em ensino superior. Isso posto, decidiu-se que seria necessário analisar a situação de jovens do município antes e depois de 2001, ano no qual a prefeitura municipal iniciou, oficialmente, a oferta de bolsas de estudo, como forma de incentivo ao investimento na educação superior. Para tanto foi delimitado um recorte de tempo que permitisse a análise proposta, tendo sido incluídos no estudo os jovens que entre os anos de 1995 a 2009 tinham entre 17 e 29 anos. Optou-se, ainda, pela escolha da instituição de ensino, UNIFOR-MG, na cidade de Formiga que, pela proximidade geográfica entre os municípios de Formiga e Córrego Fundo (12 Km), recebe a maior parte dos jovens de Córrego Fundo que cursam ensino superior.

É importante relatar que também há jovens do município matriculados na PUC Minas, campus Arcos, a 25 km de Córrego Fundo, além de alguns inseridos em universidades em outras cidades. Porém, estes não foram envolvidos na pesquisa, porque, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, constituem uma minoria.



Para maior clareza e compreensão dos grupos que compuseram a pesquisa, são apresentadas, na Tabela 1, as definições de cada um:

Tabela 1 - Grupos que compuseram a pesquisa. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	Faixa etária	Situação dos jovens	Objetivo da pesquisa entre o grupo	
1	1 A	Nascidos entre 1972 e 1992	Entre 2001 e 2009 tinham entre 17 e 29 anos e estavam matriculados no ensino superior no UNIFOR-MG.	Analisar o processo decisório das famílias quanto à matrícula dos jovens no ensino superior, considerando a existência da bolsa subsidiada pela prefeitura municipal. Este grupo foi subdividido, devido ao fato de que os questionários buscaram analisar, também, se a conclusão do ensino superior possibilitou a inserção dos egressos no mercado de trabalho, bem como se alterou sua renda.
	1 B	Nascidos entre 1972 e 1992	Entre 2001 e 2009 tinham entre 17 e 29 anos e concluíram ensino superior no UNIFOR-MG.	
2	Nascidos entre 1972 e 1992	Entre 2001 e 2009 tinham entre 17 e 29 anos e optaram por não matricular-se no ensino superior.	Analisar os motivos pelos quais as famílias e os jovens optaram pelo não ingresso do jovem no ensino superior, mesmo contando com a possibilidade da bolsa subsidiada pela prefeitura municipal.	
3	Nascidos até 1983	Concluíram cursos superior antes de 2000.	Grupo controle: analisar o processo decisório das famílias quanto à matrícula dos jovens no ensino superior, considerando a <b>não</b> existência da bolsa subsidiada pela prefeitura municipal.	
4	Nascidos até 1983	Não se matricularam em cursos superior antes de 2000.	Grupo controle: analisar, comparativamente ao grupo 3, os motivos pelos quais as famílias e os jovens optaram pelo não ingresso dos jovens no ensino superior, considerando a <b>não</b> existência da bolsa subsidiada pela prefeitura municipal.	

Fonte: dados da pesquisa.

#### 4.2.1. O processo de amostragem

A pesquisa envolveu dois tipos de amostra: probabilística e não-probabilística. Para o acesso aos dados de jovens matriculados em cursos superiores a amostra foi probabilística. Para tanto, o quadro de referência dessa unidade de análise foi a documentação da instituição de ensino superior envolvida, além de documentos da Secretaria Municipal de Educação de Córrego Fundo. Estes documentos continham o registro do número de alunos do município que estiveram

matriculados em cursos superiores e que receberam auxílio do município. Entre os alunos constantes nesses registros foi identificado um número de participantes em conformidade com o cálculo do tamanho da amostra para uma população finita.

Para a determinação da amostra do primeiro grupo, partiu-se do número de alunos do município de Córrego Fundo matriculados no UNIFOR-MG, sendo estes os indivíduos constantes nos grupos 1A e 1B. O número de indivíduos desses grupos foi definido com base no número de novas matrículas a cada ano, de modo a não haver risco de contagem dupla. Este grupo foi composto pelos jovens nascidos entre 1972 e 1992, que, entre 2001 e 2009, tinham entre 17 e 29 anos e ingressaram em cursos superiores do UNIFOR-MG, a saber:

Tabela 2 - Número de novas matrículas por ano, Córrego Fundo-MG, 2010

Ano de matrícula	Novas matrículas a cada ano
2001	11
2002	18
2003	34
2004	22
2005	30
2006	46
2007	71
2008	67
2009	53
<b>Total</b>	<b>352</b>

Fonte: dados da pesquisa.

A partir desses dados, a amostra foi calculada, de acordo com Stevenson (1981), para um nível de significância de 95% e um erro de 5%. Dessa forma, para uma população de 352 indivíduos obteve-se uma amostra de 184 pessoas para participarem da pesquisa.

De posse dos números de matrículas por cada ano específico, partiu-se para a estratificação da amostra, quando foi definido, através de porcentagem, um número de indivíduos matriculados em cada ano especificamente. Correspondendo 184 a 52% de 352, foi feita a estratificação por cada ano, tomando-se como amostra 52% do número de novas matrículas a cada ano, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Amostra baseada no número de novas matrículas. Córrego Fundo-MG, 2010

Ano de matrícula	Novas matrículas a cada ano	Amostra estratificada	Número de questionários respondidos
2001	11	6	6
2002	18	9	3
2003	34	18	7
2004	22	11	4
2005	30	16	6
2006	46	24	8
2007	71	37	14
2008	67	35	12
2009	53	28	15
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>184</b>	<b>75</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Para o acesso aos alunos não matriculados na instituição de Ensino, foi utilizada amostra não-probabilística e o acesso aos indivíduos ocorreu através do método “Bola de neve”, tomando-se como referência inicial os jovens do primeiro grupo, ou seja, matriculados no UNIFOR-MG. O método “bola de neve” é definido nos seguintes termos:

O método consiste em identificar alguns elementos com as características para compor a amostra. Esses primeiros indicaram outros, que por sua vez, também fizeram outras indicações, até chegar a um número em que as informações e indicações começaram a se repetir. Segundo Becker (1993) a indicação feita pelos próprios indivíduos que compõem o universo pesquisado é um elemento importante para assegurar uma seleção mais impessoal e aumentar a relação de confiança do entrevistado para com o pesquisado (SIQUEIRA, 2006, p. 19).

Este método tem como característica o fato de um sujeito, selecionado de forma intencional, ou de acordo com a conveniência do pesquisador, indicar outro indivíduo para integrar a amostra (APOLINÁRIO, 2006 apud IRIA, 2008). Assim, essa técnica permite estudar pessoas que interagem umas com as outras, o que é teoricamente relevante, devido ao fato de muitas teorias das ciências sociais enfatizarem o impacto dessa interação sobre o comportamento dos indivíduos. Uma das desvantagens dessa técnica, no entanto, é que, ao usá-la, corre-se o risco de deixar de lado pessoas relativamente isoladas (MONETTE et al., 1989, apud IRIA, 2008).

De posse das informações e indicações dos indivíduos matriculados, teve início a pesquisa entre os jovens que optaram por não se matricular em cursos de graduação. Através do método anteriormente descrito, buscou-se obter um número compatível com a amostra inicial, visto que o estudo propõe o desenvolvimento de uma análise comparativa. Assim, foram aplicados 75 questionários aos jovens do

grupo 2 (nascidos entre 1972 e 1992, que entre 2001 e 2009 não se matricularam em cursos de graduação); e 75 questionários ao grupo 4 (nascidos até 1983 e que não se matricularam em cursos de graduação antes de 2000). Dentre estes, 66 indivíduos do grupo 2 e 67 indivíduos do grupo 4 retornaram os questionários respondidos.

Quanto aos jovens que cursaram ensino superior antes de 2000, embora houvesse informações sobre matrículas a partir de 1995, optou-se pelo acesso a estes indivíduos também através do método bola-de-neve, uma vez que foram envolvidos na pesquisa jovens que se matricularam anteriormente ao ano de 1995. Assim, atingiu-se um número de 29 questionários respondidos. De acordo com os dados fornecidos pelo UNIFOR, no período que vai de 1995 a 2000, a instituição contou com 63 matrículas referentes a jovens do município de Córrego Fundo. Justificam-se os números obtidos pela relativa distância temporal entre a data deste estudo e a data de graduação desses indivíduos. De acordo com informações prestadas durante a coleta de dados, muitos já não residem mais no município.

Ao todo, incluindo os participantes dos 4 grupos, jovens matriculados e não matriculados em cursos de graduação, participaram da pesquisa 237 indivíduos.

### **4.3. Os instrumentos de coleta de dados**

O estudo partiu de múltiplas unidades de análise, visto que os dados coletados partem de fontes diversas. Assim, para acesso aos dados fornecidos pela instituição de ensino e pela prefeitura municipal, foi feita análise documental, sendo as duas primeiras unidades de análise assim descritas:

1. Secretaria Municipal de Educação, através da qual foi possível o acesso aos documentos onde constam os nomes dos jovens que receberam o benefício da prefeitura municipal, bem como à lei municipal que regulamentou a oferta do benefício no ano de 2010.
2. Secretaria Acadêmica do UNIFOR, através da qual foi possível ter acesso a dados como ano de matrícula dos alunos, curso, valor das mensalidades e demais dados relativos à vida acadêmica dos jovens.

Além da análise documental, para a terceira unidade de análise, composta pelos jovens e famílias do município, foram utilizados questionários estruturados

com o objetivo de coletar as informações relativas, especificamente, aos indivíduos participantes. Os modelos dos questionários podem ser observados nos Apêndice A, B, C, D e E.

Os questionários foram distribuídos de duas formas: para os jovens que estavam matriculados no UNIFOR-MG, os questionários foram entregues durante o trajeto que os mesmos fazem diariamente entre Córrego Fundo e Formiga. Por duas vezes, em datas distintas, os jovens foram acompanhados durante a viagem, quando lhes foi explicado o objetivo da pesquisa. Assim, os questionários foram entregues na primeira viagem e recolhidos na segunda viagem entre Formiga e Córrego Fundo. Quanto aos jovens que não cursaram ensino superior ou que já haviam concluído na data da pesquisa, os questionários foram entregues em suas residências e, posteriormente, recolhidos no mesmo local.

Conforme apontado por Quivy e Campenhoudt (1992), Marconi e Lakatus (1992) e Burns (2000), um dos maiores problemas com o método de aplicação de questionários é a não devolução ou mesmo a devolução tardia dos mesmos, o que pode ocasionar o não cumprimento dos números definidos para a amostragem. No entanto, considera-se que a possibilidade de defasagem no número de questionários respondidos não compromete o estudo aqui proposto, uma vez que a análise quantitativa da pesquisa foi mais embasada em análise documental. Os questionários tinham como principal objetivo analisar o processo decisório, bem como as motivações das famílias quanto ao ingresso ou não no ensino superior. Dessa forma, foram extraídas, através dos questionários, informações que subsidiaram a parte qualitativa da pesquisa.

#### **4.4. Análise dos dados**

Os dados quantitativos foram analisados por meio de instrumentos de estatística descritiva, utilizando-se de porcentagem e média. Foram utilizadas tabelas, quadros e gráficos para apresentação dos dados. Quanto aos dados qualitativos, estes foram transcritos e categorizados tematicamente, com posterior análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2009), nessa fase, o pesquisador percorre três etapas, sendo: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Para proceder à análise dos dados quantitativos, bem

como dos qualitativos, agruparam-se as informações coletadas dentro de diferentes variáveis de análise.

As variáveis foram estabelecidas a partir dos objetivos da pesquisa, considerando-se os aspectos concernentes à pesquisa bibliográfica. Os principais indicadores considerados necessários para atingir os objetivos propostos envolveram levantamento do perfil sócio-demográfico, a situação sócio-econômica e profissional dos participantes matriculados e não matriculados em cursos de graduação, a situação acadêmica dos jovens matriculados, bem como os fatores relativos à decisão dos jovens e das famílias de cursar ou não cursar Ensino Superior.

Assim, apresentam-se as variáveis relacionadas a cada indicador:

#### **4.4.1. O perfil sociodemográfico dos participantes e de suas famílias**

Trata-se da caracterização dos indivíduos, a partir de informações como idade, sexo e estado civil, número de pessoas da família, número de pessoas da família que trabalham, renda média da família, fontes de renda da família e ramo de atividade dos membros da família inseridos em atividades remuneradas, bem como se estas pessoas possuem curso superior. No caso da idade, esta foi considerada de duas formas: para os jovens matriculados ou que concluíram ensino superior, considerou-se a idade no momento de ingresso no curso. Quanto aos jovens não matriculados, foram feitos dois cortes: para os jovens do grupo 2 (nascidos entre 1972 e 1992 e que entre 2001 e 2009 não se matricularam em cursos de graduação) considerou-se sua idade em 2009; para os participantes do grupo 4 (nascidos até 1983 e que antes de 2000 não se matricularam em cursos de graduação) considerou-se sua idade no ano de 2000.

#### **4.4.2. Situação socioeconômica e profissional do participante**

Refere-se aos dados relativos a trabalho e renda, analisando, entre os jovens de todos os grupos aqueles que estão empregados ou desempregados; se têm situação empregatícia regularizada; ramo de atividade; idade de inserção no mercado de trabalho; remuneração individual na época de inserção no mercado de trabalho e renda individual atual, medida em salários mínimos, para aqueles inseridos em atividades remuneradas.

#### **4.4.3. Situação acadêmica do participante matriculado ou que concluiu Ensino Superior**

Trata-se, aqui, das informações relativas aos cursos em que os jovens estiveram matriculados; período de curso; valor das mensalidades; recebimento de auxílio da prefeitura, o valor, bem como o período de percepção; recebimento de outros subsídios, como Fies, ProUni, Amigos do Bairro; percepção de outros benefícios, como transporte e material didático e o número de jovens que conciliaram trabalho e estudo durante a graduação.

#### **4.4.4. O impacto do auxílio financeiro concedido pela prefeitura**

Trata-se, aqui, da possibilidade de que o auxílio subsidiado pela prefeitura municipal tenha atuado como fator influenciador no processo decisório das famílias quanto ao ingresso ou não do jovem em cursos de graduação, analisando as proporções em que a política local afetou o número de jovens do município matriculados no ensino superior.

#### **4.4.5. Fatores influenciadores da decisão da família e do jovem quanto ao ingresso ou não em Curso Superior**

Refere-se às questões que influenciaram a decisão das famílias e dos jovens quanto ao ingresso ou não no ensino superior, tais como as relações de dependência e vínculos familiares; perspectivas quanto ao mercado de trabalho com ou sem exigência de ensino superior; perspectivas salariais com ou sem exigência de ensino superior; a conciliação de trabalho e estudo; questões financeiras, tais como a necessidade de complementação da renda familiar; necessidade de deslocamento para o estudo, devido ao fato de o município não contar com instituições que oferecem ensino superior. Trata-se, ainda, das motivações pessoais específicas de cada jovem e sua família, como suas opiniões e pontos de vista quanto à importância do curso superior e sua satisfação ou insatisfação com atividades por eles desenvolvidas, no caso daqueles que optaram por não prosseguir nos estudos.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados foram organizados a partir desta seção, de forma a responder aos objetivos propostos, seguindo os critérios metodológicos anteriormente descritos neste estudo. Ancoradas nas proposições teóricas que embasaram a pesquisa, as análises foram desenvolvidas numa tentativa de contribuir não somente com o campo teórico, mas, principalmente, possibilitar um conhecimento maior sobre a problemática proposta. O contexto sócio-econômico e cultural dos participantes será apresentado, partindo-se da caracterização de seu perfil sócio-demográfico, situação sócio-econômica das famílias, sua relação com o ensino superior, além de questões específicas dos jovens, como empregabilidade, renda e perfil acadêmico.

### **5.1. Caracterização do perfil sociodemográfico e econômico dos participantes e suas famílias**

A construção do perfil sócio-demográfico dos participantes deu-se a partir de toda a amostragem selecionada, cujas informações foram retiradas dos questionários respondidos pelos participantes e suas famílias. É importante salientar que, houve uma média de 20 a 30% de “não respostas” a diversas perguntas dos questionários. No entanto, a análise engloba o total de participantes e não somente o somatório dos que responderam a cada questão especificamente.

Como se observa na Tabela 4, dos 237 entrevistados, 38,30% (92) eram do sexo masculino e 61,20% (145) do sexo feminino. Partindo-se do fato de que, em todos os grupos, buscou-se atingir um equilíbrio entre o número de homens e mulheres participantes da pesquisa, explica-se a predominância do sexo feminino entre os participantes pelo fato de que, entre os grupos 1 e 3, compostos por 104 pessoas que cursaram ensino superior, 76,92% (80) eram do sexo feminino e 23,08% (24) do sexo masculino. Tal constatação corrobora o que é apresentado por Barros et al. (2001), segundo o qual as mulheres estão menos propensas a abandonar os



estudos para inserir-se no mercado de trabalho. De acordo com os autores, o impacto estimado do custo de oportunidade do tempo varia bastante de acordo com gênero e região, e as mulheres estariam menos propensas a estudar menos para aproveitar oportunidades de trabalho do que os homens. Neste sentido, com relação aos homens, os estudos de Barros et al. (2001) apontam ainda que quanto mais atraentes as alternativas de trabalho para os indivíduos em idade de estudar, menos atrativos serão os estudos e maior será o impacto das restrições de crédito sobre o grau de subinvestimento em capital humano.

Aliado a este fator, acrescentam-se dois fatos: primeiramente, o município, por suas características sócio-econômicas, oferecia mais oportunidades de trabalho para homens do que para mulheres; em segundo lugar, até o ano de 2000, a maioria dos cursos oferecidos pelo UNIFOR-MG eram cursos ligados ao magistério – licenciaturas e biblioteconomia – o que pode, potencialmente, ter atraído mais pessoas do sexo feminino. Este último aspecto, contudo, será analisado mais adiante, no perfil acadêmico dos entrevistados. A Tabela 4 apresenta a divisão dos participantes da pesquisa de acordo com o sexo:

Tabela 4 - Sexo dos participantes do estudo. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	1		2		3		4	
	Estudaram após 2000		Não estudaram após 2000		Estudaram antes de 2000		Não estudaram antes de 2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Sexo</b>								
<b>Masculino</b>	20	26,67	32	48,48	4	13,79	36	53,73
<b>Feminino</b>	55	73,33	34	51,51	25	86,20	31	46,26
<b>Total de entrevistados</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à idade dos participantes, a análise foi feita a partir de grupos etários, dispostos de duas formas, a saber: para os jovens matriculados ou egressos de cursos de graduação (grupos 1 e 3), considerou-se a idade de ingresso. Para os jovens que não se matricularam no ensino superior, considerou-se sua idade em 2009 e 2000, respectivamente, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Idade dos participantes do estudo. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	1		2		3		4	
	Idade de ingresso		Idade em 2009		Idade de ingresso		Idade em 2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
17 a 19 anos	25	33,33	20	30,30	7	24,14	7	10,45
20 a 23 anos	25	33,33	23	34,85	11	37,93	25	37,31
24 a 29 anos	10	13,33	13	19,70	4	13,79	18	26,87
Acima de 29 anos	-	-	4	6,00	-	-	6	8,96
Não responderam	15	20,00	6	9,00	3	10,34	11	16,42
<b>Total de entrevistados</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os indivíduos que se matricularam no ensino superior antes de 2000, percebe-se que, a faixa etária que apresentou maior inserção no ensino superior foi de 20 e 23 anos (37,93%), enquanto que, entre os jovens que se matricularam a partir do ano de 2001, houve um equilíbrio, quando 33% dos jovens iniciaram com idade entre 17 e 19 anos e 33% iniciaram com idade entre 20 e 23 anos. A inserção no ensino superior, ligeiramente mais precoce entre os jovens do grupo 1, talvez se explique pelo fato de que os mesmos contaram, além da oferta de bolsa pela prefeitura municipal, com inúmeras outras facilidades, entre elas, como se verá mais adiante, o ingresso mais tardio no mercado de trabalho ou em algum tipo de atividade remunerada.

Quanto ao estado civil dos participantes, apresenta-se uma constatação lógica, uma vez que entre os participantes dos grupos 1 e 2, 78,72% dos entrevistados eram solteiros, sendo estes grupos compostos por pessoas mais jovens, nascidas até 1992. Quanto aos participantes dos grupos 3 e 4, 65,63% eram casados, sendo estes grupos formados por pessoas mais velhas, nascidas até 1983.

Quanto ao número de membros nas famílias dos entrevistados, há que se considerar uma constatação relevante: entre os jovens dos grupos 3 e 4, tendo estes prestado informações relativas a suas famílias no período em que cursaram ou poderiam ter cursado ensino superior, década de 1990, percebe-se um maior número de famílias composta por maior número de membros, entre 7 e 10. Quanto aos outros dois grupos, considerando-se que estes prestaram informações relativas à década atual, há poucas famílias com número de membros superior a 7, o que pode ser visualizado na Tabela 6.

Tabela 6 - Número de membros da família. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	1		2		3		4	
	Estudaram após 2000		Não estudaram após 2000		Estudaram antes de 2000		Não estudaram antes de 2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 pessoa	-	-	-	-	-	-	-	-
2 pessoas	5	6,66	1	1,51	3	10,34	1	1,49
3 pessoas	14	18,66	8	12,12	3	10,34	3	4,47
<b>Número de pessoas na família</b>	19	25,33	15	22,72	5	17,24	8	11,94
4 pessoas	23	30,66	26	39,39	5	17,24	18	26,86
5 pessoas	7	9,33	8	12,12	3	10,34	13	19,40
6 pessoas	3	4,00	4	6,00	5	17,24	14	20,89
7 pessoas	1	1,33	2	3,00	2	6,89	4	5,97
8 pessoas	-	-	1	1,51	-	-	3	4,47
9 pessoas	1	1,33	-	-	3	10,34	3	4,47
10 ou mais								
<b>Total de entrevistados</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao número de membros das famílias, é interessante destacar alguns dados do IBGE (2008), segundo os quais, nos últimos anos, vem ocorrendo um significativo declínio nas taxas de natalidade. Se, em 1970, a média de número de filhos por família era de 5,8 filhos, em 2002, esse número já havia declinado para 2,4 filhos por família, tendência essa que tende a atingir o número de 1,5 filhos em 2050. Para a década atual, o IBGE afirma que o número médio de filhos por família é, em média, 1,6 filhos.

### 5.1.1. Situação sócio-econômica das famílias

A classificação das atividades dos membros das famílias, assim como a classificação das atividades dos jovens, foi feita com base na Comissão Nacional de Classificação – CONCLA – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No entanto, foram agrupados os itens “Indústrias extrativas” e “Indústrias de transformação”, tendo sido incluídos nessas categorias as atividades relativas à extração e beneficiamento da cal, além da empresa de confecções, quais sejam estas as atividades que caracterizam o município.

É necessário salientar que, nessas categorias, os números relativos a pais e irmãos referem-se a pessoas empregadas nas empresas de cal e, os números relativos a mães, referem-se a pessoas empregadas na empresa de confecções. Há, entre as

respostas relativas a irmãos, uma porcentagem de 15% das respostas indicando que havia jovens do sexo masculino empregados na empresa de confecções.

As atividades desempenhadas pelos membros das famílias, à exceção dos jovens que as representam na pesquisa, foram organizadas em quatro tabelas distintas, de modo a permitir a visualização clara de cada grupo isoladamente. Assim, as Tabelas 7, 8, 9 e 10 contêm essas informações. As informações referem-se às atividades dos pais, mães e irmãos dos participantes. A partir de uma amostra total de 237 entrevistados, tem-se que as tabelas que contêm essas informações totalizam 237 respostas relativas a pais, 237 repostas relativas a mães e 237 respostas relativas aos irmãos, uma vez que, para estes últimos, não se questionou o ramo de atividade por cada irmão, isoladamente.

Tabela 7 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 1. Córrego Fundo-MG, 2010

Tipos de atividades	Pais		Mães		Irmãos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	9	12,00	-	-	-	-
Indústrias extrativas	14	18,60	2	2,60	8	10,60
Indústrias de transformação						
Construção	11	14,60	-	-	5	6,60
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	5	6,60	4	5,30	6	8,00
Transporte, armazenagem e correio	5	6,60	-	-	6	8,00
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	-	-	-	4	5,30
Atividades administrativas e serviços complementares	3	4,00	3	4,00	-	-
Educação	-	-	7	9,30	3	4,00
Saúde humana e serviços sociais	-	-	8	10,60	-	-
Outras atividades de serviços	2	2,60	5	6,60	3	4,00
Serviços domésticos ou sem atividade remunerada	-	-	29	38,60	40	53,30
Aposentadoria ou pensão	8	10,60	5	6,60	-	-
Não responderam	18	24,00	12	16,00	-	-
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 8 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 2. Córrego Fundo-MG, 2010

Tipos de atividades	Pais		Mães		Irmãos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	3	4,50	3	4,50	2	3,00
Indústrias extrativas	14	21,10	3	4,50	5	7,58
indústrias de transformação						
Construção	4	6,00	-	-	5	7,58
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2	3,00	4	6,00	3	4,50
Transporte, armazenagem e correio	14	21,10	-	-	5	7,58
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	-	-	-	1	1,50
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1	1,50	-	-	1	1,50
Atividades administrativas e serviços complementares	2	3,00	3	4,50	2	3,00
Educação	-	-	2	3,00	2	3,00
Saúde humana e serviços sociais	-	-	1	1,50	-	-
Outras atividades de serviços	4	6,00	3	4,50	2	3,00
Serviços domésticos ou sem atividade remunerada	4	6,00	35	53,00	27	40,90
Aposentadoria ou pensão	3	4,50	7	10,60	-	-
Não responderam	15	22,70	5	7,58	11	16,60
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 9 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 3. Córrego Fundo-MG, 2010

Tipos de atividades	Pais		Mães		Irmãos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	7	24,10	1	3,4	2	6,90
Indústrias extrativas	5	17,20	4	13,80	2	6,90
indústrias de transformação						
Construção	2	6,90	-	-	4	13,80
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-	-	1	3,40	1	3,40
Transporte, armazenagem e correio	4	13,80	-	-	-	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	-	-	-	-	-	-
Atividades administrativas e serviços complementares	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	2	6,90	2	6,90
Saúde humana e serviços sociais	-	-	-	-	-	-
Outras atividades de serviços	2	6,90	3	10,30	1	3,40
Serviços domésticos ou sem atividade remunerada	-	-	16	55,10	15	51,70
Aposentadoria ou pensão	3	10,30	2	6,90	-	-
Não responderam	6	20,60	-	-	2	6,90
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 10 - Ramo de atividade dos membros da família – Grupo 4. Córrego Fundo-MG, 2010

Tipos de atividades	Pais		Mães		Irmãos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	15	22,40	-	-	2	3,00
Indústrias extrativas indústrias de transformação	17	25,30	6	8,96	11	16,40
Construção	5	7,50	-	-	6	8,96
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-	-	-	-	2	3,00
Transporte, armazenagem e correio	13	19,40	-	-	6	8,96
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1	1,50	-	-	2	3,00
Atividades administrativas e serviços complementares	1	1,50	-	-	2	3,00
Educação	-	-	-	-	3	4,50
Saúde humana e serviços sociais	-	-	-	-	1	1,50
Outras atividades de serviços	4	5,90	1	1,50	6	8,96
Serviços domésticos ou sem atividade remunerada	-	-	47	70,10	18	26,80
Aposentadoria ou pensão	3	4,50	4	5,90	-	-
Não responderam	8	11,90	9	13,40	8	11,90
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar as atividades desempenhadas pelos pais dos participantes, verifica-se que as atividades relacionadas à extração e beneficiamento da cal envolvem 20,5% das respostas, havendo, ainda, outros 15,2% dos pais empregados no setor de transporte, composto por motoristas de caminhão que trabalham direta ou indiretamente para as empresas produtoras da cal.

Quando se soma a este número as informações relativas aos irmãos, tem-se 10,3% de pessoas envolvidas em atividades também relacionadas à cal e outros 6,14% de pessoas que trabalham com transporte, sendo importante considerar que o segmento “irmãos” é composto por pessoas dos sexos feminino e masculino, não tendo sido questionado na pesquisa, número isolado de irmãos nem o sexo dos mesmos.

Com relação às atividades desempenhadas pelas mães dos participantes, 54% eram responsáveis por serviços domésticos. Todavia, quando comparados os grupos, isoladamente, tem-se que no grupo 4, 70% das mães trabalhavam em atividades

domésticas, enquanto que, no grupo 3, esta porcentagem cai para 55,1%. Quando analisadas as informações dos grupos 2 e 3, os números decrescem ainda mais, uma vez que havia 53% das mães exercendo atividades domésticas no grupo 2 e, no grupo 1, somente 38,6%. Fazendo um paralelo entre as famílias que prestaram informações relativas aos períodos anterior e posterior ao ano 2000, é possível concluir que, nos dois momentos, é maior o número de mães envolvidas em atividades domésticas entre as famílias dos jovens que não cursaram ensino superior.

Destes dados abstraem-se três conclusões relevantes. A primeira aponta para a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, uma vez que entre as 96 mães que prestaram informações relativas à década de 1990, uma parcela de 62,5% era responsáveis pelas tarefas domésticas. Em contrapartida, entre as mães que prestaram informações relativas à década atual, cai para 45,8% o número de mães que se declaram responsáveis pelos serviços domésticos.

De acordo com dados do IBGE (2008), a mulher, de fato, vem ocupando mais espaço no mercado de trabalho, não só devido ao processo de emancipação feminina, mas, também, ao fato de que as novas configurações do trabalho tem originado alguns setores onde as aptidões femininas se adequam mais que as masculinas, como no ramo de prestação de serviços, por exemplo.

A segunda conclusão a que nos permite esta análise é que, entre as famílias dos jovens que cursaram ensino superior, é relativamente maior o número de mães inseridas no mercado de trabalho, ou que possuem algum tipo de renda, incluindo aposentadoria. Nos grupos 1 e 3, estas mães correspondem a 45,33% e 44,83% do total de cada grupo, respectivamente, enquanto que nos grupos 2 e 4, compostos pelas mães dos jovens que não cursaram ES, cai para 39,4% e 16,5%, respectivamente, o número de mulheres que trabalham ou possuem algum tipo de renda. Partindo-se do pressuposto de que a inserção da mãe em algum tipo de atividade remunerada eleva potencialmente a renda da família, estes resultados ancoram-se mais uma vez, nos estudos de Barros et al. (2001) e de Barros e Mendonça (1995), segundo os quais, quanto menos pobres as famílias mais recursos elas têm, e portanto mais recursos elas dedicam ao investimento em capital educacional.

A terceira conclusão relevante relaciona-se ao tipo de atividade desempenhada pelas pessoas do sexo masculino – pais e irmãos. Somando-se os números relativos às atividades de extração e beneficiamento da cal e transporte,

classificadas, frequentemente, como insalubres pelos participantes do estudo, tem-se que o número de indivíduos inseridos nessas atividades é maior entre as famílias dos jovens que não cursaram ensino superior, principalmente entre as famílias dos jovens que não cursaram ensino superior antes de 2000, famílias estas que apresentam também, menores níveis de escolaridade e renda, como se verá adiante. De acordo com Barros e Mendonça (1995), a pobreza no Brasil está intimamente ligada à remuneração advinda do fator trabalho, dependendo, portanto, tanto da quantidade e qualidade da mão de obra ofertada pela família, quanto da qualidade dos empregos a que seus membros tem acesso.

### **5.1.2. A relação entre níveis de escolaridade de pais e filhos**

Os estudos de Barros e Mendonça (1995) abordam ainda a relação dos níveis de escolaridade dos pais com os níveis de escolaridade dos filhos. Segundo os autores, existe uma associação ainda mais estreita do desempenho educacional com a escolaridade dos pais do que com a renda familiar *per capita*. Nos questionários aplicados não foi questionado o nível de escolaridade dos pais em anos de estudo, porém, foi questionado se as pessoas da família possuíam ou não ensino superior. As análises que respondem a estas questões encontram-se, a seguir, com base nos dados da Tabela 11.



Tabela 11 - Número de pessoas da família com ensino superior. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	1						2						3						4					
	Estudaram após 2000						Não estudaram após 2000						Estudaram antes de 2000						Não estudaram antes de 2000					
Pessoas da família com curso superior	Pai		Mãe		Irmãos		Pai		Mãe		Irmãos		Pai		Mãe		Irmãos		Pai		Mãe		Irmãos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	4	5,3	6	8,0	11	14,6	3	4,5	5	7,6	6	9,0	2	6,9	1	3,4	8	27,5	1	1,5	1	1,5	6	8,9
Não	63	84,0	58	77,3	39	52,0	56	84,8	49	74,2	43	65,1	24	82,7	23	79,3	14	48,2	62	92,5	61	91,0	50	74,6
Não responderam	8	10,6	11	14,6	25	33,3	7	10,6	12	18,2	17	25,7	3	10,3	5	17,2	7	24,1	4	5,9	5	7,4	11	16,4
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100,0</b>	<b>75</b>	<b>100,0</b>	<b>75</b>	<b>100,0</b>	<b>66</b>	<b>100,0</b>	<b>66</b>	<b>100,0</b>	<b>66</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a análise destes dados, também foram considerados, para cada grupo, 3 vezes o número de indivíduos que compõem o grupo, uma vez que as respostas apontam dados relativos a pais, mães e irmãos. Considerando-se, a princípio, somente a escolaridade dos pais e mães, tem-se que, entre as famílias dos sujeitos mais jovens, que prestaram informações relativas aos anos de 2001 a 2009, há uma ligeira diferença de 0,61 pontos percentuais, indicativa de que entre as famílias dos jovens que possuem ensino superior, há mais pais ou mães com este mesmo nível de ensino. Quando, porém, são analisadas as informações relativas aos jovens que estudaram ou não antes do ano de 2000, essa diferença acentua-se um pouco (3,68 pontos percentuais), sendo menor o número de pais com ensino superior entre os jovens que anteriormente a 2000 optaram por não prosseguir nos estudos.

Ao se estender a análise aos irmãos dos jovens que compõem cada grupo, independente do período de matrícula, estas porcentagens se elevam, sendo possível perceber que, em números gerais, há mais pessoas com ensino superior entre famílias dos jovens que cursaram ensino superior. Embora pequenas, essas variações tendem a ser significativas, uma vez que o aumento do número de pessoas com nível superior de ensino vem crescendo gradualmente, principalmente na última década, conforme apontado por Schwartzman (2004) e Corbucci (2004), devido, em grande parte, aos programas implementados pelo governo.

Retornando, entretanto, às proposições de Barros e Mendonça (1995), é válido ressaltar que, para estes autores, a escolaridade de uma pessoa se acumula ao longo de vários anos e, portanto, é muito mais influenciada por variações permanentes na renda do que por flutuações transitórias. Como maiores níveis de escolaridade dos pais tem o potencial de elevar permanentemente a renda da família, é, então, natural que a escolaridade dos pais exerça maior influência na escolaridade dos filhos do que a renda propriamente dita.

### **5.1.3. Renda familiar**

Na análise da renda das famílias que participaram da pesquisa, a renda informada pelos participantes refere-se à renda mensal da família, em salários mínimos, no período em que os jovens cursavam ensino superior e, quanto aos não matriculados, tomou-se como ano de referência o ano de 2000, para os jovens nascidos até 1983 (grupo 4) e o ano de 2009 para os jovens nascidos até 1992 (grupo

2), conforme Tabela 12. No entanto, ressalta-se que para os grupos 3 e 4 pode haver, conforme salientado pelos próprios participantes em suas respostas aos questionários, relativa incerteza nas informações prestadas, uma vez que tais informações eram relativas a um período temporal relativamente distante.

Tabela 12 - Renda familiar. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	1		2		3		4	
	Estudaram após 2000		Não estudaram após 2000		Estudaram antes de 2000		Não estudaram antes de 2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 1 SM	-	-	1	1,52	1	3,45	-	-
De 1 a 2 SM	5	6,67	13	19,70	3	10,34	14	20,90
De 2 a 3 SM	20	26,67	13	19,70	7	24,14	21	31,34
De 3 a 4 SM	17	22,67	17	25,76	6	20,69	16	23,88
De 4 a 5 SM	15	20,00	11	16,67	2	6,90	10	14,93
Acima de 5 SM	17	22,67	8	12,12	10	34,48	5	7,46
Não responderam	1	1,33	3	4,55	-	-	1	1,49
<b>Total de entrevistados</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela análise dos dados, percebe-se que o maior número de famílias com renda entre 1 e 2 SM são aquelas às quais pertencem os indivíduos que não cursaram ensino superior. Em seguida, tem-se um equilíbrio entre o número de famílias com renda entre 2 e 4 SM e, por fim, há um maior número de famílias com renda superior a 5 SM entre as famílias dos jovens que cursaram ensino superior.

Havendo, dessa forma, rendas relativamente menores entre as famílias dos jovens que não cursaram ensino superior, é possível afirmar que estes dados corroboram os estudos de diversos autores referenciados neste estudo, quais sejam: as famílias de baixa renda e de baixo capital cultural tendem a superestimar os custos e subestimar os retornos do ensino superior (Cerdeira, 2009); as famílias dos estratos mais baixos da sociedade não investem na educação dos filhos, muitas das vezes, pela própria falta de recursos, o que resulta em uma impossibilidade de avaliar o futuro (Becker, 1993). Ainda, para Schultz (1967); as famílias pobres, embora preocupem-se com o futuro de seus filhos, muitas vezes, não têm recursos financeiros para tal investimento e, por fim, a inserção no mercado de trabalho mesmo durante o curso do Ensino Médio seria muito maior entre as famílias de baixa renda, como apontado por Schwartzman (2004).

Embora este estudo não tenha investigado a renda das famílias em 2009, período da coleta de dados, é relevante mencionar os estudos de Ribeiro et al. (2006). Segundo os autores, quando o indivíduo opta pela inserção no mercado de trabalho após a conclusão do Ensino Médio, abandonando os estudos, ocorre um aumento imediato na renda da família. Todavia, esta renda tende a se estabilizar ou a aumentar em proporções menores, comparativamente a quem tem formação universitária.

No caso específico dos jovens que compuseram este estudo, constata-se um fator relevante: a maioria dos jovens que concluíram ou cursavam ensino superior conciliaram trabalho e estudo durante a graduação e muitos já trabalhavam mesmo no período do Ensino Médio. Isso indica que a renda de suas famílias foi acrescida do mesmo aumento obtido pelas famílias dos jovens que ingressaram no mercado de trabalho logo após a conclusão do Ensino Médio e não prosseguiram nos estudos. Neste sentido, a opção pelo mercado de trabalho, seja por necessidade de complementação da renda familiar ou pela decisão pessoal de não querer estudar, teria, a curto prazo, igualado as possibilidades de incremento na renda das famílias. Contudo, como apontado por Ribeiro et al. (2006) a inserção do ensino superior, teria o potencial de ampliar, a longo prazo, as diferenças de renda entre as famílias de quem cursou e de quem não cursou ensino superior.

## **5.2. Situação sócio-econômica e profissional dos jovens**

Para a análise das questões socioeconômicas e profissionais dos jovens participantes da pesquisa, o grupo 1 foi separado em 1A e 1B, uma vez que fizeram parte deste grupo jovens que em 2009 ainda cursavam ensino superior (1A) e jovens que já haviam concluído o curso (1B). Tal divisão justifica-se pelo fato de que a conclusão do Ensino Superior poderia, potencialmente, alterar os níveis de renda, bem como as condições de empregabilidade dos participantes. A classificação das atividades dos jovens também foi feita com base nas definições da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, no entanto, foi incluído o item “Área de graduação” para caracterizar os jovens que ingressaram em suas respectivas áreas após a conclusão do ensino superior.

Os resultados indicam que, entre os jovens que já haviam concluído ensino superior, havia mais pessoas empregadas e com situação empregatícia regularizada, havendo 88,9% entre os que se formaram após o ano 2000 e 100% entre os que se

formaram antes do ano de 2000. Embora houvesse, entre os que não estudaram, uma média de 80 a 91% de pessoas empregadas, era menor, entre estes sujeitos, o número de pessoas com empregos regulares, uma vez que muitos afirmaram exercer atividades remuneradas, porém, como autônomos ou eventuais com situação empregatícia informal. Os dados também apontam que a maioria (80%) dos jovens que cursavam ensino superior em 2009, conciliava trabalho e estudo, conforme mostra a Tabela 13.

Tabela 13 - Situação empregatícia dos jovens. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos		1 Estudaram após 2000				2 Não estudaram após 2000		3 Estudaram antes de 2000		4 Não estudaram antes de 2000	
		1A Ainda estudavam		1B Já haviam concluído		Nº	%	Nº	%	Nº	%
		Nº	%	Nº	%						
Estão empregados	Sim	24	80,00	40	88,90	53	80,30	29	100,00	61	91,00
	Não	6	20,00	5	11,10	12	18,10	-	-	6	8,90
	Não responderam	-	-	-	-	1	1,50	-	-	-	-
Tem emprego regularizado	Sim	22	73,00	33	73,30	42	63,60	28	96,50	44	65,60
	Não	5	16,60	7	15,50	13	19,70	1	3,40	15	22,40
	Não responderam	3	10,00	5	11,10	11	16,60	-	-	8	11,90
<b>Total de entrevistados</b>		<b>30</b>	<b>100,00</b>	<b>45</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados indicam que a conclusão do ensino superior não só elevou os níveis de empregabilidade dos jovens, como aumentou também o número de indivíduos com empregos regulares, além de empregos fora das respectivas áreas de atuação, como se verá adiante. Essa situação vai ao encontro do que é apontado por Cerdeira (2009, p.13), segundo a qual os investimentos em ensino superior resultam em benefícios públicos e privados. A autora exemplifica os benefícios privados citando as “oportunidades de trabalho, maior capacidade de poupança, maior mobilidade no emprego, enriquecimento educacional, melhores condições de trabalho, maior status pessoal, maior satisfação laboral, melhor saúde, maior capacidade de gestão financeira, maior desenvolvimento pessoal, entre outros”. Exemplificando os benefícios públicos ela cita “maior produção nacional, maior produtividade, maior

flexibilidade da força de trabalho, maior capacidade de consumo e menor dependência financeira do governo”.

No caso específico deste estudo, ficam claros os benefícios, tanto para os indivíduos (maior empregabilidade), como para o sistema público, uma vez que a existência de empregos formais sinaliza desenvolvimento econômico.

Buscou-se analisar ainda as atividades em que estavam inseridos os jovens participantes do estudo, no intuito de identificar aqueles que atuavam em suas áreas de formação ou nas atividades que caracterizam o município: as atividades de extração, beneficiamento e transporte da cal. A Tabela 14 apresenta os resultados.

Tabela 14 - Ramos de atividade dos jovens. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos  Tipos de atividades	1		2		3		4			
	1A		1B		Não estudaram após 2000		Estudaram antes de 2000		Não estudaram antes de 2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	-	-	-	-	1	1,50	-	-	3	4,50
Indústrias extrativas	5	16,60	2	4,40	15	22,70	-	-	16	23,90
indústrias de transformação	-	-	-	-	4	6,00	-	-	8	11,90
Construção	4	13,30	-	-	5	7,60	-	-	4	5,90
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-	-	-	-	2	3,00	-	-	8	11,90
Transporte, armazenagem e correio	2	6,60	3	6,60	2	3,00	-	-	-	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	-	-	-	2	3,00	2	6,90	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua...

Tabela 14 - Cont.

Grupos	1		1B		2		3		4	
	1A		Concluíram		Não		Estudaram		Não	
	Estudavam		após 2000		estudaram		antes de		estudaram	
Tipos de atividades	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Atividades administrativas e serviços complementares	-	-	4	8,90	-	-	1	3,40	4	5,90
Educação	2	6,60	-	-	3	4,50	-	-	-	-
Saúde humana e serviços sociais	3	10,00	3	6,60	2	3,00	4	13,80	4	5,90
Outras atividades de serviços	2	6,60	2	4,40	11	16,60	-	-	9	13,40
Serviços domésticos ou sem atividade remunerada	5	16,60	4	8,90	10	15,10	-	-	8	11,90
Área de graduação	2	6,60	22	48,90	-	-	22	75,80	-	-
Aposentadoria ou pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não responderam	5	16,60	5	11,10	9	13,60	-	-	3	4,50
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,00</b>	<b>45</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que entre os jovens que cursaram ou ainda cursavam ensino superior (grupos 1 e 3), poucos trabalhavam em atividades relacionadas à cal. Estes, por sua vez, eram jovens que estudaram após 2001 ou que ainda estudavam em 2009, não havendo, entre os indivíduos que se formaram antes de 2000, nenhum jovem inserido nessas atividades. Quanto aos participantes que não se matricularam no ensino superior, verifica-se um maior número de pessoas inseridas nessas atividades, sendo este número mais expressivo entre os participantes do grupo 4 (23% em atividades relacionadas à cal e 11,9% no transporte).

Outro aspecto relevante é que, entre os jovens que cursaram ensino superior, a grande maioria estava inserida em atividades relacionadas à sua área de atuação. No entanto, comparando-se os números relativos aos jovens que estudaram antes e depois do ano de 2000, a atuação em suas áreas específicas é mais aparente entre aqueles que se formaram há mais tempo. De acordo com Rocha (2008), os jovens são os mais diretamente afetados pelo contexto adverso do mercado de trabalho, uma vez

que, normalmente, apresentam uma situação de desvantagem, devido às suas características específicas de início de carreira, como a falta de experiência.

Há que se considerar, porém, que, entre os jovens que já haviam concluído o curso superior, havia um número expressivo de indivíduos inseridos em atividades diversas, em áreas como saúde, administração pública e instituições financeiras, somando-se 31,1% entre os que concluíram após 2001 e 24,14% entre os que concluíram antes de 2001. De acordo com Bartalotti e Menezes Filho (2007), a teoria do capital humano prevê que os retornos associados ao curso superior são consideráveis mesmo para trabalhadores que não desempenham funções típicas de sua carreira, já que o ensino aumenta sua produtividade de maneira geral, mesmo que, talvez, seu efeito possa ser mais expressivo para tarefas específicas à sua profissão.

Na busca da compreensão de fatores que pudessem, possivelmente, ter influenciado as decisões dos jovens quanto a prosseguir ou não nos estudos, foram analisadas, comparativamente as idades em que os jovens dos diferentes grupos iniciaram atividades remuneradas. Constatou-se que a inserção precoce no mercado de trabalho pode ter atuado, potencialmente, como fator desmotivador para o prosseguimento nos estudos, uma vez que, entre os grupos compostos por jovens que não cursaram ensino superior, era expressivamente maior o número de indivíduos que iniciaram algum tipo de atividade remunerada antes dos 15 anos de idade: 45,45% no grupo 2 e 64,17% no grupo 4. Ainda, quando se compararam estes dados àqueles que sinalizam o ramo de atividade dos participantes, verifica-se que entre os 21 indivíduos do grupo 3 que iniciaram atividades remuneradas após os 18 anos, 44,83% já iniciaram seu primeiro emprego em sua área de formação.

Tabela 15 - Idade de inserção no mercado de trabalho. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos		1		2		3		4	
		Estudaram após 2000		Não estudaram após 2000		Estudaram antes de 2000		Não estudaram antes de 2000	
Idade do primeiro emprego	10 a 15 anos	19	25,30	30	45,40	5	17,20	43	64,20
	16 a 17 anos	30	40,00	16	24,40	3	10,30	10	14,90
	Acima de 18 anos	26	34,60	16	24,40	21	72,40	14	20,90
<b>Total</b>		<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>66</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.



De acordo com Rocha (2008), a dedicação exclusiva à escola é predominante até os 18 anos, a partir de quando, o trabalho assume esse papel. Segundo a autora, a combinação de trabalho e estudo cresce paulatinamente a partir dos dez anos, com a contribuição maior do trabalho em áreas rurais, atingindo o seu pico aos 17 anos. Assim, a mudança drástica em termos de entrada no mundo do trabalho se dá entre 17 e 19 anos, aumentando mais fortemente a partir dessa idade.

Nesse sentido, é fundamental sinalizar para o fato de que a inserção no mercado de trabalho nessas faixas etárias iniciais é, na maioria das vezes, decisão da família, seja por necessidade de complementação da renda familiar, seja por fatores culturais. Nesse quadro, entretanto, a família se apresentaria como forte fator influenciador nas decisões dos jovens, conforme comentado por Barros e Mendonça (1995, p.3):

As funções da família, no entanto, vão muito além da simples coleta de recursos dos diversos membros e sua redistribuição equitativa. De fato, a família tem um papel importante tanto no processo de geração da renda como na determinação do uso desta. Assim, por um lado, a família funciona como a unidade de decisão, indicando como os recursos humanos, físicos e financeiros dos seus membros devem ser aplicados e distribuídos. Por exemplo, a família tem forte influência sobre a decisão de quais membros devem participar do mercado de trabalho, quais devem participar das tarefas domésticas e quais devem estudar e participar de programas de treinamento. Em outras palavras, a família tem grande influência sobre todas as decisões com respeito à alocação do tempo de seus membros, desempenhando, portanto, um papel central na definição da estratégia de geração de renda e de investimentos em capital humano de seus membros.

Acrescenta-se ainda que, quando questionados quanto ao motivo de inserção no primeiro emprego, a maioria dos entrevistados respondeu que teria sido para complementação da renda familiar. Alguns responderam que desejavam adquirir independência, uma vez que a família era numerosa e os pais não tinham condições de lhes fornecer tudo o que necessitavam ou desejavam. Entre as respostas, uma minoria justificou que começou a trabalhar porque não gostava de estudar e preferiu partir logo para alguma atividade que lhes permitisse obter renda.

Com relação à renda e às atividades percebidas e praticadas no primeiro emprego, predominaram remunerações de até  $\frac{1}{2}$  SM e as atividades, por sua vez, embora variadas, consistiam, entre as mulheres, em tarefas como babá, empregada doméstica, balconista de comércio e manicura. Entre os homens, as atividades mais

citadas foram auxiliar de transporte, auxiliar de pedreiro, auxiliar em forno de cal, além de serviços na lavoura. Grande parte dos entrevistados afirmaram ter atuado nestas atividades para auxiliar os pais.

Na análise da renda atual dos jovens participantes da pesquisa, separou-se, mais uma vez, o grupo 1 em 1A e 1B, uma vez que a conclusão do ensino superior, como já mencionado, poderia, potencialmente, ocasionar aumentos na renda dos que já o concluíram. Chama-se a atenção aqui, mais uma vez, para um número razoável de participantes que não responderam a esta questão e salienta-se o fato de que a análise engloba o total de participantes e não somente o somatório dos que responderam a esta questão.

A análise indica que a renda de 1 SM mostrou-se mais freqüente entre os indivíduos que ainda estudavam em 2009 (40%) e entre os indivíduos que não estudaram após 2001 (45,45%). Entre os jovens que não estudaram antes de 2000, há menos pessoas com renda de 1 SM, o que pode ser estar relacionado ao fato de que este grupo é composto por pessoas que, quando da coleta de dados, tinham idade entre 27 e 44 anos, muitos já tendo constituído família e caminhado para uma relativa estabilidade em suas funções.

A renda de 2 SM foi mais freqüente entre os indivíduos que já concluíram ensino superior, tanto para os jovens que concluíram antes, como para aqueles que concluíram depois do ano de 2000. Todavia, entre os jovens que concluíram antes do ano de 2000, a renda elevou-se, havendo mais indivíduos, entre estes, com renda entre 2 e 3 SM, fator que pode estar relacionado a uma margem temporal maior entre a conclusão do ensino superior e a data da pesquisa, o que significa um período maior de tempo para inserção no mercado de trabalho. Rendas acima de 3 SM também são mais expressivas entre os jovens que se formaram antes de 2000, conforme se verifica na Tabela 16.

Tabela 16 - Renda atual dos jovens. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	1 Estudaram após 2000				2 Não estudaram após 2000		3 Estudaram antes de 2000		4 Não estudaram antes de 2000	
	1A Matriculados em 2009		1B Concluíram após 2000		Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Nº	%	Nº	%						
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 1 SM	12	40,00	8	17,70	30	45,50	1	3,44	19	20,30
1 a 2 SM	7	23,30	18	40,00	17	25,70	10	34,50	14	20,90
2 a 3 SM	5	16,60	8	17,70	3	4,50	10	34,50	16	23,90
Acima de 3 SM	-	-	4	8,90	3	4,50	8	27,60	8	11,90
Não responderam	6	20,00	7	15,50	13	19,70	-	-	10	14,90
<b>Total</b>	<b>30</b>	100,0 0	<b>45</b>	100,00	<b>66</b>	100,00	<b>29</b>	100,00	<b>67</b>	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com Bartallotti e Menezes Filho (2007), na década de 1990, a demanda por mão-de-obra qualificada ocasionou a elevação do diferencial salarial entre trabalhadores qualificados e intermediários. Neste período, teria crescido a oferta relativa de trabalhadores com nível intermediário e qualificado, relativamente aos não qualificados. Entretanto, para os autores, a oferta relativa de trabalho qualificado estaria em trajetória de queda no Brasil, o que conduz à idéia de que o grande problema da educação no Brasil está na passagem do Ensino Médio para o Ensino Superior. Nesse sentido, os autores afirmam que a educação explica 26% dos diferenciais de rendimento e 40% dos diferenciais de rendimento do trabalho ajustados pela jornada de trabalho no Brasil, onde a redução das diferenças educacionais seria importante para a eliminação da desigualdade.

Schwartzman (2004) também afirma que a educação desempenha papel preponderante nos diferenciais de salário observados no mercado de trabalho. Segundo o autor, as taxas de retorno privado e social do investimento em educação superior costumam ser positivas e freqüentemente maiores do que a taxa de juros média praticada, em especial em países em desenvolvimento que apresentam baixas taxas de escolarização nesse nível de ensino.

A análise da renda dos sujeitos envolvidos neste estudo de caso corrobora muitas das proposições da teoria do capital humano. Todos os dados convergem no

sentido das idéias de Shultz (1964), Becker (1993), Mill (1988) e diversos outros autores, segundo as quais, os conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo do processo educacional demandam custos, mas tem o potencial de, entre outros aspectos, melhorar os níveis de renda.

## **5.2. Situação acadêmica dos matriculados e egressos do ensino superior**

A análise da situação acadêmica dos entrevistados partiu de duas unidades de análise. Em um momento, foram analisadas as respostas dadas aos questionários pelos participantes da pesquisa, de onde partiram, além de informações quantitativas, o conteúdo qualitativo do trabalho. Posteriormente, foram analisados documentos fornecidos pelo UNIFOR-MG, de onde partiram as informações relativas a cursos, matrículas e valores de mensalidades, além de um quadro de referência onde constam especificamente informações numéricas, relativas aos alunos do município de Córrego Fundo que perceberam algum tipo de benefício durante a graduação.

### **5.2.1. Cursos, mensalidades e turnos de estudo**

Para subsidiar essa análise, foi feita uma compilação dos cursos em que estiveram matriculados os jovens participantes da pesquisa, o seu ano de matrícula e os valores das mensalidades consideradas no ano de ingresso.

Os dados indicam que dos 29 jovens que se formaram até o ano de 2000, 2 cursaram Biblioteconomia, 20 cursaram Licenciaturas e 4 cursaram Pedagogia. A partir desses dados, é importante fazer duas observações importantes: primeiramente, até o ano de 1996, estes eram os únicos cursos ofertados pelo UNIFOR-MG; em segundo lugar ressalta-se que a existência de cursos intimamente relacionados ao magistério, possa ser um fator explicativo para o fato de que a maioria destes indivíduos (86,2%) eram do sexo feminino.

Nos anos posteriores, o UNIFOR-MG amplia, gradativamente, a oferta de cursos e, com relação aos participantes que se matricularam a partir de 2000, totalizando estes 75 jovens entre os já formados e os que ainda cursavam em 2009, foram diversos os cursos em que os jovens de Córrego Fundo se matricularam. No entanto, ainda somaram-se 17 indivíduos cursando Licenciaturas e mais 14 jovens matriculados nos cursos de Pedagogia ou Normal Superior, o que totaliza 41,33% do

total de jovens que se matricularam a partir de 2000. A partir desses dados, surge uma outra constatação relevante: o fato de haver um número expressivo de novas matrículas nessas modalidades de cursos, após o ano de 2000, descarta a possibilidade de que os jovens de Córrego Fundo não teriam cursado ensino superior no passado, em maior proporção, devido ao fato de que a instituição mais próxima de sua cidade só ofertava cursos que lhes permitissem atuar como professores. Em outras palavras, mesmo diante das novas possibilidades de cursos, quase a metade dos jovens inseridos na educação superior, optaram por áreas ligadas ao magistério e a maioria deles, continua sendo composta por mulheres.

Um outro fator que pode ter influenciado nas escolhas destes jovens é o fato de que as mensalidades dos cursos de Licenciatura e Pedagogia, em todos os anos, demonstram ser, em média, 40 a 45% mais baratas que as mensalidades de cursos como Engenharia Civil ou Administração de Empresas. Isso pode ser observado se comparadas as mensalidades dos cursos de Pedagogia e Fisioterapia no ano de 2009, com valores de R\$493,00 (quatrocentos e noventa e três reais) e R\$872,00 (oitocentos e setenta e dois reais), respectivamente. Há, de fato, entre as respostas dos jovens, algumas em que essa justificativa foi apresentada como motivo para a escolha do curso.

De acordo com Bartalotti e Menezes Filho (2007), a escolha por um ou outro curso envolve uma série de fatores, como renda, taxa de retorno, empregabilidade, *status* e vocação. No entanto, o aumento dos custos da formação, como mensalidades mais caras, reduz a demanda por determinados cursos, visto que isso eleva muito o custo de oportunidade.

Com relação aos demais jovens que se matricularam a partir de 2001, houve matrículas nos cursos de Biblioteconomia, Nutrição, Enfermagem, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Engenharia Ambiental, Fisioterapia, Engenharia Civil, Educação Física, Serviço Social e Engenharia de Produção. Dentre estes, os cursos que receberam o maior número de matrículas foram os de Contabilidade (15 matrículas), Enfermagem (7 matrículas) e Educação Física (5 matrículas).

Segundo Ehrenberg (2004), os estudantes, no momento da escolha do curso superior, analisam não apenas qual universidade devem frequentar, ou que carreira pretendem seguir. Suas escolhas, frequentemente, são fortemente influenciadas pelas oportunidades de emprego existentes dentro de determinada área; pelas condições não-pecuniárias de emprego nestas ocupações; pela sua aptidão acadêmica e pela

composição de gênero das pessoas que já exercem essa ocupação. No caso específico dos jovens de Córrego Fundo, o grande número de jovens no curso de contabilidade, possivelmente, explica-se pelo fato de que grande parte das empresas do município mantinham, até há pouco tempo, seus serviços contábeis em escritórios da cidade de Formiga, a 12 km do município. Essa informação parte das respostas de alguns questionários respondidos pelos participantes que, antes mesmo da conclusão do curso, já atuavam nessa área, no município.

Na Tabela 17 é possível visualizar os cursos em que os jovens de Córrego Fundo estiveram matriculados, os anos de matrículas, bem como os números de alunos em cada curso especificamente. É importante salientar que os dados contidos nessa tabela referem-se a todos os jovens do município matriculados no UNIFOR-MG, e não somente àqueles que responderam aos questionários.

Tabela 17 - Anos de matrículas, cursos e mensalidades. Córrego Fundo-MG, 2010

Cursos	Ano de matrícula	Número de alunos		Valores das mensalidades em reais	
		Grupo 1	Grupo 3		
Biblioteconomia	1997		1	158,00	
	1998		1	188,00	
	2009	1		523,00	
Nutrição	2001	1		378,00	
Enfermagem	2001	1		378,00	
	2002	1		439,70	
	2003	1		499,00	
	2004	1		499,00	
	2006			596,00	
	2008	3		674,00	
Licenciaturas	Antes de 1995		6	*	
	1995		4	84,74	
	1996		4	136,60	
	- Matemática	1997		4	158,00
	- Química	1998		2	188,00
	- Física	2000	2		234,00
	- História	2001	4		260,00
	- Geografia	2002	1		289,40
	- Letras	2003	2		329,00
	- Biologia	2005	2		370,00
Administração de Empresas	2006	2		390,00	
	2007	4		409,00	
	2001	1		297,00	
	2003	2		375,00	
	2004	3		375,00	
Ciências Contábeis	2006	3		448,00	
	2007	5		470,00	
	2008	1		507,00	
	2007	2		498,00	
Engenharia Ambiental	2009	1		600,00	

Continua...

Tabela 17 - Cont.

	Antes de 1995		1	*
	1997		1	158,00
	1999		2	208,00
	2002	1		289,40
Pedagogia ou normal superior	2003	1		329,00
	2005	2		370,00
	2006	1		390,00
	2007	2		409,00
	2008	5		441,00
	2009	2		493,00
Fisioterapia	2005	1		650,00
	2009	2		872,00
Engenharia Civil	2008	1		607,00
	2009	2		779,00
Educação Física	2001	2		346,20
	2007	1		495,00
	2009	2		597,00
Serviço Social	2008	1		458,00
Engenharia de produção	2005	1		475,00
	2006	1		475,00
Não responderam**	1999		1	-
	2009	2		-
Abandonaram sem concluir		1	2	-
<b>Total</b>		<b>75</b>	<b>29</b>	

\*A instituição não forneceu valores anteriores a 1995.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando analisados os turnos de estudo e o número de jovens que trabalhava durante a graduação, foi constatado que a grande maioria estudou no período noturno (96,90%) e conciliou trabalho e estudo durante o curso superior (81,35%). Ao serem questionados sobre a possibilidade de dedicar-se somente aos estudos, os participantes apresentaram respostas semelhantes, indicativas de que tal situação não seria possível devido a restrições na renda da família.

De acordo com Schwartzman (2004), nos últimos anos, o aumento do número de matrículas no ensino médio deu-se mais fortemente em estabelecimentos estaduais e no turno noturno. Dos alunos matriculados no nível médio, menos da metade está na faixa etária correspondente e cerca de 20% têm mais de 20 anos de idade. Segundo o autor, estes são jovens oriundos de famílias de baixa renda que necessitam trabalhar ainda no período de ensino médio, com pouca probabilidade de ingressarem em cursos superiores gratuitos. Seu ingresso e permanência no terceiro grau vão depender de sua capacidade de pagamento, da existência de crédito educativo, de bolsas e da sua convicção, ao longo do curso, em relação à efetivação do retorno do investimento realizado.

A partir do que é apontado por Schwartzman, pode-se concluir que, uma vez que estes jovens iniciem um curso superior, é altamente provável que os mesmos continuem conciliando trabalho e estudo, o que viria ao encontro da realidade dos jovens que compõem este estudo de caso. Embora o município de Córrego Fundo apresente um PIB *per capita* relativamente alto e não apresente altas taxas de desemprego, os dados da pesquisa apontam que os salários pagos no município não são altos, fazendo com que às famílias, de fato, sejam necessárias complementações financeiras para subsidiar a educação superior dos filhos, sejam estas provenientes de bolsas e financiamentos ou do salário pago pelo trabalho do jovem propriamente dito.

### **5.2.2. Políticas locais de incentivo ao investimento em educação superior**

A análise destes fatores vai ao encontro do objetivo maior deste trabalho: a compreensão do impacto da Lei municipal nº 479/2010 nas decisões dos jovens do município de Córrego Fundo quanto a cursar ou não cursar ensino superior. Apresentam-se aqui, por hora, somente os números, que permitiram quantificar as famílias que perceberam a bolsa da prefeitura municipal ou algum outro tipo de auxílio no período em que os jovens cursavam Ensino Superior. Entretanto, são analisados, nesta seção, somente os grupos 1 e 3, compostos por jovens que cursaram ensino superior no UNIFOR-MG no período de tempo delimitado para a pesquisa.

A partir das respostas apresentadas pelos participantes, tem-se que 78,67% dos entrevistados que estudaram a partir de 2001 receberam auxílio da prefeitura municipal durante todo o curso ou ainda recebiam no ano de 2009. Somam-se a este número, outros 5,33% que receberam somente em alguns períodos. Todavia, entre os jovens que se matricularam antes de 2001, um número expressivo de indivíduos também contou com a bolsa da prefeitura em alguns períodos de seu curso. Ocorre que, para a divisão dos grupos, foi considerada a data da matrícula e estes jovens, por sua vez, iniciaram o curso sem a existência da bolsa, mas chegaram a recebê-la nos anos finais de seus cursos.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação do município, na década de 1990, a prefeitura chegou a oferecer o que seria uma ajuda de custo a alguns jovens. Ocorre porém, que a oferta não era regulamentada e, enquanto alguns jovens recebiam 10% de auxílio, alguns chegavam a contar com bolsa integral. É importante



ressaltar, no entanto, que a grande maioria, 62,07% dos jovens que ingressaram no ensino superior até o ano 2000, não contou com auxílio da prefeitura municipal, como apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 - Alunos que receberam bolsa da prefeitura. Córrego Fundo-MG, 2010

Grupos	1		3	
	Estudaram após 2000 Nº	%	Estudaram antes de 2000 Nº	%
Receberam durante todo o curso ou ainda recebiam em 2009	59	78,60	-	-
Receberam em alguns períodos	4	5,30	11	37,90
Não receberam	12	16,00	18	62,00
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Buscou-se, ainda, analisar a relação dos jovens do município de Córrego Fundo com outros tipos de benefício, uma vez que, de acordo com dados do MEC (2009) e conforme apresentado por Schwartzman (2004), a partir do ano de 2000, tem sido ampliadas as oportunidades de acesso ao ensino superior, através de programas diversos como o ProUni e o FIES, por exemplo. Entretanto, no decorrer da pesquisa, constatou-se um dado importantíssimo, que corrobora as constatações de Cerdeira, (2009) e Barros et al. (2001), segundo os quais financiamentos públicos subsidiados tem o potencial de influenciar e até reverter quadros de subinvestimento em capital humano. Trata-se do projeto Amigos do Bairro, implementado e coordenado pelo UNIFOR-MG em parceria com associações de bairro dos municípios de Formiga e Córrego Fundo. O projeto, anteriormente apresentado, oferece 45% de bolsa a estudantes que cumpram os critérios nele estabelecidos e, entre os participantes da pesquisa, 53,33% contaram com a bolsa “Amigos do Bairro”, tendo estes se matriculado, integralmente, após o ano 2001, uma vez que o projeto teve início em 2002.

Entre os alunos participantes da pesquisa também há um número expressivo de jovens, cerca de 30% que afirmam contar com auxílio no transporte e no material didático, uma vez que a câmara municipal do município disponibiliza uma máquina de xérox, devendo os alunos fornecer somente o papel.

É interessante notar que, nos dois grupos, é pequeno o número de jovens que contam com o ProUni (2,67%) e com o FIES (5,33%) e, talvez, com relação ao grupo 1, possa se afirmar que a Lei municipal 479/2010 e o projeto Amigos do Bairro tenham responsabilidade sobre isso. Os dados obtidos nos questionários apontam que

48% dos jovens participantes recebiam, simultaneamente, as bolsas da prefeitura municipal e do projeto Amigos do Bairro, o que lhes proporcionava uma redução de 75% no valor das mensalidades e, mesmo entre os alunos que contavam com o FIES, há aqueles que contam também com a bolsa da prefeitura. De acordo com Cerdeira (2009), as bolsas de estudo, cujos beneficiários não têm a obrigação do reembolso, seriam a última alternativa para os estudantes provindos de famílias desfavorecidas e de baixo capital cultural, uma vez que a maioria destas famílias não estaria disposta a pleitear um financiamento, devido à incerteza quanto aos retornos do investimento. A Tabela 19 apresenta a relação dos participantes com as demais possibilidades de benefícios ou financiamentos:

Tabela 19 - Jovens que receberam outros tipos de auxílio ou financiamento. Córrego Fundo-MG, 2010

<b>Grupos</b> <b>Benefícios</b>	<b>1</b> Estudaram após 2000		<b>3</b> Estudaram antes de 2000	
	<b>N<sup>0</sup></b>	<b>%</b>	<b>N<sup>0</sup></b>	<b>%</b>
Projeto Amigos do Bairro	40	53,30	-	-
FIES ou CREDUC	4	5,33	3	10,30
ProUni	2	2,66	-	-
Material didático, transporte ou outros	3	4,00	2	6,90
Não contaram com outros benefícios ou financiamentos	26	34,66	24	82,70
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da Tabela 19 permite concluir ainda que, entre os sujeitos que se matricularam antes de 2000, também é muito reduzido o número de jovens que buscaram financiamento, uma vez que 82,75% destes jovens concluíram seus cursos sem nenhuma forma de benefício.

Fazem-se, aqui, duas observações: primeiro, conforme apresentado pelo MEC (2009), o aumento de matrículas no ensino superior tem ocorrido, principalmente, entre jovens com faixa etária acima de 24 anos, o que aponta na direção de que, com grande probabilidade, estes seriam jovens já inseridos no mercado de trabalho e que custeiam total ou parcialmente seus estudos. A segunda observação é que, de acordo com Cerdeira (2009), os empréstimos teriam, de fato, a vantagem de aumentar o acesso ao ensino superior por parte de jovens de ascendência socioeconômica desfavorecida, dando-lhes a possibilidade de virem a pagar num momento posterior, quando já estiverem em condições de poupar para esse reembolso. No entanto,

Cerdeira afirma que, entre certos grupos sociais, existe uma certa aversão à dívida, onde os empréstimos podem suscitar uma forte resistência. Diante da falta de recurso próprio e, sentindo-se receosos com relação a contrair a dívida do financiamento, tais jovens sentir-se-iam incentivados a trabalhar em tempo integral para custear seus estudos ou, hipótese altamente provável, desistir de se inscrever em um curso superior, o que geraria uma tensão significativa entre o mercado de trabalho e o prosseguimento nos estudos.

Partindo-se da constatação de que, na década de 1990, não havia tantas políticas de fomento à acessibilidade como se tem a partir do ano de 2000, essa questão talvez explique o reduzido número de jovens com nível superior de ensino no município de Córrego Fundo nos anos anteriores a 2000. Na mesma proporção, estes resultados dão amparo à afirmação de que, neste estudo de caso especificamente, os investimentos em capital humano de fato foram fortemente influenciados por políticas de fomento à acessibilidade, tais como financiamentos e, principalmente, bolsas de estudo.

Por um lado, é possível estabelecer uma conexão entre essa realidade e os estudos de Cerdeira (2009), segundo a qual, famílias com menor capital cultural apresentam uma tendência a superestimar os custos e subestimar os retornos do investimento em ensino superior. Por outro lado, também é possível voltar ao que é defendido por Shultz (1967), segundo o qual não se pode afirmar que as famílias pobres sejam menos preocupadas com o futuro de seus filhos do que as famílias ricas. Segundo o autor, a grande diferença estaria nas possibilidades financeiras de realizar ou não tal investimento.

### **5.3. O impacto da lei municipal 479/2010 e do projeto Amigos do Bairro**

Além das informações obtidas através dos questionários, foram analisadas, ainda, as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação de Córrego Fundo e pela secretaria acadêmica do UNIFOR-MG. Uma vez que este estudo foi feito pelo método de amostragem, considerou-se imprescindível analisar os números gerais, ou seja, todos os números de matrículas dos jovens do município de Córrego Fundo, no UNIFOR-MG, de modo a quantificar o acesso ao ensino superior entre os jovens do município antes e depois da existência dos auxílios. A partir da constatação de que o projeto “Amigos do Bairro”, paralelamente à Lei Municipal nº

479/2010, beneficiou um número significativo de jovens do município, definiu-se por apresentar a estrutura e funcionamento de ambos.

### **5.3.1. A Lei Municipal Nº 479/2010**

O município de Córrego Fundo oferece, desde o ano de 2001, um auxílio subsidiado, em forma de bolsas de estudo, aos jovens do município matriculados em cursos de graduação. Embora o auxílio só tenha sido regulamentado recentemente, foi possível perceber, pelas respostas dos questionários, que, mesmo antes de 2001, algumas pessoas recebiam o benefício da prefeitura municipal. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação do município, no início, o benefício era concedido sem critérios definidos, quando variava inclusive a porcentagem com que cada aluno era beneficiado. No período de realização deste estudo, embora a Secretaria Municipal de Educação exercesse a parte operacional do projeto, ele era responsabilidade da Secretaria de Ação Social, que se encarregava da análise e seleção dos candidatos.

A partir de uma iniciativa da câmara municipal, o benefício foi regulamentado no ano de 2001 e, tendo passado por várias modificações e adaptações, resultou na Lei Municipal nº 341/2005 que, mais tarde reformulada, resultou na Lei Municipal nº 479/2010, que regulamenta o “Programa de Bolsas de Estudo para o 3º grau, para fins de auxílio às pessoas que preencham os requisitos legais”. A partir da lei, tem direito a pleitear o benefício, jovens que estejam cursando pela primeira vez um curso de graduação, cuja família possua renda comprovada de até 10 salários mínimos, tendo preferência na concessão do auxílio as famílias de menor renda *per capita*. Os jovens devem residir no município há pelo menos 3 anos, comprovando, a cada 6 meses, a residência, podendo manter estadia em outro município somente no período letivo.

Após o primeiro período de estudo, os jovens devem comprovar a sua frequência, que deverá ser de no mínimo 75% do total de dias letivos, bem como seu rendimento escolar, que deverá ser de pelo menos 70% do total global de todos os conteúdos. Os alunos reprovados em qualquer disciplina perdem o direito de se inscrever no ano seguinte. O benefício pode ser concedido a duas pessoas da mesma família, desde que haja disponibilidade de recursos e sejam atendidos os demais critérios da lei e, caso haja a desistência voluntária do aluno, este deverá comunicar

imediatamente e por escrito à Secretaria de Ação Social de Córrego Fundo, sob pena de ser responsabilizado pessoalmente pelos danos causados ao erário público.

O programa é implementado através de convênios firmados diretamente entre o município e as instituições de ensino que enviam ao município os boletos para o pagamento. O percentual concedido é de 30% do valor da mensalidade e são concedidas 10 parcelas anuais a cada beneficiado. Estes jovens, em contrapartida, devem firmar compromisso contratual de prestação de serviços voluntários ao município de Córrego Fundo, sendo estes serviços prestados em uma proporcionalidade de 200 horas por ano de benefício; se o aluno residir em município diverso, deverá prestar serviços no período de férias. As entidades e associações que se interessam pelos serviços voluntários dos estudantes devem se credenciar junto ao município.

### **5.3.2. O projeto Amigos do Bairro**

O projeto Amigos do Bairro é um programa de extensão, constituído de um conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, de médio e longo prazo, orientados a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes, como cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica, inclusive de pesquisa e ensino. O Programa oferece bolsas de estudo para alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do UNIFOR-MG, que preencham os requisitos exigidos em um regulamento.

Tem direito à bolsa de estudos, no valor equivalente a 45% da mensalidade a ser paga, os alunos devidamente classificados em processo seletivo realizado, exclusivamente, para este fim. O aluno inserido no Programa recebe ainda auxílio transporte e o benefício concedido, incluindo auxílio transporte, não pode ultrapassar o percentual de 50% do valor da mensalidade, não incidindo o valor do benefício sobre o valor de matrícula e rematrículas. Os alunos selecionados assinam um termo de participação no programa, que envolve associações de bairro em sua implementação.

Às associações de bairro, por sua vez, cabe a seleção de atividades relevantes a serem desenvolvidas pelos alunos, de forma a contribuir para o seu crescimento, observando sempre a área de sua formação. Devem ainda proporcionar ao aluno participante condições de um treinamento prático e de relacionamento humano

voltado para a realização de trabalho social. As associações de bairro fornecem ao UNIFOR-MG relatórios padronizados que permitam à instituição acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos alunos participantes no programa. Para conveniar-se ao programa, a associação deve elaborar projeto que obedeça às políticas e diretrizes de extensão estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e em consonância com o Regimento Geral e com o Regulamento Interno do Programa de Extensão do UNIFOR-MG.

Para participar do processo seletivo, os alunos, regularmente matriculados, devem ter situação regular nas questões acadêmica e financeira junto à instituição, estando impedidos de participar aqueles que possuam mais de três dependências a serem cursadas; tenham qualquer tipo de débito com a Instituição (mensalidades, taxas da Biblioteca, etc.) e que tenham recebido penalidade disciplinar nos últimos dois anos. Estes devem, ainda, cumprir a carga horária de 20 horas semanais de atividades junto à Associação de Bairro ou Instituição conveniada com a FUOM, desenvolvendo as atividades que lhe forem atribuídas com zelo, diligência, imparcialidade e consciência técnica e metodológica. Os alunos participantes do programa passam temporariamente por avaliações coordenadas pelas associações conveniadas.

### **5.3.3. Os números dos benefícios**

Os teóricos clássicos do Capital Humano, como Theodore Schultz e Gary Becker, defendem que maiores níveis de escolaridade tem o potencial de elevar a renda, ampliar possibilidades de trabalho e mudar as preferências dos indivíduos. Ademais, outros cientistas afirmam que financiamentos públicos subsidiados tem o potencial de ampliar a acessibilidade ao ensino superior, principalmente quando se trata de oferecer oportunidades aos jovens das famílias de baixa renda.

Pois bem, o presente trabalho, norteado e amparado nessas afirmações, depois de analisar as questões específicas aos jovens que compuseram a amostra, partiu para a busca de respostas a partir de informações generalizadas, que envolvessem não só os jovens participantes do estudo, mas também, em termos numéricos, aqueles que não responderam aos questionários, mas que compõem o universo de jovens do município de Córrego Fundo que cursaram ensino superior no UNIFOR-MG. É importante ressaltar que os números apresentados nas Tabelas 20 e 21 não têm

correlação numérica com os números das análises anteriores, visto que aquelas referem-se somente aos jovens que compõem a amostra e estas, por sua vez, referem-se a todos os jovens de Córrego Fundo matriculados na instituição de ensino.

A partir dessa perspectiva, foi constatado que, no ano de 1995, a instituição contava com 2 alunos do município de Córrego Fundo, tendo este numero se elevado, com alguma variação, para 9 alunos, em 1999. A partir de 2000, estes números começam a se elevar gradualmente, atingindo o total de 141 alunos matriculados no ano de 2009. Ao comparar estes números, tem-se que, entre 2000 e 2009, ocorreu um aumento de mais de 600% no número de alunos de Córrego Fundo matriculados no ensino superior no UNIFOR-MG. Quando se analisa, ainda, o número de novas matrículas a cada ano, se comparados os anos de 2000 e 2009, obtêm-se um aumento de mais de 700% no número de novas matrículas a cada ano, conforme Tabela 21:

Tabela 21 - Números de alunos matriculados no UNIFOR-MG. Córrego Fundo- MG, 2010

<b>Ano</b>	<b>Número total de alunos de Córrego Fundo matriculados no UNIFOR-MG</b>	<b>Número de novas matrículas a cada ano</b>
1995	02	03
1996	09	05
1997	09	06
1998	11	07
1999	09	09
2000	23	07
2001	26	11
2002	35	18
2003	57	34
2004	48	22
2005	61	30
2006	77	46
2007	128	71
2008	118	67
2009	141	53

Fonte: Secretaria Acadêmica do UNIFOR-MG.

A instituição de ensino forneceu ainda informações relativas aos números de alunos de Córrego Fundo que receberam algum tipo de benefício durante a graduação. Estas informações, constantes na Tabela 21, incluem, como as da tabela anterior, todos os alunos do município que contaram com algum tipo de benefício ou financiamento. Percebeu-se, todavia, uma pequena inexatidão em algumas das informações fornecidas pela instituição de ensino, como, por exemplo, o fato de que, de acordo com as respostas dos questionários, entre os alunos que concluíram antes

de 2000, houve 3 que contaram com o FIES, enquanto que, nas informações prestadas pela instituição, não constava essa informação.

Tabela 22 - Alunos de Córrego Fundo que receberam benefícios. Córrego Fundo-MG, 2010

<b>Ano</b>	<b>FIES</b>	<b>Bolsa SESI ou outras</b>	<b>Bolsa Prefeitura</b>	<b>Bolsa Amigos do Bairro</b>	<b>Bolsa Social Licenciatura</b>
1995	-	-	-	-	-
1996	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	-	-
2000	-	-	26	-	-
2001	-	-	26	-	-
2002	-	-	32	-	-
2003	-	-	39	-	-
2004	6	1	36	-	-
2005	4	2	37	13	-
2006	5	1	39	42	-
2007	3	1	60	64	-
2008	5	-	74	89	-
2009	4	6	72	96	-

Fonte: Secretaria Acadêmica do UNIFOR-MG.

As informações fornecidas pela instituição não nos permitem visualizar quais alunos recebiam, simultaneamente, a bolsa da prefeitura e a bolsa do projeto Amigos do Bairro. Pode-se perceber, porém, que dos 141 alunos matriculados em 2009, 51% contavam com a bolsa da prefeitura e 68% contavam com a bolsa do projeto Amigos do Bairro. Contudo, como apresentado anteriormente, entre os alunos que responderam aos questionários, 48% contaram, simultaneamente, com os dois benefícios. Do total de jovens de Córrego Fundo matriculados no UNIFOR-MG, havia ainda, em 2009, alunos que contavam com o FIES e outros que percebiam bolsas providas de outras fontes que não constituem foco dessa pesquisa.

Voltando às proposições teóricas nas quais se ancora este trabalho, os dados obtidos através da análise destes documentos, dão amparo à afirmação de que investimentos públicos subsidiados tem o potencial de inverter quadros de subinvestimento em educação, conforme apontado por Barros et al. (2001). No caso



do município de Córrego Fundo, é claramente perceptível que há uma relação íntima entre a existência dos benefícios e o número de matrículas na educação superior.

De fato, a presente pesquisa foi motivada por observações empíricas, que indicavam um aumento no número de jovens do município matriculados no ensino superior, a partir da existência do auxílio ofertado pela prefeitura municipal. No entanto, os dados da pesquisa permitiram perceber que este aumento foi muito significativo, pois, em pouco mais de uma década, o município de Córrego Fundo aumentou de 2 para 141 o número de pessoas matriculadas na educação de nível superior, ou seja, enquanto que, no período de 1996 a 2007, a média nacional foi de pouco mais de 100% de aumento no número de matrículas no ensino superior, no município estudado, este aumento foi de mais de 700%.

Poder-se-ia, assim, a partir destes números, afirmar que a existência de auxílios, conforme defendido por Cerdeira (2009), Ribeiro et al.(2006), Schwartzman (2004) entre outros, de fato, teriam influenciado a decisão das famílias quanto ao ingresso dos jovens na educação superior. No entanto, diversos outros fatores, além daqueles relativos a restrições na renda familiar, poderiam ter influenciado na decisão dos jovens e famílias do município, no que tange à possibilidade deste investimento. Isto posto, o presente estudo buscou, através dos questionários, compreender as motivações e fatores influenciadores das decisões dos jovens e de suas famílias acerca dessa decisão. Essa análise, que se apresenta na próxima seção, constitui-se dos pensamentos, opiniões, sentimentos e perspectivas dos sujeitos que participaram da pesquisa.

A partir dessas respostas foi possível responder, com maior exatidão, ao questionamento aqui proposto: se a existência dos auxílios atuou ou não como fator motivador da decisão de ingresso no ensino superior.

#### **5.4. Os fatores que determinaram as decisões**

Os objetivos propostos neste estudo buscavam, além das questões quantitativas, respostas que permitissem a compreensão dos fatores e motivações que influenciaram os jovens do município de Córrego Fundo, bem como suas famílias, quando estes optaram por matricular-se ou não no ensino superior. Nesse sentido, a próxima seção apresenta a análise das respostas dos jovens e de suas famílias no que diz respeito às suas motivações individuais, questões pessoais e familiares, além de

questões operacionais e culturais que influenciaram as decisões dos sujeitos participantes da pesquisa.

#### **5.4.1. A tensão entre o mercado de trabalho e o ensino superior**

A maioria dos estudantes que participaram da pesquisa conciliou trabalho e estudo durante o ensino superior. Quando questionados sobre a possibilidade de não trabalhar enquanto cursavam ensino superior, a grande maioria, 75% respondeu que não seria possível. As razões apontadas são muito semelhantes: as condições financeiras da família não os permitiriam a dedicação exclusiva aos estudos, sendo que a maior parte destes jovens afirmou que pagava os estudos com o próprio salário. Uma média de 20% dos jovens disse que teria condições de estudar mesmo que não trabalhasse. Suas respostas, no entanto, indicam que isso só seria possível devido aos auxílios que recebiam, ou seja, sem trabalho e sem auxílio não haveria a possibilidade de prosseguir, conforme as seguintes falas:

Parei de trabalhar só agora no último período, para concluir o TCC, mas não permaneceria no curso superior por falta de condições. Meus pais não ganham o suficiente pra me manter no curso. J.R.G – 23 anos - Pedagogia – ingresso em 2008, grupo 1.

Não daria pra continuar porque o curso é muito caro; e pra poder estudar sem trabalhar, teria que escolher um curso de Licenciatura. M.M.O – 19 anos – Engenharia Civil – ingresso em 2009, grupo 1.

Os dados estão de acordo com os estudos de Cerdeira (2009) que afirma que as mensalidades da educação superior podem atuar como barreiras ao prosseguimento dos estudos, principalmente quando se trata de famílias dos estratos mais baixos da sociedade, onde as possibilidades de retorno são mais dificilmente compreendidas. A fala da segunda estudante também está de acordo com o estudos de Rocha (2008), segundo a qual a escolha do curso pode ser influenciada por fatores diversos, entre os quais estão os valores das mensalidades. Embora não seja foco deste estudo, vale destacar aqui que a possibilidade de cursar um curso de licenciatura, mencionada pela estudante, apresenta-se como algo indesejável, uma segunda opção a ser considerada diante da impossibilidade de uma primeira opção com a qual de fato se identifica.

#### 5.4.2. O curso superior sem a possibilidade de auxílios

A grande indagação contida neste trabalho parte da busca de respostas que permitam compreender até que ponto a existência de auxílios subsidiados, como a bolsa da prefeitura municipal ou do projeto Amigos do Bairro, influenciaram a decisão dos jovens quanto a cursar ou não ensino superior. Estas respostas, por sua vez, diferem quando comparadas as respostas dos jovens que cursaram antes de 2000, quando não havia a bolsa da prefeitura, às respostas daqueles que iniciaram a partir de 2001, quando estes jovens já contavam, além do benefício da prefeitura, com diversas outras possibilidades, tais como o FIES e o projeto Amigos do Bairro.

Entre os jovens que ingressaram antes de 2000, 75% responderam que teriam iniciado mesmo sem nenhum tipo de auxílio. Ocorre que estes jovens, de fato, estudaram, em sua maioria, sem nenhum auxílio. Quanto aos jovens que ingressaram após 2001, 64% responderam que não ingressariam, uma vez que a renda da família não seria suficiente para as despesas do curso, conforme as seguintes falas:

Só ingressei no curso superior porque tem o auxílio da prefeitura. Se não tivesse, teria que estudar muito pra passar numa federal. M.M.O – 19 anos – Engenharia Civil – ingresso em 2009, grupo 1.

Eu sempre quis estudar e naquela época nem passava pela cabeça a possibilidade da prefeitura ajudar, até porque a cidade tinha acabado de se emancipar e a prefeitura ainda ia se organizando. Só tinha o CREDUC, mas era muito difícil. JRL – 38 anos – Geografia – ingresso em 1996, grupo 3.

Quanto à minoria de respostas que afirmaram haver a possibilidade de cursar sem o benefício, estas indicam que estes jovens buscariam alguma forma de financiamento, sendo que muitos responderam que buscariam alguma alternativa, ou, em suas palavras “dariam um jeito que não sabem qual é”. Nestas respostas percebe-se grande determinação e vontade de prosseguir, como mostra o seguinte depoimento:

Eu estava decidida a ter nível superior e não me importaria de ter que abrir mão de alguma coisa. J.R.G – 23 anos - Pedagogia – ingresso em 2008, grupo 1.

Quando questionados com relação aos outros benefícios, como o Projeto Amigos do Bairro e o FIES as respostas foram semelhantes, com um detalhe recorrente em muitas respostas. Muitos jovens disseram que precisariam de um ou de outro auxílio, ou seja, a mensalidade integral torna-se impraticável, atuando como impedimento do ingresso dos jovens no ensino superior, quando a possibilidade da bolsa atuaria como um contrapeso.

Para quem não cursou ensino superior, a existência da bolsa é relatada como uma dívida e a grande maioria desses jovens afirmou que se tivesse contado com algum tipo de benefício, isso certamente teria afetado sua decisão.

#### **5.4.3. A proximidade geográfica entre os municípios de Córrego Fundo e Formiga**

De acordo com Bartalotti e Menezes Filho (2007) são diversos os fatores que influenciam a decisão dos jovens no momento da escolha do curso. Entre estes, estão o valor das mensalidades, os níveis de empregabilidade de cada área, as médias salariais dos recém-formados, o *status* relacionado à profissão e a vocação. No entanto, os autores ressaltam que fatores secundários podem exercer grande influência nessa escolha, como a facilidade de passar no vestibular e mesmo o valor do investimento a ser feito. Nesse sentido, questionou-se se os participantes teriam sido influenciados pela proximidade geográfica entre os municípios de Formiga e Córrego Fundo (12 Km), o que, obviamente, diminuiria suas despesas e facilitaria sua locomoção.

As respostas diferem nos dois grupos. Entre aqueles que ingressaram após o ano de 2000, há, em média 50% de respostas indicando que se sentiram influenciados e outros 50% com postura oposta. Os que se disseram influenciados, apresentam como justificativa o fato de que a curta distância lhes permitiu trabalhar e estudar ao mesmo tempo, reduziu o cansaço e as despesas e que a família não teria condições de mantê-los em outras cidades. Entre os jovens que ingressaram no ensino superior antes de 2000, a maioria (72%) disse que se sentiram influenciados pela distância, sendo seus motivos semelhantes aos dos jovens do primeiro grupo. Quanto aos que responderam que não foram influenciados por este fator, os mesmos atestam que escolheram o curso que queriam ou que tinham gosto ou afinidade pela área escolhida. Os seguintes depoimentos ilustram, respectivamente, as duas posições:

Me influenciou sim. Porque eu não conseguiria me manter num curso em outra cidade. Então, tive que optar por um curso que estivesse mais acessível às minhas condições geográficas e financeiras. ML – 33 anos – Pedagogia – ingresso em 1999, grupo 3.

Não. Porque a escolha do curso foi uma decisão minha. É o que eu queria fazer, ser professora. MMC - 44 anos – Pedagogia – ingresso em 1995, grupo 3.

Becker (1993) ao discutir a questão do custo de oportunidade, afirma que os indivíduos, no momento da decisão de ingressar no ensino superior avaliam os custos e os benefícios dessa decisão, buscando, inclusive, a otimização de seus rendimentos. Nesse sentido, ao declararem-se influenciados pela proximidade geográfica entre os dois municípios, os jovens estariam sinalizando nessa direção, ou seja, fizeram uma escolha que lhes permitisse uma melhor relação custo-benefício.

#### **5.4.4. A importância do curso superior para os jovens e suas famílias**

Theodore Schultz (1964) dizia que as famílias pobres não são menos preocupadas com o futuro de seus filhos do que as famílias ricas. Segundo o autor, embora não haja uma compreensão clara da importância da educação para o crescimento da sociedade - nas palavras de Schultz, o valor econômico da educação - o que faz com que estas famílias invistam menos na educação de seus filhos é, simplesmente, a falta ou limitação de recursos financeiros. Por outro lado, alguns estudos referenciados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2007) apud Cerdeira (2009) afirmam que as famílias de baixos rendimentos habitualmente superestimam os custos e subestimam os retornos do ensino superior, ou seja, na percepção destas famílias, o investimento não compensa.

Todavia, os dados coletados permitem-nos constatar as duas realidades, porém, com maior ênfase, a primeira posição, em que as famílias valorizam o ensino superior, mesmo aquelas cujos filhos não prosseguiram nos estudos. Nas posições de todos os jovens, bem como de suas famílias, prevalece uma associação do ensino superior a maiores níveis salariais, melhores condições de emprego e melhor qualidade de vida. Uma outra posição frequente, principalmente na visão dos pais, é a associação do ensino superior à realização de um sonho, uma conquista, quando

muitos afirmaram que a realização estava associada ao fato de que ele – o jovem entrevistado – seria o primeiro da família a cursar ensino superior.

A associação do ensino superior à aquisição de cultura e conhecimento foi mais freqüente entre os menos jovens, ou seja, aqueles que ingressaram na educação superior antes de 2000 e já estão inseridos no mercado de trabalho. Entre estes houve também a associação do ensino superior à estabilidade financeira. Interessante notar que as respostas se assemelham em todos os grupos, tanto entre as famílias e jovens que cursaram ensino superior como entre aqueles que não prosseguiram nos estudos. Um número mínimo de entrevistados responderam que suas famílias não valorizavam os estudos e dava mais ênfase ao trabalho braçal. Cerdeira (2009) afirma que, muitas vezes, os poucos recursos e a baixa escolaridade resultam numa incapacidade de avaliar o futuro, o que resulta em investimento limitado na educação dos filhos. Chama a atenção o relato de uma participante, que considerava o ensino superior algo inatingível:

Se é importante? É sim! Mas acho isso hoje. Antigamente fazer faculdade era coisa pros filhos dos outros. Parecia muito distante. A gente ouvia que o filho do fulano estava fazendo e achava o máximo. Mas parece que era coisa pros outros, parece que não era pra gente. Ninguém falava muito nisso. AAR – 42 anos – Cantineira de escola – grupo 4, não tem ES.

De acordo com Becker (1993), a questão da escolaridade teria o potencial de não só ampliar oportunidades de emprego, mas, também, a capacidade de influenciar nas escolhas dos indivíduos. A incapacidade de avaliar, a longo prazo, a importância da educação, aliada à cultura familiar, parecem ter atuado no sentido de fazer com que AAR construísse uma idéia de que o ensino superior seria algo difícil e distante. Ainda nesse sentido, Marshal (1985 apud Cerdeira, 2009) afirma que a falta de instrução retira das pessoas a possibilidade de vislumbrar mudanças e reprogramar o seu futuro.

Entre as respostas, surpreendem também aquelas em que os jovens disseram valorizar o ensino superior, mas preferiram não cursar porque não gostavam de estudar. E surpreendem mais ainda respostas de jovens que concluíram ensino superior e afirmam não considerá-lo importante, como no seguinte relato:

Importância nenhuma, pois não atuo na área que escolhi. Meu curso superior serviu somente pra eu adquirir conhecimento. Pro mercado de trabalho não adiantou nada. ECS – 32 anos – Ciências Biológicas – ingresso em 1997 – grupo 3.

Embora o jovem tenha afirmado não atribuir “importância nenhuma” no seu curso superior, o mesmo afirma, paradoxalmente, que a conclusão do ensino superior lhe serviu para adquirir conhecimento. Ora, não seria a aquisição de conhecimento uma conquista importante? Não seria a conclusão do ensino superior uma possibilidade de, conforme apontado por Becker (1993) alterar as preferências e fazer escolhas de vida mais saudáveis? De acordo com Sem (1997, apud Beblington, 1999), a posse de capital humano não significa apenas que as pessoas produzem mais e de forma mais eficiente, mas dá-lhes a capacidade de engajar-se mais fecunda e significativamente no mundo.

Houve, ainda, jovens que afirmaram considerar o ensino superior algo importante, mas não essencial, justificando que não tem ensino superior, mas seus salários equiparam-se ou ultrapassam os salários de quem estudou, conforme a seguinte fala:

É importante para adquirir cultura e conhecimento, porém, não é essencial, pois hoje não possuímos formação de nível superior e temos nossas profissões com pessoas que exercem a mesma atividade, possuem o mesmo salário e formação escolar diferente.  
RPL, 27 anos – funcionária pública municipal, grupo 2.

A postura da jovem RPL, retrata o pensamento de outros sujeitos participantes da pesquisa, segundo os quais, maiores níveis de escolaridade estariam relacionados somente a melhores salários, empregos menos insalubres e melhores posições sociais. No entanto, é válido salientar, mais uma vez, algumas constatações dos estudos de Becker (1993), segundo os quais, pessoas mais instruídas tendem a manter hábitos de vida mais saudáveis e, inclusive, tendem a otimizar seus gastos, uma vez que aumentam sua capacidade de avaliar o presente e planejar o futuro.

É importante salientar, porém, que as posições de não valorização do ensino superior compõem uma minoria de respostas, tendo a grande maioria dos resultados revelado posturas mais positivas. Tal constatação vai ao encontro das proposições de Schultz (1964), segundo o qual o não investimento em capital humano não seria necessariamente uma questão de escolha, mas de limitação de recursos.

#### **5.4.5. Estudar ou não: as motivações individuais**

Entre as perguntas feitas nos questionários no intuito de compreender a decisão dos jovens, buscou-se analisar suas motivações pessoais e os fatores culturais, familiares e sociais que pudessem ter influenciado na decisão de cursar ou não ensino superior. Entre os jovens que optaram por não ingressar, a grande maioria, 73%, justificou que não o fez por falta de condições financeiras. Segundo os jovens, o auxílio que a prefeitura oferece hoje seria o grande divisor de águas, pois a idéia de estudar sem nenhum tipo de ajuda parecia-lhes inatingível.

O segundo fator mais recorrente foi a falta de interesse pelos estudos. De acordo com as respostas de 30% dos jovens, estudar era algo que lhes parecia cansativo e indesejável e estes afirmaram que abandonaram os estudos para iniciar algum tipo de atividade remunerada. A maioria destes indivíduos, 68%, era composta por pessoas do sexo masculino, o que corrobora os estudos de Barros et al. (2001), segundo os quais, os homens estariam mais propensos a abandonar os estudos para inserir-se no mercado de trabalho. Soma-se a este aspecto, o fato de que as possibilidades de emprego existentes no município, muitas vezes compostas por atividades braçais, eram mais propícias aos homens.

Um terceiro fator, apontado simultaneamente em vários questionários, foi a falta de incentivo dos pais. Alguns jovens disseram não haver na família uma cultura que favorecesse os estudos, como relatado abaixo:

Meus pais nunca falaram em pagar ou me ajudar a pagar uma faculdade. Não tinha as facilidades que tem hoje, como bolsa da prefeitura e da própria faculdade, o que facilitaria muito naquela época. Quando cursei o ensino médio, meu namorado, que hoje é meu esposo, não me incentivou nem um pouco; continuo querendo fazer faculdade de pedagogia, mas, hoje, com filhos pequenos, fica bem mais difícil. MFC, 37 anos, costureira, grupo 4.

Mais uma vez constata-se o que é apontado por Cerdeira (2009), Schwartzman (2004) e Ribeiro et al. (2006) respectivamente. Para Cerdeira, existem algumas barreiras entre o ensino superior e o jovem de baixa renda e uma dessas barreiras seria justamente a incapacidade dos pais em avaliar os benefícios dessa instrução. Schwartzman, na mesma linha de Cerdeira, defende a existência de auxílios por parte do governo como forma de subsidiar a acessibilidade ao ensino superior, possibilidade esta, apontada pela jovem entrevistada, como um aspecto



facilitador. Barros, por sua vez, defende que, à medida que as pessoas ficam mais velhas, torna-se mais elevado o custo de oportunidade quando se decide cursar ensino superior. No caso de MFC, especificamente, o fato de trabalhar para complementar a renda familiar e ter filhos pequenos, inviabilizavam, no momento da pesquisa, o sonho de estudar que, há algum tempo, havia sido adiado.

Os outros fatores apontados pelos jovens, em menor proporção, são variados. Entre eles há quem tenha afirmado não ter estudado devido ao ingresso precoce no trabalho, quando estes consideravam difícil conciliar trabalho e estudo. De fato, como apresentado anteriormente, entre os jovens que não cursaram ensino superior, há mais pessoas que iniciaram algum tipo de trabalho antes dos 15 anos de idade. Outros afirmaram ter se casado cedo, se acomodado e alguns afirmaram ter somente adiado a decisão, mas que ainda pretendiam continuar os estudos.

Quanto aos jovens que se matricularam na educação superior, a grande maioria, cerca de 40%, afirmaram ter se sentido motivados a estudar pelas possibilidades de emprego, salário, estabilidade e melhor qualidade de vida que um curso superior pode oferecer. O segundo fator mais recorrente foi o incentivo dos pais e de outras pessoas próximas, como tios e namorados, mesmo quando a maioria destas pessoas não tinha nível superior, conforme os seguintes relatos:

Meus irmãos não tiveram oportunidade de estudar, por isso influenciaram meus estudos, sempre me apoiaram e hoje tem o maior orgulho do meu diploma. DDL, 36 anos, diretor de escola, formado em História e Direito, grupo 3.

O que me motivou foi a vida dos meus pais. Pra criar nossos irmãos era muito difícil; não tinham salário, trabalhavam muito. O dinheiro que ganhavam era da venda da colheita e da criação de animal [...] no município não tinha emprego para mulheres. Era na lavoura e nas pequenas indústrias de cal. HFR, 47 anos, funcionária pública, formada em Estudos Sociais, grupo 3.

Um dos aspectos que motivaram este estudo foi justamente o fato de o município de Córrego Fundo contar com oportunidades de emprego que não exigiam formação de nível superior, principalmente as atividades relacionadas à extração e beneficiamento da cal. O relato da jovem HFR adentra essa perspectiva, uma vez que ela afirma ter se sentido motivada a estudar justamente pelo fato de que as oportunidades existentes no município eram mais favoráveis aos homens, não existindo oportunidades para mulheres. A decisão de HFR retrata a de várias outras jovens de sua geração, pois, como já mencionado anteriormente, entre os sujeitos

participantes do estudo que se matricularam no ensino superior antes do ano 2000, a grande maioria era do sexo feminino. Ainda, entre os participantes do sexo feminino, pertencentes à mesma faixa etária e que não prosseguiram nos estudos, o casamento logo após a conclusão do Ensino Médio foi frequentemente mencionado como fator desmotivador.

Foram poucos os jovens que apresentaram como motivação inicial a vontade de aprender, crescer e adquirir conhecimento, tendo sido essa postura mais aparente entre os jovens que se formaram há mais tempo. De acordo com Wiseman (1965), a educação e as capacitações técnicas adquiridas ao longo do tempo mudam as atitudes, os padrões de expectativas e as preferências. Nesse sentido, percebe-se, neste estudo, que os jovens que se formaram antes de 2000, demonstraram uma maior maturidade com relação aos seus motivos, o que talvez se explique pelos próprios anos a mais de experiência.

Os demais fatores, relativamente diversos, indicam que alguns jovens se sentiram motivados pela própria oferta de bolsa da prefeitura, pelo fato de passar no vestibular e, em aproximadamente 10% dos questionários, as respostas indicavam que a escolha foi motivada pelo gosto específico por uma determinada área de conhecimento.

#### **5.4.6. O mercado de trabalho: o que muda com o diploma na mão?**

Nas seções anteriores, foi possível constatar que a conclusão do ensino superior, entre os participantes da pesquisa, teve impacto sobre alguns aspectos como renda e possibilidade de emprego formal. No entanto, buscou-se, ainda, analisar o ponto de vista dos sujeitos participantes, no intuito de compreender como o ensino superior influenciou nas oportunidades de trabalho.

Quanto aos jovens que cursaram ensino superior, percebe-se que o mercado de trabalho absorveu a grande maioria; 62,38% trabalhavam em sua área de formação e outros 25,41% trabalhavam em áreas diversas, tendo empregos regularizados. Com relação a estes jovens, a grande maioria (82%) assumiu que o curso superior lhes abriu oportunidades de um modo geral, ampliou seus conhecimentos e lhes permitiu reconhecimento profissional e social. Uma pequena parcela destes jovens, porém, afirmou que o curso superior lhes fez crescer como

pessoas, lhes proporcionou amadurecimento, mas, em termos financeiros, não alterou muita coisa, como mostram as seguintes palavras:

Eu não me arrependo de ter estudado. Inclusive, entre as minhas amigas, sou uma das poucas que conseguiram trabalhar na sua área, pois quem formou em nutrição, por exemplo, não está encontrando emprego. Só que se for pensar em termos de dinheiro, não melhorou muita coisa. Ganho igual a minha irmã que não estudou. JKL, 30 anos, professora, formada em Química, grupo 1.

Entre os jovens que não ingressaram em cursos de graduação, foi questionado se estes, na data da pesquisa, encontravam satisfação nas atividades que desempenhavam e nos salários que recebiam. As respostas a estas questões variaram de acordo com a faixa etária dos entrevistados. Entre os mais velhos, uma maioria relativa, cerca de 43%, disseram que estavam satisfeitos com seus salários e empregos. Suas respostas indicaram que eles atingiram um estágio de estabilidade em termos de trabalho. Eles afirmaram gostar do que faziam, disseram que o salário era suficiente para as despesas próprias, ou de suas famílias, e que não tinham vontade de crescer mais ou mudar de atividade.

Quanto aos mais jovens, a insatisfação estava relacionada a dois fatores recorrentes: primeiramente, cerca de 50% dos indivíduos que se disseram insatisfeitos associaram a insatisfação a baixos salários e pensavam que se tivessem estudado teriam melhor remuneração. Em seguida, aproximadamente 41% destes participantes disseram que trabalhavam em atividades pesadas, cansativas e estressantes e também pensavam que se tivessem estudado, teriam melhores condições de emprego. Alguns relatos demonstraram imenso pesar pelo fato de não terem estudado, como nos relatos abaixo:

Eu valorizo minha profissão e gosto; é com ela que eu mantenho a minha família e tudo que construí foi através dela. Mas tinha esperança de ser mais valorizado (...) eu não estudei foi por falta de vontade própria, falta de incentivo e porque era muito novo, mas hoje eu vejo o tanto que me faz falta. Tenho vontade de estudar, mas acho muito difícil; falta muita coisa pra adquirir um curso superior. SGC, 40 anos, pedreiro, grupo 4.

Meus pais não tinham condição, nunca tive incentivo e também nunca me esforcei pra isso, mas hoje estou vendo que isso faz muita falta. Se eu tivesse estudado talvez estaria trabalhando num serviço melhor, um pouco mais realizada (...) Aqui em Córrego Fundo o ramo de trabalho pra mulher é muito escasso. JAGC, 27 anos, costureira, grupo 2.

É possível perceber, ao se analisar as motivações e percepções dos jovens acerca de sua própria realidade, que existia grande consciência sobre as decisões tomadas e sobre os passos que foram ou não foram dados. A valorização da educação, como um meio de ascender social, pessoal e profissionalmente, foi percebida mesmo entre os indivíduos que, por motivos diversos, optaram por somente trabalhar. Isso conduz à reflexão sobre o fato de que, muitas vezes, a decisão de não prosseguir nos estudos não se relaciona à não compreensão do seu valor, ou à não valorização do investimento. Os relatos aqui apresentados residem muito mais em questões de limitação de recursos, à falta de incentivo, do que na possibilidade de indiferença com relação à educação.

## 6. CONCLUSÕES

A partir de uma leitura geral deste trabalho, é possível concluir que houve maior investimento em ensino superior a partir da existência de subsídios que tinham como objetivo estimular este investimento. O auxílio por parte da Prefeitura Municipal de Córrego Fundo, assim como o Projeto Amigos do Bairro, atuaram como agentes transformadores da realidade dos jovens e famílias do município. Seja por constatações numéricas, seja pelo conteúdo presente nas respostas dos jovens aos questionários, é possível perceber que suas trajetórias foram, de fato, marcadas por ações que lhes permitiram operar mudanças em suas vidas.

A inserção destes jovens no ensino superior, não pode ser entendida somente como um passo que resulta em aumento de escolaridade. Muito menos, deve ser analisada sob o prisma estritamente econômico, quando se corre o risco de enxergar estes sujeitos como números. Não. Este passo, deve sim, ser compreendido como o momento em que estes jovens partem em busca da transformação das suas realidades. O momento em que se lançam em busca de novas possibilidades, sejam estas financeiras, cognitivas ou culturais. O momento em que fazem escolhas que poderão modificar para sempre as histórias de vida de cada um.

Por ser um estudo de caso, não é possível que se façam generalizações. Todavia, é possível perceber, na população estudada, um retrato da juventude brasileira: jovens que iniciam cedo no mercado de trabalho e precisam conciliar trabalho e estudo; jovens cujas famílias anseiam por que seu futuro seja melhor, mas precisam sonhar sem se esquecer de que as limitações de ordem financeira são reais e podem impedir a concretização dos sonhos; jovens que precisam realmente de incentivos que lhes permitam prosseguir nos estudos.

Isto posto, ressalta-se que, embora o governo brasileiro venha implementando, na última década, ações com vistas a ampliar o acesso ao ensino superior, outras políticas voltadas para a melhoria da escolaridade da juventude brasileira, são necessárias e essenciais. Nesse sentido, talvez possa se afirmar que

ações locais, como essas desenvolvidas pela prefeitura de Córrego Fundo e pelo UNIFOR-MG possam ser apontadas como estratégias válidas e eficazes, passíveis de serem implementadas por instituições e municípios com características semelhantes.

Sob a perspectiva do município, dadas as características das atividades que movimentam a economia local, basicamente de exploração do minério da cal, é preciso ressaltar a natureza finita destes recursos naturais, o que, mais uma vez, aponta na direção de que investimentos no capital humano da população seriam, a longo prazo, sinalizadores de desenvolvimento através de atividades alternativas. Quanto à instituição pesquisada, do ponto de vista da expansão do setor privado de ensino, o projeto “Amigos do Bairro” pode ser considerado uma estratégia inteligente, que permite à instituição uma maior captação de alunos, de forma a evitar vagas ociosas, uma vez que estas vem se tornando um problema para as instituições privadas de ensino superior.

Sob a ótica da transformação cultural e social, é possível afirmar ainda que, na população pesquisada, os ganhos resultantes de maiores níveis de escolaridade ficaram claros. As visões de mundo dos jovens participantes da pesquisa mostraram-se modificadas, ou talvez ampliadas, à medida que foram comparados os posicionamentos dos diferentes sujeitos frente à realidade que os circundava. Enquanto o ensino superior era vislumbrado como possibilidade de aumento de renda e possibilidades de emprego entre aqueles que nele iniciavam, para os que já haviam se formado há mais tempo, seu curso foi o caminho que lhes permitiu chegar ao conhecimento.

Houve limitações de ordem técnica. Entre essas, é importante mencionar que houve questionários não devolvidos, superficialidade em grande parte das respostas e também questões sem resposta. Uma possível explicação para estes eventos, talvez possa constituir-se no fato de que os questionários continham um grande número de perguntas. Um outro obstáculo encontrado foi a dificuldade na obtenção de certos dados do município. Devido a mudanças de gestão, o município não possuía dados informatizados, relativos à oferta do benefício em gestões anteriores àquela que administrava o município no momento da pesquisa. Felizmente, foi possível a captação desses dados por parte da instituição de ensino. Além das limitações de ordem técnica, uma outra que merece ser apontada refere-se à percepção do pesquisador, que conhecia a realidade do município, acerca das respostas dadas aos questionários. Algumas dessas respostas, relativas à importância atribuída à educação

por parte dos entrevistados, caracterizavam-se mais como conceitos e opiniões “socialmente aceitáveis”, do que como a realidade do município e opiniões dos sujeitos.

Para estudos posteriores, sugere-se que seja analisada com mais afinco a questão da renda familiar, uma vez que, aqui, somente a renda dos jovens foi analisada em dois momentos distintos, quais sejam estes: antes e depois da conclusão do ensino superior. Um segundo aspecto que suscita possibilidades de estudos posteriores, seria a análise da escolaridade das famílias do município. Neste estudo só foi questionado se estas pessoas possuíam ou não ensino superior, o que não permitiu uma avaliação mais profunda sobre os posicionamentos das famílias acerca da importância atribuída à educação, entre pessoas com diferentes níveis de escolaridade.

Com relação à teoria do capital humano, ressalta-se que este trabalho não abstrai-se ou desconsidera suas limitações. Ao contrário, buscou-se estruturá-lo de forma a mostrar que, dados os pressupostos dessa teoria, é preciso extrair deles idéias que permitam desenvolver políticas educacionais que busquem diminuir as desigualdades e ampliar a acessibilidade à educação formal, principalmente entre a população de baixa renda.

Por fim, ressalta-se a validade do presente trabalho, no sentido de que são raros os estudos de caso que analisam esta temática em nível local. Dadas as inúmeras estratégias desenvolvidas nos últimos anos com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior, é relevante que sejam pesquisadas e elucidadas ações desenvolvidas com este mesmo objetivo. Não houve a pretensão de que este estudo se bastasse, mas, ao contrário, buscou-se apresentar à população pesquisada, dados que lhes permitam analisar as ações locais até aqui desenvolvidas, quando estas poderão dar-lhes continuidade ou reprogramá-las, de modo a continuar trabalhando no sentido de ampliar, entre os jovens de baixa renda, a acessibilidade ao ensino superior.

*Educar mal um homem é dissipar capitais e preparar dores e perdas à sociedade. Voltaire.*

## 7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Edson Pacheco, PEREIRA, Rosângela Saldanha. Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação. **Revista de Educação Pública**, UFMT, Cuiabá, v.15, 2003.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Editora UFMG, BH, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA. 2009.
- BARROS, Ricardo Paes de., Foguel, Miguel Nathan. Focalização dos gastos públicos sociais em educação e erradicação da pobreza no Brasil". In: **Em Aberto**, Brasília, v. 18, nº 74, p. 106-120, dez./2001. (Título do fascículo: Financiamento da Educação no Brasil)
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel Domingues dos e QUINTAES, Giovani. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-42, 2001.
- BARROS, Ricardo Paes, MENDONÇA, Rosana Silva Pinto de. **Pobreza, estrutura familiar e trabalho**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Brasília; fev. 1995.
- BARTALOTTI, Otávio, MENEZES-FILHO, Naércio. A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens. **Economia Aplicada**. [online]. 2007, vol. 11, n. 4, pp. 487-505.
- BECKER, Gary S. **Human Capital: A Theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 2d ed. New York: Columbia University Press for NBER, 1993.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da nossa Época).
- BOWLES, Samuel, GINTIS, Herbert. The problem with human capital theory - A marxian critique, in **The American Economic Review**, Vol. 65, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-seventh Annual Meeting of the American Economic Association, May, 1975.
- BURNS, R. B. 2000. **Introduction to research methods** (4ª ed.). London: Sage publications.



CAMARGO, José Márcio. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 68-77, 2004.

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. IN HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs). **Políticas públicas no Brasil**. RS: Fiocruz, 2007.

CERDEIRA, Maria Luísa Machado . **O financiamento do ensino superior português: a partilha de custos**. Tese de doutoramento em Ciências da Educação. Especialidades políticas e organização do sistema educativo. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa, 2009.

Coelho, A. Mori, Corseuil, Carlos H. **Diferenciais salariais no Brasil: um breve panorama**. Brasília, IPEA, 2002. (Textos Para Discussão, 898)

COELHO, Reinaldo de Almeida, SANSON, João Rogério, MENEZES, Emílio, CUPERTINO, César Medeiros, WAKULICKZ, Gilmar Jorge. Educação, Capital Humano e crescimento econômico. **Revista Cadernos de Economia** - Curso de Ciências Econômicas – Unochapecó, Ano 12, n. 23, Jul./Dez. 2008.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 677-701, especial - out. 2004.

CORBUCCI, Paulo Roberto; CASSIOLATO, Maria Martha; CODES, Ana Luiza; CHAVES, José Valente. Situação Educacional dos Jovens Brasileiros, **In CASTRO**, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria C, ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília : Ipea, 2009.

COX, M.I. P. & ASSIS-PETERSON, A.A. O drama do ensino de Inglês na escola pública brasileira. In: A. A. de Assis-Peterson (org.). **Línguas estrangeiras: para além do método**. São Carlos: Pedro & João Editores/Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 19-54.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. (Tese de Doutorado realizada no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da USP) São Paulo : PUC/SP, jan. 2000

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Política e gestão da educação superior**. São Paulo: Xamã, 2003.

DUARTE, Gisléia; NETO, Raul. **Avaliando o impacto do programa bolsa família sobre a frequência escolar**: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. Encontro Nacional de Economia (ANPEC). Baia, 2008.

EHRENBERG, R. Econometric studies of higher education. **Journal of Econometrics**, n. 121, p. 19-37, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2004.

FIORE, Eraldo Genin; ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de. Relações econômicas entre educação e produto social na agricultura. **Estudos Econômicos**. São Paulo, V. 32, n. 4, p. 643-663, outubro-dezembro, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 79.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: **GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão : crítica ao neoliberalismo em educação**. Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Estudos Culturais em Educação)

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, vol. 26, no. 92, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Demandas populares urbanas no Brasil: Formas educativas da população. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Brasília, v.7-4, janeiro/abril, 1993.

GONÇALVES, Bruno Setton. A teoria do capital humano: uma abordagem microeconômica. **Texto para Discussão em Economia**. Sergipe, N.1, 2007. Disponível em <[www.posgrap.ufs.br/.../texto.../Texto\\_para\\_discussao\\_n01\\_2007.pdf](http://www.posgrap.ufs.br/.../texto.../Texto_para_discussao_n01_2007.pdf)>, acessado em 20 de abril de 2010.

HADDAD, Fernando. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões princípios e programas. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Série Documental. Textos para discussão. Brasília, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Comissão Nacional de Classificação** – CNAE-SUBCLASSES 2.1 - Seção Divisões Descrição CNAE - disponível em: <[http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE\\_201@CNAE-SUBCLASSES%202.1](http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_201@CNAE-SUBCLASSES%202.1)>, consultado em 26 de fevereiro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_mulher/Suplemento\\_Mulher\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf)> consultado em 25 de janeiro de 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD 2008)**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1230&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1)>. Consultado em 10 de outubro de 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Cidades/Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acessado em 25 de março de 2010.

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>>. Consultado em 06 de outubro de 2010.

IRIA, Karine Kátia. **Caracterizações e implicações do comércio informal de alimentos para o ecossistema familiar-Viçosa-MG**. Dissertação de mestrado realizada no Programa de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, UFV, 2008.

LAKATOS E. M. & MARCONI. M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 1992, 249 pp.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

MEC - Ministério da Educação. **Programa Universidade para todos (ProUni)**. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Consultado em 28 de setembro de 2010.

MEC - Ministério da Educação. **Fundo de Financiamento ao estudante do ensino superior (Fies)**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=198&Itemid=303](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=303)>. Consultado em 03 de outubro de 2010.

MEC - Ministério da Educação – **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni)**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12261&Itemid=1085](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085)>. Consultado em 03 de outubro de 2010.

MEC - Ministério da Educação – **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=204&id=2223&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=204&id=2223&option=com_content&view=article)>. Consultado em 03 de outubro de 2010.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1 (Os economistas).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. in **Crise da Escola e Políticas educativas**: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

OLIVEIRA, Ramon de. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro. v. 27, n. 1, p. 26-37, abr., 2001.

PESSÔA, Samuel de Abreu. Perspectivas de Crescimento no Longo Prazo para o Brasil: Questões em Aberto. **Ensaio Econômico da EPGA**. n. 609, FGV. 2006.  
QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa, Gradiva, 1992.

RIBEIRO, Eduardo Pontual; CAMPOS, Paulo Tiago Cardoso, FLORISSI, Stefano. Investimentos em capital humano no Brasil: um estudo sobre retornos financeiros privados de cursos de graduação relativos ao ano de 1995. **Análise Econômica**. Vol 24, n° 45, março, 2006.

ROCHA, Sônia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, set./dez. 2008.

SANDRONI, Paulo, org. **Novo dicionário de economia**. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SAUL, Renato P. As Raízes Renegadas da Teoria do Capital Humano. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 06, n° 12, jul/dez 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCHULTZ, Theodore W. **Investindo no povo**; tradução Elcio Gomes de Cerqueira. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SCHULTZ, Theodore W. O capital humano - **Investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.

SCHWARTZMAN, Jacques (2004): O financiamento das Instituições de ensino Superior no Brasil, Workshop: **Os desafios da educação superior no Brasil**, São Paulo, IEA USP, 2004. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/tematicas/educacao/superior/autonomiafinanciamento/schwartzmanfinanciamento.pdf>>, consultado em agosto de 2010.

SEVERINO, Joaquim Antônio. O público e o privado como categoria de análise em educação. In LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Maria Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da. (Orgs.) **O público e o privado como categoria de análise em educação brasileira: concepções e práticas educativas**. – Campinas, SP: autores associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005 (Coleção Memória da Educação).

SILVA, Enid Rocha Andrade da, ANDRADE, Carla Coelho de – Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades, in CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria C, ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília : Ipea, 2009.

SIQUEIRA, Sueli. **Migrantes e Empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares** – sonhos e frustrações no retorno. 2006. Dissertação de Doutorado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

Site da presidência da república – **O projoem e o programa escola de fábrica**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/search?SearchableText=projovem>  
<http://www.fomezero.gov.br/noticias/programa-escola-de-fabrica-forma-13-mil-jovens>> consultado em 28 de setembro de 2010.

Universidade Aberta do Brasil. **Pólo Universitário de apoio presencial Darci Ribeiro** – Foz do Iguaçu – PR. Disponível em: <<http://uab.pti.org.br/>>, consultado em 23 de setembro de 2010.

SOUZA, José dos Santos; “A ‘nova’ cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital”. **Desafios do Trabalho**; Maringá: Práxis, 2003.

STALLIVIERI, Luciane. El sistema de educación superior de Brasil: características, tendencias y perspectivas – **Universidades**, mayo-agosto, no 34. Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, Distrito Federal, México, pp. 47-61, 2007.

STEVENSON, Willian J. **Estatística aplicada a administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Investir em capital humano. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**, Goiania, 2002.

WISEMAN, Jack. Cost-Benefit Analysis in Education. **The Southern Economic Journal**, 32, Parte 2, Julho, 1965.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZUIM, Antônio A. S. Educação a distância ou educação distante? o programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação e Sociedade**., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 935-954, out. 2006.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A:** Questionário para os participantes nascidos entre 1972 e 1992 e que estavam matriculados no ensino superior – entre 2001 e 2009.



Universidade Federal de Viçosa  
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
 Departamento de Economia Doméstica  
 Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica

- Este questionário é parte integrante da pesquisa “CAPITAL HUMANO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO E INCENTIVOS PÚBLICOS: motivações e decisões da família quanto ao investimento em Ensino Superior”, desenvolvida pela mestranda **Joelma Castro Rodrigues**, sob orientação da professora **Dra. Tereza Angélica Bartolomeu** e tem por objetivo coletar dados para o referido trabalho;
- Este questionário deve ser respondido pelo jovem junto à sua família (pessoas a quem as questões foram direcionadas).
- **IMPORTANTE:** as informações coletadas são exclusivamente para fins de pesquisa e não é necessário que a família se identifique.

<b>DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO</b>	
<b>1. Sexo:</b>	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
<b>2. Data de nascimento:</b>	
<b>3. Estado Civil:</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado/Companheiro <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado

<b>SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO E DE SUA FAMÍLIA</b>	
<b>4. Está empregado (ou exerce alguma atividade remunerada)?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não → Caso tenha respondido NÃO, pular para pergunta 08.
<b>5. Tem situação empregatícia regularizada?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Se tem carteira assinada, é concursado ou possui alguma forma de contrato formal/legalizado)
<b>6. Ramo de atividade:</b>	
<b>7. Renda individual:</b>	<input type="checkbox"/> até 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> mais de 03 SM
<b>8. Com que idade o jovem começou a trabalhar pela primeira vez?</b>	_____
<b>Por que?</b>	_____
<b>9. Atividade desempenhada na época em que começou a trabalhar:</b>	
<b>10. Renda aproximada do jovem na época em que começou a trabalhar:</b>	<input type="checkbox"/> até 1/2 SM <input type="checkbox"/> de 1/2 a 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> de 03 a 04 SM <input type="checkbox"/> de 04 a 05 SM <input type="checkbox"/> mais de 05 SM

Continua...

→ As questões de 11 a 16 devem ser respondidas considerando o número de pessoas residentes no mesmo domicílio hoje.

**11. Número de pessoas na família:**

**12. Número de pessoas na família que trabalham:**

**13. Renda total da família:**

( ) até 01 SM      ( ) de 01 a 02 SM      ( ) de 02 a 03 SM  
( ) de 03 a 04 SM      ( ) de 04 a 05 SM      ( ) mais de 05 SM

**14. Fontes de renda das pessoas da família**

(Trabalho, aposentadoria, pensão, bolsa família, vale-gás, bolsa escola, etc.)

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Irmãos: \_\_\_\_\_

Outros: (tios, avós, cônjuge, primos, etc): \_\_\_\_\_

**15. Ocupação das pessoas da família que trabalham:      Estas pessoas têm curso superior?**

Pai: \_\_\_\_\_      ( ) Sim      ( ) Não

Mãe: \_\_\_\_\_      ( ) Sim      ( ) Não

Irmãos: \_\_\_\_\_      ( ) Sim      ( ) Não

Esposa: \_\_\_\_\_      ( ) Sim      ( ) Não

Outros: (tios, avós, primos, etc): \_\_\_\_\_      ( ) Sim      ( ) Não

**SITUAÇÃO ACADÊMICA DO ENTREVISTADO:**

**16. Curso em que está matriculado:** \_\_\_\_\_

**Período:** \_\_\_\_\_ **Ano de ingresso no curso:** \_\_\_\_\_

**Turno:** \_\_\_\_\_

**17. Valor da mensalidade:**

**18. Recebe auxílio/bolsa da prefeitura?**      ( ) Sim      ( ) Não

Não

**Valor da mensalidade com o auxílio:**

**19. Desde quando começou a receber o benefício?**

**20. Recebe algum benefício de outra entidade (transporte, xerox, etc.)?**

( ) Sim      ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

**21. Conta com alguma outra forma de financiamento ou benefício (Fies, Prouni, Amigos do Bairro, etc.)?**

( ) Sim      ( ) Não

Qual: \_\_\_\_\_



**QUESTÕES RELATIVAS À DECISÃO DA FAMÍLIA QUANTO À  
DECISÃO DO INGRESSO DO JOVEM EM CURSO SUPERIOR**

*(Favor responder as próximas perguntas em conjunto com a família  
(pais/responsáveis/esposa, etc.)*

**22. (Responder somente o estudante que estuda e trabalha) Se o estudante não trabalhasse seria possível permanecer no curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**23. ( Se respondeu SIM à pergunta 18) Sem o auxílio da prefeitura o estudante teria ingressado em um curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**24. ( Se respondeu SIM à pergunta 18) Se a prefeitura interrompesse o pagamento do auxílio, seria possível que o estudante continuasse o curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**25. ( Se respondeu SIM à pergunta 21) Sem o financiamento/benefício seria possível que o estudante ingressasse e permanecesse no curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**26. Se o estudante tivesse que se mudar para outra cidade, seria possível que ele fizesse um curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**27. A proximidade geográfica entre Formiga e Córrego Fundo influenciou na escolha do curso?**

**(Atenção:** essa pergunta refere-se à *escolha do curso* e não à decisão de matricular-se)

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Continua...

<p><b>28. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>família</u>?</b></p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>29. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>jovem</u> especificamente?</b></p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>30. Qual foi a maior motivação do jovem quando decidiu iniciar o curso superior?</b></p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>31. Quais são as expectativas profissionais do estudante com a conclusão do curso superior?</b></p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>32. Existe algum outro fator, não mencionado aqui, que influenciou <u>a família</u> <u>ou o jovem</u> quanto à decisão de se matricular em um curso superior?</b> ( <input type="checkbox"/> ) Sim                      ( <input type="checkbox"/> ) Não Qual? _____</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

*Agradecemos imensamente sua participação!*

**APÊNDICE B:** Questionário para os participantes nascidos entre 1972 e 1992 e que “concluíram” ou “iniciaram e interromperam” o ensino superior – entre 2001 e 2009



Universidade Federal de Viçosa  
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
 Departamento de Economia Doméstica  
 Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica

- Este questionário é parte integrante da pesquisa “CAPITAL HUMANO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO E INCENTIVOS PÚBLICOS: motivações e decisões da família quanto ao investimento em Ensino Superior”, desenvolvida pela mestrandia Joelma Castro Rodrigues, sob orientação da professora Dra. Tereza Angélica Bartolomeu e tem por objetivo coletar dados para o referido trabalho;
- Este questionário deve ser respondido pelo jovem junto à sua família (pessoas a quem as questões foram direcionadas).
- IMPORTANTE: as informações coletadas são exclusivamente para fins de pesquisa e não é necessário que a família se identifique.

<b>DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO</b>	
<b>1. Sexo:</b>	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
<b>2. Data de nascimento:</b>	
<b>3. Estado Civil:</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado/Companheiro <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado

<b>SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO E DE SUA FAMÍLIA</b>	
<b>4. Está empregado (ou exerce alguma atividade remunerada)?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não → Caso tenha respondido NÃO, pular para pergunta 8.
<b>5. Tem situação empregatícia regularizada?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Se tem carteira assinada, é concursado ou possui alguma forma de contrato formal/legalizado)
<b>6. Ramo de atividade:</b>	
<b>7. Renda individual:</b>	<input type="checkbox"/> até 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> mais de 03 SM
<b>8. Com que idade o jovem começou a trabalhar pela primeira vez?</b>	_____ Por que? _____ _____ _____
<b>9. Atividade desempenhada na época em que começou a trabalhar:</b>	
<b>10. Renda aproximada do jovem na época em que começou a trabalhar:</b>	<input type="checkbox"/> até 1/2 SM <input type="checkbox"/> de 1/2 a 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> de 03 a 04 SM <input type="checkbox"/> de 04 a 05 SM <input type="checkbox"/> mais de 05 SM

Continua...

→ As questões de 11 a 16 devem ser respondidas considerando o número de pessoas residentes no mesmo domicílio, no período em que o entrevistado cursava ensino superior:

**11. Número de pessoas na família:**

**12. Número de pessoas na família que trabalhavam:**

**13. Renda total da família:**

( ) até 01 SM      ( ) de 01 a 02 SM      ( ) de 02 a 03 SM  
( ) de 03 a 04 SM      ( ) de 04 a 05 SM      ( ) mais de 05 SM

**14. Fontes de renda das pessoas da família:**

(Trabalho, aposentadoria, pensão, bolsa família, vale-gás, bolsa escola, etc...)  
Entrevistado: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Irmãos: \_\_\_\_\_

Outros: (tios, avós, cônjuge, primos, etc): \_\_\_\_\_

**15. Ocupação das pessoas da família que trabalhavam:**

**Estas pessoas têm curso superior?**

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Mãe: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Irmãos: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Esposa: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Outros: (tios, avós, primos, etc): \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

**SITUAÇÃO ACADÊMICA DO ENTREVISTADO:**

**16. Curso em que obteve graduação:** \_\_\_\_\_

**Ano de ingresso no curso:** \_\_\_\_\_ **Ano de conclusão:** \_\_\_\_\_

**17. Abandonou o curso antes de concluí-lo?** ( ) Sim      ( ) Não

**Se respondeu SIM, por quê?** \_\_\_\_\_

**18. Durante a graduação recebeu auxílio/bolsa da prefeitura?**

( ) Sim      ( ) Não

**19. (Se respondeu SIM à pergunta 22) Em que ano/período começou a receber o benefício?**

**20. Recebeu durante a graduação algum benefício de outra entidade (transporte, xerox, etc.)?**

( ) Sim      ( ) Não

Qual: \_\_\_\_\_

**21. Contou com alguma outra forma de financiamento/benefício (Fies, Prouni, Amigos do Bairro, etc...)?**

( ) Sim      ( ) Não

Qual: \_\_\_\_\_

**QUESTÕES RELATIVAS À DECISÃO DA FAMÍLIA QUANTO À  
DECISÃO DO INGRESSO DO JOVEM EM CURSO SUPERIOR**

*Se possível, as perguntas a seguir devem ser respondidas em conjunto com as pessoas que residiam no mesmo domicílio que o estudante no período em que cursava o ensino superior (pais/responsáveis/esposo(a), etc.)*

**22. O estudante trabalhava durante o período em que cursava o ensino superior?**

( ) Sim ( ) Não

**23. (Só responder o entrevistado que trabalhava quando cursava o ensino superior) Se o estudante não trabalhasse seria possível que ele fizesse o curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**24. ( Se respondeu SIM à pergunta 18) Sem o auxílio da prefeitura o estudante teria ingressado em um curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**25. ( Se respondeu SIM à pergunta 18) Se a prefeitura interrompesse o pagamento do auxílio, seria possível que o estudante concluísse o curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**26. ( Se respondeu SIM à pergunta 21) Sem o financiamento/benefício seria possível que o estudante ingressasse e continuasse o curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**27. Se o estudante tivesse que se mudar para outra cidade, seria possível que ele fizesse um curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**28. A proximidade geográfica entre Formiga e Córrego Fundo influenciou na escolha do curso?**

(Atenção: essa pergunta refere-se à *escolha do curso* e não à decisão de matricular-se)

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Continua...

**29. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a família do entrevistado?**

---

---

---

**30. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a o jovem especificamente?**

---

---

---

**31. Qual foi a maior motivação do jovem quando decidiu iniciar o curso superior?**

---

---

---

**32. Existe algum outro fator, não mencionado aqui, que influenciou a família ou o jovem quanto à decisão de se matricular em um curso superior?**

( ) Sim                      ( ) Não

Qual?

---

---

---

**33. A conclusão do ensino superior melhorou as perspectivas de emprego, oportunidades, qualidade de vida ou algum outro aspecto na vida do jovem e de sua família?**

( ) Sim                      ( ) Não

Qual?

---

---

---

*Agradecemos imensamente sua participação!*

**APÊNDICE C:** Questionário para os participantes nascidos entre 1972 e 1992 e que não se matricularam no ensino superior – entre 2001 e 2009.



Universidade Federal de Viçosa  
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
 Departamento de Economia Doméstica  
 Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica

- Este questionário é parte integrante da pesquisa “CAPITAL HUMANO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO E INCENTIVOS PÚBLICOS: motivações e decisões da família quanto ao investimento em Ensino Superior”, desenvolvida pela mestrandia Joelma Castro Rodrigues, sob orientação da professora Dra. Tereza Angélica Bartolomeu e tem por objetivo coletar dados para o referido trabalho;
- Este questionário deve ser respondido pelo jovem junto à sua família (pessoas a quem as questões foram direcionadas).
- IMPORTANTE: as informações coletadas são exclusivamente para fins de pesquisa e não é necessário que a família se identifique.

<b>DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO</b>	
<b>1. Sexo:</b>	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
<b>2. Data de nascimento:</b>	
<b>3. Estado Civil:</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado/Companheiro <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado

<b>SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO E DE SUA FAMÍLIA</b>	
<b>4. Está empregado (ou exerce alguma atividade remunerada)?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não → Caso tenha respondido NÃO, pular para pergunta 8.
<b>5. Tem situação empregatícia regularizada?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Se tem carteira assinada, é concursado ou possui alguma forma de contrato formal/legalizado)
<b>6. Ramo de atividade:</b>	
<b>7. Renda individual:</b>	<input type="checkbox"/> até 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> mais de 03 SM
<b>8. Com que idade o jovem começou a trabalhar pela primeira vez?</b>	_____
<b>Por que?</b>	_____
<b>9. Atividade desempenhada na época em que começou a trabalhar:</b>	
<b>10. Renda aproximada do jovem na época em que começou a trabalhar:</b>	<input type="checkbox"/> até 1/2 SM <input type="checkbox"/> de 1/2 a 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> de 03 a 04 SM <input type="checkbox"/> de 04 a 05 SM <input type="checkbox"/> mais de 05 SM

Continua...

→ As questões de 11 a 16 devem ser respondidas considerando o número de pessoas residentes no mesmo domicílio, no período em que o jovem deveria/poderia ter se matriculado em ensino superior (considera-se aqui que o jovem possa ter se casado ou se mudado, o que muda o quadro de análise):

**11. Número de pessoas na família:**

**12. Número de pessoas na família que trabalham/trabalhavam:**

**13. Renda total da família:**

( ) até 01 SM      ( ) de 01 a 02 SM      ( ) de 02 a 03 SM  
( ) de 03 a 04 SM      ( ) de 04 a 05 SM      ( ) mais de 05 SM

**14. Fontes de renda das pessoas da família:**

(Trabalho, aposentadoria, pensão, bolsa família, vale-gás, bolsa escola, etc...)

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Irmãos: \_\_\_\_\_

Outros: (tios, avós, cônjuge, primos, etc): \_\_\_\_\_

**15. Ocupação das pessoas da família q trabalham/trabalhavam: Estas pessoas tem curso superior?**

Entrevistado: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Pai: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Mãe: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Irmãos: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Outros: (tios, avós, primos, etc): \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

**QUESTÕES RELATIVAS À DECISÃO DA FAMÍLIA QUANTO AO JOVEM NÃO INGRESSAR EM CURSO SUPERIOR**

*Se possível, as perguntas a seguir devem ser respondidas em conjunto com as pessoas que residiam no mesmo domicílio que o estudante no período em que cursava o ensino superior (pais/responsáveis/esposo(a), etc.)*

**16. O jovem se considera satisfeito com a atividade que exerce hoje?**

(Responder seja qual for o tipo de atividade)

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Às vezes

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**17. O jovem se considera satisfeito com o salário que recebe hoje?**

(Responder somente se exercer atividade remunerada)

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Às vezes

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**18. O jovem tem perspectivas de ascensão (melhora/promoção) na empresa/local onde trabalha?**

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Às vezes

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Continua...



<p><b>19. A família tem conhecimento sobre o auxílio/bolsa que a prefeitura oferece aos jovens do município que fazem curso superior?</b>  <input type="checkbox"/> Sim                      <input type="checkbox"/> Não</p>
<p><b>20. (Caso tenha respondido NÃO à pergunta 23) Se a família soubesse do auxílio/bolsa da prefeitura, isso afetaria a decisão quanto ao jovem não se matricular em um curso superior?</b>  <input type="checkbox"/> Sim                      <input type="checkbox"/> Não  Por que? _____  _____</p>
<p><b>21. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>família</u>?</b>  _____  _____</p>
<p><b>22. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>o jovem</u> especificamente?</b>  _____  _____</p>
<p><b>23. Qual foi o principal motivo pelo qual o jovem NÃO se matriculou em um curso superior?</b>  _____  _____</p>

*Agradecemos imensamente sua participação!*

**APÊNDICE D:** Questionário para o grupo-controle: jovens nascidos entre 1966 e 1983 e que “concluíram” ou “iniciaram e interromperam” cursos de graduação – entre 1995 e 2000.



Universidade Federal de Viçosa  
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
 Departamento de Economia Doméstica  
 Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica

- Este questionário é parte integrante da pesquisa “CAPITAL HUMANO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO E INCENTIVOS PÚBLICOS: motivações e decisões da família quanto ao investimento em Ensino Superior”, desenvolvida pela mestrandia Joelma Castro Rodrigues, sob orientação da professora Dra. Tereza Angélica Bartolomeu e tem por objetivo coletar dados para o referido trabalho;
- Este questionário deve ser respondido pelo jovem junto à sua família (pessoas a quem as questões foram direcionadas).
- IMPORTANTE: as informações coletadas são exclusivamente para fins de pesquisa e não é necessário que a família se identifique.

<b>DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO</b>	
<b>1. Sexo:</b>	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
<b>2. Data de nascimento:</b>	
<b>3. Estado Civil:</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado/Companheiro <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado

<b>SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO E DE SUA FAMÍLIA</b>	
<b>4. Está empregado (ou exerce alguma atividade remunerada)?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não → Caso tenha respondido NÃO, pular para pergunta 8.
<b>5. Tem situação empregatícia regularizada?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Se tem carteira assinada, é concursado ou possui alguma forma de contrato formal/legalizado)
<b>6. Ramo de atividade:</b>	
<b>7. Renda individual:</b>	<input type="checkbox"/> até 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> mais de 03 SM
<b>8. Com que idade o jovem começou a trabalhar pela primeira vez?</b>	_____
<b>Por que?</b>	_____ _____ _____
<b>9. Atividade desempenhada na época em que começou a trabalhar:</b>	
<b>10. Renda aproximada do jovem na época em que começou a trabalhar:</b>	<input type="checkbox"/> até 1/2 SM <input type="checkbox"/> de 1/2 a 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> de 03 a 04 SM <input type="checkbox"/> de 04 a 05 SM <input type="checkbox"/> mais de 05 SM

Continua...

→ As questões de 11 a 16 devem ser respondidas considerando o número de pessoas residentes no mesmo domicílio, no período em que o entrevistado iniciou ou cursava ensino superior:

**11. Número de pessoas na família:**

**12. Número de pessoas na família que trabalhavam:**

**13. Renda total da família:**  
( ) até 01 SM      ( ) de 01 a 02 SM      ( ) de 02 a 03 SM  
( ) de 03 a 04 SM      ( ) de 04 a 05 SM      ( ) mais de 05 SM

**14. Fontes de renda das pessoas da família:**  
(Trabalho, aposentadoria, pensão, bolsa família, vale-gás, bolsa escola, etc...)  
Entrevistado: \_\_\_\_\_  
Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: \_\_\_\_\_  
Irmãos: \_\_\_\_\_  
Outros: (tios, avós, cônjuge, primos, etc): \_\_\_\_\_

**15. Ocupação das pessoas da família que trabalhavam: Estas pessoas têm curso superior?**  
Entrevistado: \_\_\_\_\_  
Pai: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não  
Mãe: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não  
Irmãos: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não  
Esposa: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não  
Outros: (tios, avós, primos, etc): \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

**SITUAÇÃO ACADÊMICA DO ENTREVISTADO:**

**16. Curso em que obteve graduação:** \_\_\_\_\_  
**Ano de ingresso no curso:** \_\_\_\_\_ **Ano de conclusão:** \_\_\_\_\_

**17. Abandonou o curso antes de concluí-lo?** ( ) Sim      ( ) Não  
Se respondeu SIM, por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**18. Durante a graduação recebeu auxílio/bolsa da prefeitura?**  
( ) Sim      ( ) Não

**19. (Se respondeu SIM à pergunta 22) Em que ano/período começou a receber o benefício?**

**20. Recebeu durante a graduação algum benefício de outra entidade (transporte, xerox, etc.)?**  
( ) Sim      ( ) Não  
Qual: \_\_\_\_\_

**21. Contou com alguma outra forma de financiamento/benefício (Fies, Creduc, Prouni, etc)?**  
( ) Sim      ( ) Não  
Qual: \_\_\_\_\_

**QUESTÕES RELATIVAS À DECISÃO DA FAMÍLIA QUANTO À  
DECISÃO DO INGRESSO DO JOVEM EM CURSO SUPERIOR**

*Se possível, as perguntas a seguir devem ser respondidas em conjunto com as pessoas que residiam no mesmo domicílio que o estudante no período em que cursava o ensino superior (pais/responsáveis/esposo(a), etc.)*

**22. O estudante trabalhava durante o período em que cursava o ensino superior?**

( ) Sim ( ) Não

**23. (Só responder o entrevistado que trabalhava quando cursava o ensino superior) Se o estudante não trabalhasse seria possível que ele fizesse o curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

**24. ( Se respondeu SIM à pergunta 18) Sem o auxílio da prefeitura o estudante teria ingressado em um curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

**25. ( Se respondeu SIM à pergunta 18) Se a prefeitura interrompesse o pagamento do auxílio, seria possível que o estudante concluísse o curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

**26. ( Se respondeu SIM à pergunta 21) Sem o financiamento/benefício seria possível que o estudante ingressasse e continuasse o curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

**27. Se o estudante tivesse que se mudar para outra cidade, seria possível que ele fizesse um curso superior?**

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

**28. A proximidade geográfica entre Formiga e Córrego Fundo influenciou na escolha do curso?**

(Atenção: essa pergunta refere-se à *escolha do curso* e não à decisão de matricular-se)

( ) Sim ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

Continua...

<p><b>29. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>família</u> do entrevistado?</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p><b>30. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>o jovem</u> especificamente?</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p><b>31. Qual foi a maior motivação do jovem quando decidiu iniciar o curso superior?</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p><b>32. Existe algum outro fator, não mencionado aqui, que influenciou <u>a família ou o jovem</u> quanto à decisão de se matricular em um curso superior?</b></p> <p>( ) Sim                      ( ) Não</p> <p>Qual? _____</p> <p>_____</p>
<p><b>33. A conclusão do ensino superior melhorou as perspectivas de emprego, oportunidades, qualidade de vida ou algum outro aspecto na vida do jovem e de sua família? (Responder somente se concluiu o curso superior)</b></p> <p>( ) Sim                      ( ) Não</p> <p>Qual? _____</p> <p>_____</p>

*Agradecemos imensamente sua participação!*

**APÊNDICE E:** Questionário para o grupo controle: jovens nascidos entre 1966 e 1983 e que não se matricularam em cursos de graduação – entre 1995 e 2000.



Universidade Federal de Viçosa  
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
 Departamento de Economia Doméstica  
 Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica

- Este questionário é parte integrante da pesquisa “CAPITAL HUMANO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO E INCENTIVOS PÚBLICOS: motivações e decisões da família quanto ao investimento em Ensino Superior”, desenvolvida pela mestrandia Joelma Castro Rodrigues, sob orientação da professora Dra. Tereza Angélica Bartolomeu e tem por objetivo coletar dados para o referido trabalho;
- Este questionário deve ser respondido pelo jovem junto à sua família (pessoas a quem as questões foram direcionadas).
- IMPORTANTE: as informações coletadas são exclusivamente para fins de pesquisa e não é necessário que a família se identifique.

<b>DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO</b>	
<b>1. Sexo:</b>	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
<b>2. Data de nascimento:</b>	
<b>3. Estado Civil:</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado/Companheiro <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado

<b>SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO E DE SUA FAMÍLIA</b>	
<b>4. Está empregado (ou exerce alguma atividade remunerada)?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não → Caso tenha respondido NÃO, pular para pergunta 8.
<b>5. Tem situação empregatícia regularizada?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (Se tem carteira assinada, é concursado ou possui alguma forma de contrato formal/legalizado)
<b>6. Ramo de atividade:</b>	
<b>7. Renda individual:</b>	<input type="checkbox"/> até 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> mais de 03 SM
<b>8. Com que idade o jovem começou a trabalhar pela primeira vez?</b>	_____
<b>Por que?</b>	_____ _____
<b>9. Atividade desempenhada na época em que começou a trabalhar:</b>	
<b>10. Renda aproximada do jovem na época em que começou a trabalhar:</b>	<input type="checkbox"/> até 1/2 SM <input type="checkbox"/> de 1/2 a 01 SM <input type="checkbox"/> de 01 a 02 SM <input type="checkbox"/> de 02 a 03 SM <input type="checkbox"/> de 03 a 04 SM <input type="checkbox"/> de 04 a 05 SM <input type="checkbox"/> mais de 05 SM

Continua...

→ As questões de 11 a 16 devem ser respondidas considerando o número de pessoas residentes no mesmo domicílio, no período em que o jovem deveria/poderia ter se matriculado em ensino superior (considera-se aqui que o jovem possa ter se casado ou se mudado, o que muda o quadro de análise):

**11. Número de pessoas na família:**

**12. Número de pessoas na família que trabalhavam:**

**13. Renda total da família:**

( ) até 01 SM      ( ) de 01 a 02 SM      ( ) de 02 a 03 SM  
( ) de 03 a 04 SM      ( ) de 04 a 05 SM      ( ) mais de 05 SM

**14. Fontes de renda das pessoas da família:**

(Trabalho, aposentadoria, pensão, bolsa família, vale-gás, bolsa escola, etc...)

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Irmãos: \_\_\_\_\_

Outros: (tios, avós, cônjuge, primos, etc): \_\_\_\_\_

**15. Ocupação das pessoas da família que trabalhavam: Estas pessoas tem curso superior?**

Pai: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Mãe: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Irmãos: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Esposa: \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

Outros: (tios, avós, primos, etc): \_\_\_\_\_ ( ) Sim      ( ) Não

**QUESTÕES RELATIVAS À DECISÃO DA FAMÍLIA QUANTO AO JOVEM NÃO INGRESSAR EM CURSO SUPERIOR**

*Se possível, as perguntas a seguir devem ser respondidas em conjunto com as pessoas que residiam no mesmo domicílio que o estudante no período em que cursava o ensino superior (pais/responsáveis/esposo(a), etc.)*

**16. O jovem se considera satisfeito com a atividade que exerce hoje?**

(Responder seja qual for o tipo de atividade)

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Às vezes

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**17. O jovem se considera satisfeito com o salário que recebe hoje?**

(Responder somente se exercer atividade remunerada)

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Às vezes

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**18. O jovem tem perspectivas de ascensão (melhora/promoção) na empresa/local onde trabalha?**

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sei

Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Continua...

<p><b>19. A família tem conhecimento sobre o auxílio/bolsa que a prefeitura oferece <u>hoje</u> aos jovens do município que fazem curso superior?</b>  <input type="checkbox"/> Sim                      <input type="checkbox"/> Não</p>
<p><b>29. Se a família tivesse contado com o auxílio/bolsa da prefeitura, isso afetaria a decisão quanto ao jovem não se matricular em um curso superior?</b>  <input type="checkbox"/> Sim                      <input type="checkbox"/> Não          Por que? _____          _____          _____</p>
<p><b>25. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>família</u>?</b>          _____          _____          _____</p>
<p><b>26. Qual é a importância da formação escolar de nível superior para a <u>o jovem</u> especificamente?</b>          _____          _____          _____</p>
<p><b>27. Qual foi o principal motivo pelo qual o jovem <u>NÃO</u> se matriculou em um curso superior?</b>          _____          _____          _____</p>

*Agradecemos imensamente sua participação!*